



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 60

III Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 16 de Dezembro de 1998

Presidente: *Deputado Humberto Melo*

Secretários: *Deputados José Ramos Aguiar e Natividade Luz.*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início pelas 10.25 horas.

No **Período da Ordem do Dia** deu-se continuidade ao debate sobre as Propostas de Resolução "Plano a Médio Prazo 97/2000" e "Plano da Região Autónoma dos Açores para 1999" e sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional - "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1999".

Assim, intervieram no debate os Srs. Deputados Manuel Azevedo (*PSD*), Francisco Oliveira (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Jorge Valadão (*PSD*), Élio Valadão (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), João Santos (*PS*), Eugénio Leal (*PSD*), João Greves (*PP*), Aires Reis (*PSD*), Fernanda Mendes (*PS*), António Meneses (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), José Francisco Fernandes (*PSD*), Herberto Rosa (*PS*), Manuel Brasil (*PSD*), António Gomes (*PS*), António Loura (*PS*), José Manuel Nunes (*PSD*), João Carlos Macedo (*PS*), Aurélio da Fonseca (*PSD*), Francisco Sousa (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Jorge Valadão (*PSD*), Silva Melo (*PS*), Francisco Xavier (*PSD*), bem como os Srs.

Secretários Regionais da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*), da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*)

(Os trabalhos terminaram às 20.20 horas)

Presidente: Bom dia, Srs. Deputados.

Vamos dar início à chamada.

(Eram 10.25 horas)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Augusto António Rua **Elavai**

Carlos Alberto da Costa **Fraga**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Couto de **Sousa**

Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa

João Carlos do Couto **Macedo**

João Manuel Pereira **Forjaz de Sampaio**

José **Élio** **Valadão** Ventura

José **Humberto** de Medeiros **Chaves**

José do **Nascimento** **Ávila**

Luis Machado **Resendes**

Manuel Goulart **Serpa**

Manuel **Herberto** da **Rosa**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Maria da **Natividade** da **Luz**

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Romão Madruga da Costa

Ana Carolina Gomes da Silva

António Manuel Silva Almeida

António Manuel Goulart Lemos de Meneses

Aurélio Henrique Silva Franco da Fonseca

Berta Maria Correia de Almeida Melo Cabral

Duarte Nuno de Ávila Martins de Freitas

Eugénio Manuel Pereira Leal

Francisco Xavier Araújo Rodrigues

Humberto Trindade Borges de Melo

João Manuel Bettencourt Cunha

Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte

José Ramos Aguiar

José Francisco Salvador Fernandes

Jorge Manuel Leão Themudo Valadão dos Santos

José Manuel Cabral Bolieiro Dias

José Manuel Avelar Nunes

Manuel Teixeira Brasil

Manuel da Silva Azevedo

Mark Silveira Marques

Sidónio Manuel Moniz Bettencourt

Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

João Maria Fraga Greves

Mário Jorge da Câmara Simões Moura

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 45 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início à nossa ordem de trabalhos com a continuação do debate sobre as **Propostas de Resolução Plano a Médio Prazo e Plano para a Região Autónoma dos Açores para o ano de 1999"** e sobre a **Proposta de Decreto Legislativo Regional — Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 1999"**.

Peço, por favor, aos Grupos Parlamentares para apresentarem as suas inscrições.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Mais um Plano. De intenções muitas e de verbas tantas que fazem desconfiar o mais crédulo.

Anunciados investimentos aos molhos que nunca se viram nestes Açores. Proclamadas verbas tamanhas que o entendimento cor de rosa permitiu e que, agora se vê, a generosidade republicana não concretizou.

É este, apesar de tudo, o Plano que o Governo quer. Tê-lo-á. Redutor aqui, empolado ali, desajustado acolá, irá governar ou desgovernar com ele. Diz-se que para isso foi eleito. Assim seja.

(Risos da bancada do PSD)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma duplicação de verbas no Plano de 99 para o Pico em relação ao de 1998 é de saudar à partida, sobretudo quando vemos verbas significativas para a construção da nova fábrica de Lacticínios e para a construção e recuperação de habitação. A grande fatia — um milhão e meio de contos — vai, no entanto, para a reconstrução. De resto, tudo na mesma.

- A remodelação da Escola de São Roque vai andando, mas a nova das Lajes, anunciada apressadamente como grande medida no início deste mandato — e que a todos nos alegrou — anda agora empedrada por causa da localização. O Secretário disse que era aqui, os órgãos municipais concordaram e, por pressões várias, anda agora a engonhar. Localize-a depressa, Senhor Secretário, que essa é sua competência. Não podemos estar anos seguidos com 10 mil contos no Plano para o efeito. Até, porque a degradação da actual já fez moça com tomadas de posição por parte de alunos, professores, pais e até da própria Comissão instaladora contra a prepotência dum secretário que se fartou de apregoar a autonomia das escolas.

Por falar em escola, no curso de formação profissional que decorre no Matos Souto não se cumprem currícula, não se paga há seis meses aos alunos, atrasa-se o terminus do curso com manifesto prejuízo para o futuro profissional dos jovens formandos.

Do Parque Desportivo do Pico nem uma palavra. Diz-se que não é preciso porque as verbas vão aparecer. Mas em outras ilhas não é assim. Para o Pico, diz o Secretário aos três autarcas: "que se entendam!" — como se alguma vez estivessem desentendidos.

Mas, já que assim é, permita-me prever para breve um presente dos autarcas do Pico ao Senhor Secretário a que este terá de dar seguimento. Será, segundo espero, a consequência do tal entendimento.

O Museu do Vinho vai andando para a completação da 1ª fase. Mas o Museu do Pico, agora elevado a estrutura regional tem poucas verbas para a sua categoria e dimensão. Do Convento de São Pedro de Alcântara e sua recuperação prevista há anos não vale a pena falar porque somos, de cada vez que se fala dele, muito enganados. Não queremos ser mais. Que a Casa da Cultura do Pico nos salve no meio destas estruturas culturais a que sistematicamente faltam verbas!

Se 50.000 contos não é muito para as duas importantes paisagens protegidas do Pico, é com certeza mais que o previsto em anos anteriores. Que sirva pelo menos para erguer muros, na Paisagem Protegida da Vinha do Pico. Que sirva também para se reabrir em condições de segurança o acesso à Montanha interrompido após o sismo. Grande parte dos turistas que procuram o Pico querem subir a Montanha. Se não tiveram essa possibilidade, muitos desistirão.

De orlas marítimas no Pico não há que falar. Tudo na mesma, inclusivé com a da protecção da das Lajes cujo estudo de impacto ambiental, inexplicavelmente não se sabe onde pára. Será que os 100.000 mil contos previstos no Plano para 1999 para o efeito serão prenúncio de que alguma coisa mudará? Permitam-me duvidar...

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Cinco meses depois da ocorrência do sismo de 9 de Julho expresso aqui, veementemente, uma incontida revolta por não ter começado a reconstrução. E que não se diga que é por causa do Plano não ter sido aprovado. O Governo é que pediu o seu adiamento e é que fez aprovar orçamentos rectificativos que poderiam ter servido para outras coisas, designadamente a reconstrução.

Daqui, desta tribuna, com o meu Grupo Parlamentar, unimo-nos à população sinistrada na reclamação de mais competência, mais empenho, mais trabalho, mais verdade, mais transparência na solução dos problemas que cinco meses depois do sismo teimam em persistir.

Disse.

Deputados Mark Marques e João Cunha (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A Terceira acerta o passo com o futuro

Este pode ser o título escolhido para a abordagem do Plano para 1999 e o PMP 1997-2000, naquilo que directamente tem a ver com a Ilha Terceira.

Somos defensores de que os Açores só serão económica, social e culturalmente desenvolvidos, quando se conseguir que cada ilha o seja por si própria, isto é, quando cada ilha tiver a educação necessária, a saúde desejada e a situação de pleno emprego alcançada, através das condições de desenvolvimento económico criadas para o efeito.

Porque acreditamos nesta tese, na análise sobre o que os Planos em discussão poderão contribuir para o desenvolvimento da Ilha Terceira e o bem-estar dos terceirenses, iremos centrar-nos mais nos parâmetros das decisões políticas de fundo, que estão dando um rumo diferente àquela ilha. Os números surgirão como complemento dessas medidas, em direcção às metas já definidas.

Assim, principiando a nossa análise pelo concelho da Praia da Vitória, o futuro polo de desenvolvimento económico da Ilha Terceira, temos, em primeiro lugar, o aeroporto das Lajes que dispensa apresentações, preparado que está para todo o tipo de operações que se deseje efectuar. Ali, a Aerogare Civil foi recentemente objecto de uma intervenção, que a deixou bastante melhorada. De igual modo, o parque de estacionamento foi substancialmente melhorado, aumentando significativamente a sua capacidade e dando outro aspecto exterior àquele espaço.

Deputado João Cunha (PSD): Obra do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro!

O Orador: Está preparado para receber com dignidade quem por ali pretenda entrar naquela ilha.

Com as reduções nas tarifas da TAP já conhecidas e as que, mercê do esforço deste Governo irão acontecer na SATA, espera-se que no futuro os visitantes sejam muitos. Foi um bom investimento.

O Porto da Praia da Vitória era aquela massa inerte e fria, de quando em quando tocada por algum cargueiro, amedrontado com aquela imensidão.

Este Governo quis dar-lhe vida. Para isso, optou pelo lógico, pelo racional. Aproveitou até estudos já existentes, encomendou outros e teve a coragem de colocar o sentido de desenvolvimento harmonioso da Região, acima de quaisquer outros interesses. Tomou a decisão política de ali instalar o Parque de Combustíveis da Ilha Terceira.

Com esta medida elimina-se o perigo que representa o parque existente em Angra e permite-se outra razão de procura daquele Porto, com as vantagens que daí advirão.

Falta aqui, neste Porto, o equipamento reclamado, mais o rebocador do que a grua, mas ambos ali necessários.

Em requerimento recentemente endereçado ao sr. Secretário da Economia, questionávamos sobre a quantidade dos Paquetes com turistas que anualmente têm

cruzado estas paragens, para podermos mais concretamente ajuizar da falta que o rebocador ali faz. Mas lá que faz falta, isso é inquestionável. Acreditamos que este Governo não acabará este mandato sem o colocar lá.

A experiência-sucesso do último Verão em relação ao transporte de passageiros inter-ilhas, já trouxe bastante animação àquele Porto. Esperamos que no futuro se mantenha e que se continue a proporcionar ensejos maravilhosos como aquele que ainda faz reluzir os olhos de muitos idosos com a lembrança dos momentos de surpreendente beleza em que pela primeira vez viram a sua Ilha... do Mar.

Um Governo também existe para isso. Por essa razão aí estão no Programa 14, 150 mil contos no Plano para 1999 e 350 mil no PMP.

O Porto de Pescas está chegando ao fim. Faltam apenas os armazéns de aprestos que ficarão concluídos em Agosto próximo. A verba de 215 mil contos para 1999 é o sinal inequívoco desta realização.

Para ali se prevê a construção dum estaleiro, aproveitando o elevador já existente.

Como se verifica, há boas condições para a criação de emprego naquela zona. Avance a AGESPI com a construção das infra-estruturas da Zona Industrial e ceda os espaços já requeridos pelas firmas interessadas, que dentro de pouco tempo teremos vida, teremos pão, onde hoje ainda só há pedra e cimento.

Daqui, e até porque se tocam, passamos ao 5º troço da via rápida, que no espaço de 30 minutos colocará a azáfama do Porto nos arredores de Angra. A sua construção seguir-se-á à conclusão do 4º troço que está terminando. Para esse fim existe a verba de 10 mil contos destinada ao projecto e 120 mil no PMP para o ano 2000.

A estrada Lajes/Sta. Bárbara tem de ser concluída o mais rapidamente possível. A cidade da Praia da Vitória tem sentido os efeitos económicos negativos, nomeadamente o seu comércio, dos 10 anos de promessas na sua recuperação.

Este Governo tem demonstrado ter perfeita consciência disso. De tal modo que, e apenas como simples comparação, contra os 8 km que os anteriores Governos do PSD levaram 8 anos a asfaltar, nestes últimos dois anos foram pavimentados 23,6 km.

Sabemos o quão difícil tem sido avançar, quanto se tem gasto a mais e quanto a falta de projectos dificultou a execução do que já está feito. Basta referir que em 6 desses

quilómetros teve de se proceder ao alargamento constante e a correcções de muitas curvas da faixa anteriormente existente. Faltam pavimentar 5,3 km nas Quatro Ribeiras e Biscoitos e 5,2 na Serreta e Doze Ribeiras. O Plano de 1999 contém a verba de 300 mil contos que se prevê seja o suficiente para a sua conclusão.

Simultaneamente ir-se-á avançando com a pavimentação do anel rodoviário Silveira/S. Bartolomeu/S. Mateus/Portas de São Pedro e a estrada da Serretinha.

Para esta realização estão inscritos já no Plano para 1999, 240 mil contos e no PMP, 320 mil contos para o ano 2000.

Outras no interior da Ilha se seguirão, pois quer para os naturais quer para os turistas, torna-se necessária a sua reparação. Referimo-nos concretamente à Canada do Tapete e ao Cabrito-Pico da Bagacina com o desvio às furnas do enxofre, quanto a nós as mais carecidas de intervenção.

Melhorando os acessos a alguns pontos de atracção turística, bem como realizando alguns investimentos nesta área, como adiante se verá, a Praia da Vitória fica com todas as condições para crescer. Quem a quiser recordar tal como é não se descuide a ir ao miradouro do facho tirar uma fotografia. Caso contrário, poderá ser tarde.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Observemos agora a radiosa Cidade de Angra do Heroísmo, a *Atenas Açoriana*, cujo sangue durante décadas congelado, voltou finalmente a ferver-lhe nas veias, adquirindo o dinamismo de outrora, encantando tudo e todos com a sua maneira de estar na vida, irreverente mas culta, elegante mas eficaz, brejeira mas firme, jovial mas madura, alegre mas trabalhadora. É que em Angra, tal como em toda a ilha, trabalha-se com alegria.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Já outrora, os trabalhos eram realizados em conjunto, nas eiras, nos cerrados ou nas vinhas, iniciando-se a azáfama muito mais cedo nos dias em que houvesse uma tourada. Sempre se trabalhou na Ilha Terceira, só que se trabalhava com alegria, com o prazer infinito de quem gosta de viver a vida e gosta do sítio onde vive. O segredo é apenas este: aquela gente gosta de ali viver.

Para que esse gosto continue e não esmoreça, torna-se necessário tapar o buraco na Praça Velha fazendo crescer o Hotel, construir a sua nova Biblioteca, dotá-la da sua

Casa da Cultura, reordenar-lhe a famosa baía que lhe banha os pés, apetrecha-la com a sua Marina e cuidar-lhe dos monumentos que são seu Património, sendo-o Angra da humanidade.

Para tal, existe interesse de privados para o aumento do Hotel, e as verbas de 165 mil contos para o ano de 1999 e o total de 535 mil contos no PMP para 2000. A Marina como é sabido sairá das verbas da Junta Autónoma dos Portos de Angra do Heroísmo.

No que à Ilha diz respeito, é necessário cuidar da educação dos seus filhos e da saúde de todos os seus habitantes, zelando pelos seus idosos, criando emprego para os seus jovens e habitação para quem dela necessite. As condições existem. Interessa interligá-las e pô-las a funcionar com as verbas indispensáveis. Foi nisso que apostou este Governo.

Assim, em relação às escolas, a do ensino EB2,3+E. Artístico de Angra do Heroísmo entrou no PMP em 1989/92 e só agora vai arrancar. No que respeita à Francisco Ornelas da Câmara, os Governos anteriores nunca destinaram verba significativa que melhorasse as condições em que ali se lecciona e aprende. Foi uma lástima. Agora está finalmente programada a sua reparação e ampliação. A verba destinada ao ano de 1999 são 130 mil contos. Para o ano 2000 tem programados 160 mil contos.

A Escola de Educação Especial é também para construir. Para tal, conta com a verba de 10 mil contos para a elaboração de estudos que conduzam à sua concretização.

Em relação às grandes reparações das escolas de ensino básico em que o Governo colabora com 85% dos custos, já foram reparadas várias delas, continuando a acção do Governo nessa área. A verba para 1999 são 81.480 contos.

A construção da escola EB/JI da Carreirinha tem disponibilizados para o efeito 50 mil contos em 1999.

O Centro de Saúde da Praia da Vitória, após todas as desilusões do passado vê finalmente chegada a hora da sua concretização tendo já sido adjudicada a obra e contando para o efeito com 350 mil contos em 1999. Seguem-se 400 mil contos para o ano 2000.

A solução para o Hospital de Angra está sendo estudada. Até que se chegue a uma conclusão final, aí estão 200 mil contos no Plano de 1999 e 500 mil contos para o ano 2000, destinados à ampliação e melhoramentos da estrutura existente.

O Centro Geriátrico da Santa Casa da Misericórdia de Angra está sendo construído, estando contemplado no Plano de 1999 com a verba de 30 mil contos sendo o apoio total do PMP de 150 mil contos. A reconstrução do edifício de recolhimento de São Gonçalo conta com 25 e 115 mil respectivamente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao desenvolvimento e fortalecimento da actividade económica, conducente à criação de riqueza e conseqüente criação de emprego, este Governo Regional tem estado deveras atento às necessidades dos diversos sectores, dotando-os das condições necessárias à realização dos seus objectivos.

Já analisámos as condições previstas para o Porto da Praia da Vitória e a metamorfose que ali se prepara para um curto espaço de tempo.

A elevada percentagem da população ligada à agro-pecuária sente confiança na melhor orientação imprimida à sua actividade profissional, permitindo melhores condições de trabalho e mais rentabilidade ao seu esforço produtivo.

As verbas inscritas de 115.500 contos no Plano de 1999 e o total de 856.499 contos no PMP para a melhoria das infraestruturas de apoio às explorações agrícolas e a dotação de 361 mil contos já aplicada na Indústria de transformação, bem como os 193.264 contos para 1999 e os 794.994 contos para o ano 2000 destinados à Construção do Matadouro Industrial, são demonstrativos do empenho colocado pelo Governo na melhoria das condições de vida de quem se dedica a tão importante actividade económica.

Os pescadores da Ilha Terceira têm razão de terem esperança em dias melhores, pois para além da utilização do Porto de Pescas da Praia da Vitória, terão o de São Mateus melhorado e pela primeira vez a desejada rectificação do Porto dos Biscoitos. Para tal, estão inscritos no Plano de 1999, 30 mil contos com 15 mil para o ano 2000.

Por sua vez, os empresários estão confiantes. Chegou a altura de terem certezas. Acabaram-se as dúvidas e reticências que colocavam em relação ao futuro. Recebem atempadamente o que lhes é devido. O Governo deixou assim de ser para muitos a

principal ameaça de falência. Antes pelo contrário. Incita-os à utilização dos diversos programas e projectos existentes para os apoiar no seu esforço de desenvolvimento. Com este Governo no poder, todos querem investir. Todos acreditam. Não importa em quem votaram antes, o que lhes interessa é constatarem a seriedade dos processos utilizados, a transparência nas atitudes assumidas.

As verbas existentes nos diversos programas de apoio, totalizam 309.700 contos para a Ilha Terceira complementadas com 345 mil contos não desagregados no Plano de 1999. No total do PMP estes programas estão contemplados com 586.515 contos acrescidos de 4.341.833 contos não desagregados.

Em relação ao Turismo, a grande esperança do futuro, importa não desperdiçar oportunidades de difícil recuperação posterior. A orientação imprimida por este Governo, nesta área, não podia ser melhor. As portas de entrada estão a ser preparadas ou já o foram: o Aeroporto, o Porto da Praia da Vitória e as Marinas.

No sector de Hotelaria estão na calha medidas que no decurso de 2 a 3 anos mais do que duplicarão as camas existentes na Ilha Terceira. A ampliação do Hotel e Residencial Cruzeiro; o Hotel no Fanal; o da Quinta do Caracol; o Varandas do Atlântico; o do Porto Judeu e a Pousada no Castelinho. Isto, num total de 800 camas.

Ficará assim a Ilha Terceira, finalmente em condições de acertar o passo com o todo regional, na procura do tal equilíbrio ou desenvolvimento harmónico que alguns apostaram em *desequilibrar* .

Como se vê por este exemplo, a Terceira não pretende trepar à frente, não pode é consentir que a empurrem para trás, como estava sendo hábito.

Por isso, temos que, desapaixadamente, ver com agrado a postura deste Governo, no seu empenho de a dotar das condições necessárias ao desenvolvimento desejado.

As verbas no Plano de 1999 são de 530.956 contos e de 1.144.863 contos não desagregados, sendo as globais do PMP de 1.002.136 contos e 4.276.399 contos não desagregados respectivamente. Para além disso existem compromissos do Sr. Presidente do Governo, que garantem não ser por falta de dinheiro que qualquer projecto ficará por avançar. Já na altura da discussão do Plano anterior esta afirmação foi feita. Que se saiba, não houve queixas em contrário. Que mais é preciso?

Por fim, a Habitação. Ela é, à partida, um dos grandes contributos para a dignificação do ser humano.

A aposta na Ilha Terceira, neste programa, está sendo forte. As 140 casas da Praia da Vitória e as 476 para o Concelho de Angra integradas no Programa de erradicação de barracas onde o Governo Regional colabora com 50% dos custos, sendo os outros 50% da responsabilidade do INH, são demonstrativos do empenhamento sério e até radical deste Governo perante situações (a maior parte delas ainda derivadas do sismo de 1980) de habitação extremamente degradante que ali existem.

É curioso assistir hoje aos gritos despropositados e incoerentes de quem antes tanto calou...

Não resisto à tentação de referir que a nível nacional o actual Governo da República investe 50 a 60 milhões de contos por ano neste programa que abrangirá 80 mil famílias.

O bairro da Carreirinha, com 56 fogos, está finalmente em construção. Interessa aqui recordar a rocambolesca história daquele bairro que remonta a 1981, e o desespero de tantas pessoas perante o comportamento irresponsável dos governos anteriores da responsabilidade do PSD. Será necessário explicar o grau de felicidade que invade estas 56 famílias?

O apoio à construção de casa própria e à recuperação da habitação degradada, bem como a aquisição de casas disponíveis para a habitação de famílias verdadeiramente pobres, constituem a meu ver o programa de alcance social mais *bonito* deste Governo, só comparável ao Rendimento Mínimo Garantido do Governo Nacional.

Quando se principiar a cuidar de resolver problemas das pessoas para além da Habitação e do Rendimento Mínimo Garantido, penso que a partir daí, o Natal (já que estamos na quadra dele) passa a ter outro sentido para todos os seres humanos que se preocupam com o seu semelhante.

Bem hajam estes Governos por isto!

A verba colocada ao dispor dos programas da habitação para 1999 é de 616.129 contos, quase que duplicando em relação a cada um dos anos anteriores. O total do PMP são 1.504.814 contos estando desagregados 3.976.904 contos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Fizemos esta análise sem abordarmos as verbas destinadas a repor os danos causados pelas calamidades. No que toca à Ilha Terceira são, felizmente de tal forma insignificantes, que nem nelas falámos.

No espaço que tem mediado entre a apresentação de cada Plano, têm acontecido situações de catástrofe nestas ilhas, qual delas a pior.

Os terceirenses sabem bem o que isso custa. Levam-se anos a recuperar dos efeitos traumatizantes dessas situações. Infelizmente, temos de nos habituar a elas e é a solidariedade que tem existido entre todos os açorianos que vai dando forças e transmitindo confiança àqueles que vão sofrendo as duras provas a que a natureza nos submete.

Os terceirenses compreendem bem o sofrimento dos seus irmãos faialenses, picarotos, florentinos, corvinos e jorgenses (estes também nossos companheiros de infortúnio em 1980), como compreenderam e compreendem os da Ribeira Quente e demais zonas de São Miguel atingidas pelas cheias. Essa solidariedade transmite-se no desejo de recuperação rápida dos seus bens e na satisfação de verificarem que este Governo conseguiu canalizar verbas bastante significativas para o Programa 33 de molde a que rapidamente seja reposta a normalidade das suas vidas.

No que diz respeito às verbas de todos os outros programas, a Ilha Terceira, com 15% no PMP e 14,6% no Plano para 1999, não tem razões para se queixar.

É necessário acima de tudo que a aposta no seu desenvolvimento económico, social e cultural se processe sem estragar o que de mais nobre ela possui: o espírito aberto, acolhedor e divertido mas firme, da sua população.

Para se compreender este fenómeno é necessário ter presente que,

Ali se bateu o pé aos espanhóis,
dali se partiu para o Mindelo;
ali viveu Garrett e nasceu Nemésio;
dali são o Zé da Lata e o Charrua;
os Corvelos, os Fernandes e o Albino,
e o Prosa, o Frisa e o Chinelo,
que *escreveram* com samarras e guarda-sois
poemas, aos touros de caminho.

Ali mora o ilustre Lusitânia
do Pira, do Teixeira, do Macoco e do Airosa;
e dali, em frágil barco de papel,
num rasgo de coragem sem igual,
partiu, com destino a São Miguel,
o intrépido Francisco Corte Real.
- E foi de Santa Maria e daquela Ilha Terceira,
que, com alguns anos de antecedência,
irradiou a onda de liberdade
que havia de contagiar os Açores.

Deputados Rui Pedro Ávila e Augusto Elavai (PS): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Aquela ilha tem um passado para recordar,
um presente de que se orgulha
e um futuro para viver.
É por isso que ela está *Acertando o passo com o futuro*
Os Planos em discussão dão-lhe essa garantia.
Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo.

Eu ia dizer em "off" ao Sr. Deputado, meu patrício, mas já que fui chamado posso dizer em público.

Eu queria felicitar o poeta Francisco Oliveira.

(Risos da bancada do PSD)

Eu senti-me, como terceirense, sensibilizado pela maneira feliz, simpática e redonda, como ele aqui caracterizou a nossa ilha, a nossa terra e a nossa gente e ele sabe-o fazer, da forma como aqui acabou de demonstrar.

Também queria gabar-lhe o optimismo que está sempre um pouco associado à poesia. Como ele foi muito poético, necessariamente foi optimista.

O ilustre colega, Deputado Francisco Oliveira, falou sobretudo do futuro e, nomeadamente, leu todos aqueles milhões que o Orçamento e o Plano trazem relativamente a 99.

Ilustre companheiro e Deputado:

Era importante fazer o exercício do que estava inscrito para 98 e o Sr. Deputado, ao garantir aqui que o seu Governo vai fazer e arrancar com um conjunto de Projectos para 99, deixou demonstrado que muito falhou em 98 e chamo-lhe já a atenção, porque anunciam que finalmente o 5.º troço da via rápida vai avançar em 99.

O Sr. Deputado não se lembra que nós, em 97, aprovámos para esse mesmo ano o início do 5.º troço? Está a gabar-se dele começar em 99?

Presidente: O Sr. Deputado tem mais um minuto.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado nem referiu a Estalagem da Serreta que estava prevista ser acautelada para arrancar em 97.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Está pronta!

O Orador: Está pronta? A da Serreta?

Vozes da bancada do PS: Sim!

O Orador: Está pronta a Estalagem da Serreta?!

A quem é que os senhores venderam a Estalagem da Serreta?!

Deputado Francisco Oliveira (PS): Isso é outra coisa!

O Orador: O Sr. Deputado já não se lembra daquilo que foi votado. O que foi votado aqui foi a alienação da Estalagem da Serreta e, entretanto, em 97, as obras.

Em 97 iam só fechar a casa e dar uns retoques, mas o que os senhores fizeram foi abandonar a Estalagem da Serreta. Saíu de lá o guarda e aquilo ficou a saque...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não ficou!

Nós estamos a pagar 300 contos por mês!

O Orador: ... roubaram tudo.

Eu, o ano passado, ano de 1998, vi o que é que fizeram lá.

Presidente: Sr. Deputado, eu agradeço que termine, porque o seu tempo já se esgotou.

O Orador: Eu já termino, mas chamo a atenção do Sr. Deputado Francisco Oliveira que para o Centro de Saúde da Praia da Vitória, para 98, estava inscrita uma verba de 100 mil contos. O senhor alegava que vai começar em 99.

Eu, como terceirense, Deputado eleito pela Ilha Terceira, representante do nosso povo, tenho que lamentar aqui que não se tenha executado aquilo que estava previsto em 98 para o Centro de Saúde da Praia e para a Escola Secundária de Angra que tinha 150 mil contos e estava prevista para 99.

Quanto às estradas, nós vamos ter oportunidade de falar.

Eu lamento, Sr. Deputado, mas não estou aqui para apoiar o Governo, nem para criticá-lo. Estou aqui para trazer e fazer a análise do que o Governo fez e do que não fez.

Em relação à Terceira o Governo, em 98, falhou redondamente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Antes de mais, agradeço as suas amáveis palavras.

Quanto à questão prática da minha intervenção, eu tenho apenas a dizer ao Sr. Deputado que nós vínhamos de uma situação de carência e habituados a tamanho desprezo na orientação das verbas incluídas nos Plano ao longo dos anos, concretamente para aquela ilha, e que a nossa principal preocupação é que num mandato de um Governo, sejam executadas as obras programadas.

Muitos dos Srs. Deputados que se sentem incomodados na bancada oposta, sabem, por experiência própria, que há obras que não podem avançar, mesmo que se queira, em determinado tempo. Há estudos a fazer, há questões a executar que podem não facilitar nem proporcionar que elas sejam executadas tão rapidamente quanto se desejaria.

Eu penso que a obrigação de um Governo é, de facto, executar o que promete no mandato dos 4 anos.

Se por alguma razão a obra passa de um ano para o outro, pois não será talvez a situação ideal que todos gostaríamos de ter, mas é, com certeza, muito diferente e muito melhor do que passar 4 e 8 anos com obras inscritas no Plano e sem se lançar o projecto para as executar.

Isso é lamentável, mas este Governo, até hoje, não o fez e estou absolutamente consciente que não o fará.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Agradeço a explicação e as palavras do Sr. Deputado Francisco Oliveira, respondendo à minha interpelação.

No entanto, gostaria de referir que é óbvio que este Governo não pode ter os projectos atrasados, nem 8 nem 6 anos, porque só está há 2 anos.

Eu sei que o Sr. Deputado Francisco Oliveira partilha da minha preocupação, porque assisti aqui com ele, ao longo dos anos, à acção eficaz, como Deputado, que fazia no sentido de controlar o Governo e de zelar para que o executivo cumprisse com os planos que aqui fazia aprovar. É exactamente esse papel que eu estou aqui a fazer, Sr. Deputado.

Relativamente à nossa Ilha Terceira, como em relação a muitas ilhas dos Açores que a seu tempo aqui falaremos, a acção deste Governo não foi eficaz em 98.

Houve um conjunto de coisas que foram feitas. O Sr. Deputado já as referiu e eu também sou capaz de as referir como, por exemplo, na área da saúde, em relação ao Hospital de Angra, as obras foram efectuadas.

Porém, em relação às estradas, por exemplo, infelizmente o ritmo a que se está a trabalhar na Ilha Terceira é um ritmo que não corresponde a nenhuma vontade política especial. É um ritmo insatisfatório.

Aliás, este Governo, como grandes projectos, tem os projectos que herdou do passado, ou seja, a via rápida, que é um projecto que está herdado há 20 anos, e a

estrada do litoral que também vem de trás, mas infelizmente continuam a trabalhar a um mau ritmo ou a um ritmo semelhante ao que vinha de trás.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Qual projecto?

O Orador: Eu não sei se tinha falado há pouco na grande reparação da Escola Francisco Ornelas da Câmara que, por exemplo, falhou sob o ponto de vista do planeamento, como falhou sob o ponto de vista do planeamento das novas instalações para a biblioteca pública.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Eu termino já, Sr. Presidente.

Ao nível das estradas, este Governo lançou algum projecto novo em relação à Ilha Terceira, além de estar a acabar a via rápida e de não ter conseguido entrar no 5.º troço?

Deputado João Cunha (*PSD*): Eles não têm projectos nas Obras Públicas!

O Orador: O senhor não referiu aqui, por exemplo, a ligação entre a Vila de São Sebastião e a Barraca, que o senhor conhece como eu, que é uma estrada interior e importante, até para o sector agro-pecuário da nossa terra, e que está servida no que toca à Bacia do Paul, mas a própria estrada em si é uma vergonha. Ela não consta do Plano, não está prevista.

O interior da Ilha, como referiu e muito bem, é uma necessidade extrema.

Este Governo o que fez de notório, nas obras públicas, em matéria de rodoviária, foi a rotunda da Carnaçor, que foi uma exigência da Assembleia Municipal de Angra.

Deputado João Cunha (*PSD*): Só?!

O Orador: Uma rotunda, 2 quilómetros de estrada nova e pouco mais.

Onde é que está a ligação de São Carlos a São Bartolomeu, que estava comprometida no Plano anterior?

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo já esgotou.

O Orador: A este ritmo, Sr. Deputado, este Governo não serve os terceirenses e é isto que eu queria dizer aqui.

Eu espero, e aí estou de acordo com a sua intervenção, que, para o futuro, este Governo mude de atitude em relação à Ilha Terceira.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco Oliveira:

Não era minha intenção intervir, mas dada a intervenção que V. Exa. fez nesta Câmara, por um lado, gostaria de partilhar da opinião do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro ao congratular-se pela forma como aqui procurou caracterizar o nosso povo e as nossas gentes, mas, por outro lado, tenho que lamentar.

Eu já esperava esse discurso elogioso, um elogio quase incontido, e por isso trouxe algumas passagens de intervenções suas e dos seus colegas no passado.

A credibilidade de um Deputado é vista pela coerência das posições que toma, quer esteja na oposição quer esteja na posição.

Eu, se tiver tempo na minha intervenção, penso ler algumas passagens, com o devido respeito, de intervenções de deputados da Ilha Terceira que, apesar de proferidas há 3 anos, têm plena actualidade.

O que não é aceitável é que o Sr. Deputado procure, como disse e muito bem o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, transpor tudo para o futuro, dizendo que se vai fazer, que se vai concretizar, se vai prometer, se vai cumprir, quando no passado as críticas que hoje são elogios, antes eram condenáveis pela percentagem abaixo dos 20% no Plano e Orçamento, conforme foi aqui referido durante dois anos consecutivos, mas hoje é um elogio ter-se 13%. O que no passado era uma crítica, hoje passou a ser um elogio.

Conforme foi aqui referido, há verbas que constam deste ano onde ainda não se gastou um escudo.

O Sr. Deputado lembra-se, no passado, quando visitou a Escola Francisco Ornelas da Câmara, com a câmara da televisão atrás de si e dos seus colegas?

Há 3 anos atrás, V. Exa. criticava que nem escudo se tinha gasto naquela escola. Estamos quase a meio do mandato deste Governo e nem um escudo se gastou naquela escola, quando ela é considerada uma prioridade das prioridades deste Governo.

Relativamente às gruas e rebocadores do porto de pesca que V. Exa. e os seus colegas consideravam um "elefante branco", não é pelo facto de parar lá o "Lady of Mann"

uma vez por semana que se transformou o Porto da Praia num porto operacional nem porto que possa, de alguma forma, contribuir para o desenvolvimento daquela ilha.

No que diz respeito à estrada Lajes/Santa Bárbara, aquilo que foi dito por si, Sr. Deputado, no fundo, não escamoteia e não pode, de maneira nenhuma, justificar o atraso que é reconhecido por todos, até pelos Deputados do Partido Socialista, como a obra de Santa Ingrácia. Aquilo não anda nem desanda e é importante acabar aquela obra, independentemente das questões político-partidárias, para o desenvolvimento, como disse e muito bem, do Concelho da Praia da Vitória.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Quanto às questões de São Pedro, conforme foi também aqui referido, nem um escudo se gastou.

Sr. Deputado:

Eu penso que os deputados da Ilha Terceira sempre foram entendidos e tenho a impressão que fui mais exigente do que os Deputados do PSD têm sido para este Governo. Como disse e muito bem, os Deputados do Partido Socialista da Ilha Terceira, são firmes, são reivindicativos, mas parece-me Sr. Deputado, com o devido respeito que essa firmeza, esse carácter reivindicativo que o Sr. Deputado tinha, já o perdeu quando passou da oposição à posição.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu vou apenas fazer uma breve intervenção uma vez que na minha comunicação poderemos voltar a falar neste assunto.

De qualquer modo, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, em primeiro lugar, que era bom que todos acertem o conta quilómetros, uma vez que não acertam bem o passo.

Esta questão das estradas na Terceira tem, naturalmente, o planeamento que o Governo Regional fez e, ao contrário do que tem sido dito aqui nesta Câmara, por

várias vezes, a estrada regional de Santa Bárbara, teve o seu início em 1981, não foi em 89, nem 85.

Nessa altura, havia a intenção, pela Resolução 23/81, de 31 de Março, de haver uma primeira intervenção entre a Serreta e a Vila Nova. É claro que nada foi feito e a estrada só começou em 1995.

A história passada é esta e "guerra aos factos e paz aos homens".

De qualquer modo, em relação à estrada regional de Santa Bárbara, eu já tenho dito aqui por várias vezes, e não sou só eu que o digo, que qualquer estrada que começa mal, tem um andamento que se complica em obra e foi isto mesmo que aconteceu nesta estrada. Não vale a pena escamotear de que era uma estrada com muita extensão, ou seja, 50 Km, sem nenhum projecto.

Inicialmente, um dos Secretários dos Governos Regionais anteriores previa 500 mil contos, posteriormente estimou-se em 1 milhão e 100 mil contos. O que aconteceu, o que as pessoas viram e sentiram no decurso da obra, foi que a estrada andou aos saltos e por uma razão muito fácil de explicar, ou seja, quando se chega a uma freguesia e não há projectos, as cotas de soleira são diferentes daquelas que inicialmente estavam previstas. É preciso parar para não pôr água para dentro da casa das pessoas.

Neste caso, é preciso fazer muros que não estavam previstos e arranjos nas obras dos terrenos.

Presidente: O Sr. Secretário Regional dispõe de mais um minuto.

O Orador: O que é que isto significa?

Isto significa contratos adicionais, obra mais cara, significa os saltos na estrada.

Foi isto que nós encontrámos com uma única diferença, isto é, nós fizemos sempre os projectos para os empreiteiros nunca pararem a obra, de acordo com aquilo que estava orçamentado.

O que aconteceu e mais uma vez são factos, é a comparação de 7 Km contra 23, mas a estrada vai acabar no ano de 1999 para satisfação, sobretudo daqueles que precisam ter a acessibilidade melhorada.

Nós já estamos nas Quatro Ribeiras em bom andamento e falta apenas o troço entre a Serreta e Santa Bárbara que são 7 Km.

Depois, veja como era a planificação da administração anterior:

Estava previsto nesta obra, não só a repavimentação da estrada do Rego, como do Ramal das Doze Ribeiras, mas é preciso, de acordo com a legislação, utilizar as verbas até 50% nos trabalhos a mais que a inexistência dos projectos conduziu.

Nós, no ano de 99, vamos lançar estas 2 partes que deviam estar integradas na empreitada, mas que tiveram que sair dela.

Portanto, os atrasos em relação àquela estrada não são nossos, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro. Os atrasos em relação àquela estrada são de quem lançou uma estrada de 50 Km sem projecto e nós, em dois anos, não só fizemos os projectos como triplicámos o andamento da obra face às administrações regionais anteriores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Eu já ouvi várias vezes a sua intervenção, no que se refere à estrada Lajes/Santa Bárbara e — permita-me que diga — isso é pura demagogia.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Não é demagogia!

O Orador: É demagogia, Sr. Secretário.

Vamos esclarecer aqui uma questão de uma vez por todas.

V. Exa. vem sempre aqui com a conversa que uma obra que começa mal, acaba mal.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Agora acabou bem!

O Orador: A obra se começou mal, ela arrancou bem a meio, ou seja, arrancou na véspera das eleições autárquicas. Aí não houve problemas de projecto, nem de curvas, nem de alargamento. Havia a necessidade de ter votos.

O único avanço que aquela estrada teve foi nas vésperas das eleições autárquicas e isto tem que ser aqui dito e denunciado, Sr. Secretário.

O que houve ali foi apenas uma obra eleitoralista. Terminou as eleições, parou-se a obra e isto tem que ser dito.

Eu estou convencido, e dir-me-á se tenho ou não razão, que nas vésperas das eleições legislativas, a obra que começou mal, vai voltar a arrancar bem!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Valadão:

De facto, V. Exa. não tem razão naquilo que diz.

Digo-lhe mais: se a estrada teve alguma paragem foi precisamente na altura das eleições autárquicas. Portanto, é exactamente ao contrário.

O que nós não fazemos é o que os senhores faziam, ou seja, punham as máquinas na véspera das eleições autárquicas e na Segunda-feira a seguir às eleições tiravam-nas. Isso nós não fazemos!

Deputado Jorge Valadão (*PSD*): Vamos ver no futuro!

Deputado José Maria Bairos (*PSD*): Fazem muito pior!

O Orador: De resto, todas as minhas observações acerca desta estrada estão documentadas nos contratos adicionais que são feitos.

Numa nota técnica eu digo o seguinte: "os contratos adicionais encontram a sua justificação no facto de, por um lado, os trabalhos em apreço serem tecnicamente inseparáveis da empreitada pavimentação inicialmente contratada e, por outro, a legislação em vigor permitiu trabalhos a mais até ao limite de 50% do contrato base".

Tudo aquilo que nós temos feito em relação à estrada Lajes/Santa Bárbara, tem sido com a preocupação técnica e rigorosa e basta passar lá para ver que está a ficar uma estrada bonita e bem feita. Naturalmente, isto significa que o nosso cuidado foi posto, exactamente nessa qualidade que é preciso ser dada às estradas regionais e o caso da estrada Lajes/Santa Bárbara, é o exemplo típico.

Nós orgulhamo-nos em passar na estrada Lajes/Santa Bárbara, quer ao nível das drenagens que estão feitas e que não estavam previstas — a velha história das valetas

como os senhores muito bem conhecem — quer ao nível dos muros de pedra seca e até mesmo ao nível do próprio pavimento e da própria sinalização.

Portanto, em matéria de Lajes/Santa Bárbara, os senhores não têm legitimidade nenhuma para vir para aqui dizer seja o que for, porque não fizeram nada. Lançaram apenas a obra sem ter dinheiro para ela, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, não fizeram nada em obra. A demagogia é vossa.

Eu fico extremamente espantado quando alguns deputados da vossa bancada questionam o Governo sobre projectos que os senhores não fizeram, sobre dívidas que os senhores não pagaram ou cronogramas financeiros que os senhores nunca acertaram e, naturalmente, com uma única intenção, ou seja, denegrir os projectos que finalmente estão em andamento e que chegam ao fim.

A nossa preocupação, como dissemos nesta Casa, foi pegar nalguns projectos que estavam em curso, porque é assim que deve fazer a Administração, e levá-los até ao fim e só depois lançar os nossos.

No entanto, houve muitas obras lançadas pelos senhores à pressa, em 1996, que comprometeram planos seguintes, como é óbvio, porque com a pressa de lançar os projectos, muitas vezes nem tinham os terrenos comprados como é o caso da envolvente à Ribeira Grande.

Os senhores lançaram várias dessas estradas sem ter os terrenos comprados e agora há atrasos em algumas dessas obras, porque os empreiteiros não podem ir trabalhar para terras que ainda não estão devidamente adquiridas pelo Governo Regional. É essa a diferença entre a metodologia em matéria de estradas deste Governo Regional e dos vossos governos regionais.

Voices da bancada do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado José Maria Bairos (PSD): Ser isso fosse verdade!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Justifique por que é que não é verdade!

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu intervenho porque o Sr. Secretário — e desde já agradeço a resposta à minha pergunta — José Contente, começou a responder dirigindo-se a mim e em seguida fez um conjunto de comentários, como é óbvio, que não vão dirigidos a mim, mas gostaria de esclarecer alguns assuntos.

Em compreendo que, perante as coisas concretas que aqui colocamos, V. Exa. para responder, procure outro tipo de justificações e fundamentações.

Dado que estamos aqui num mini-debate, na sequência da intervenção do Sr. Deputado Francisco Oliveira, eu queria centrar-me sobre a Ilha Terceira, porque ela foi aqui colocada.

Como o Sr. Secretário é talvez dos poucos que quando apanha a televisão à frente costuma dizer que está sempre a trabalhar e que os outros andam só a complicar o vosso papel neste Parlamento, eu gostaria de dizer que nós não complicamos. O nosso papel nesta Assembleia é pedir contas por aquilo que os senhores tinham inscrito nos planos e não fizeram e isso também faz parte da sua responsabilidade.

Quando se fala em sinalização de estradas, o senhor fica muito feliz com essa sinalização, mas eu estou muito preocupado com a sinalização de algumas estradas que os senhores fizeram, como por exemplo, na via rápida Angra/Praia.

O mal é esse. A que estava lá era péssima, mas aquela que os senhores inventaram, eu faço um desafio aos meus companheiros que passam lá todos os dias como eu, julgo que não é menos complicada.

Vamos a ver se pelo menos o Governo Regional dos Açores atina em fazer uma sinalização capaz para a via rápida Angra/Praia.

Em matéria de estradas os senhor devia estar preocupado em zelar pelo piso da estrada Angra/Praia pelo litoral. Todos nós conhecemos a degradação que aquela estrada está a ser sujeita.

O Sr. Deputado Francisco Oliveira apresentou aqui a sua fé na dinamização do porto da Praia da Vitória. Até deixou a ideia de que, em pouco tempo, vamos chegar à Serra do Faixo, olha para a Praia e já não a conhece. Oxalá que não haja nenhuma catástrofe.

Sr. Secretário:

Qual é a sua resposta e a resposta do seu colega da Secretaria da Economia, para termos na Praia da Vitória um porto atlântico/oceânico e vemos todos os dias camiões a transportar, entre Angra e Praia, cimento?

A cimenteira está no porto da Praia, o porto está na Praia e, por via terrestre, vão toneladas e toneladas de cimento para Angra. Os senhores não conseguem resolver isto?

Os senhores não conseguem levar o barco ao porto onde existe a fábrica?

Sr. Deputado Francisco Oliveira:

Nós temos que alertar para este tipo de coisas.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Essa é ao contrário! O barco é que não quer ir para a Praia!

O Orador: Então, os senhores que resolvam isso!

O que nós não podemos é sujeitar as populações do litoral daquela ilha a um trânsito pesado, perigoso, que afecta a segurança das populações e que está afectando fortemente a qualidade do piso.

Desenvolver o porto da Praia para depois a principal exportação desse porto estar a ser feita pelo porto de Pipas... Sr. Secretário, este Governo quando for à Terceira, sente-se à Mesa, pense um bocadinho e tente resolver alguns problemas daquela terra.

Deputado António Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, Sr. Deputado Jorge Valadão:

Eu pedi para intervir para não ficar aqui a ideia de que o Governo não tem feito investimentos na Terceira. Na sequência destas intervenções, parece que não foram feitos investimentos na Terceira, mas eles existem.

A estrada Lajes/Santa Bárbara está a andar. Fez-se, em tempo recorde, a rotunda Carnaçor. Os senhores levaram meses e meses a pensar naquela rotunda, todos os meses haviam acidentes, e não fizeram nada!

Já reparou, ao contrário do que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro referiu, a Estalagem da Serreta e o parque de estacionamento do aeroporto. Fez avultadas obras no

Hospital de Angra, numerosos caminhos nos perímetros de ordenamento agrário e basta por lá passar. Quem não usa as estradas regionais, pode passar noutras estradas, porque elas estão excelentemente pavimentadas.

Abriu uma delegação do IFADAP que foi uma promessa eleitoral do Partido Socialista e construiu o novo mercado do gado que os senhores andavam sem saber se haviam de construir ou não.

Estão em construção obras no porto de São Mateus e no porto da Praia da Vitória estão a realizar as obras destinadas às casas de aprestos. No parque desportivo João Paulo II, em Angra, está a ser construído um pavilhão de desportos. O bairro do Lameirinho, que os senhores não sabiam se aquilo era para andar ou não, já andava há mais de 10 anos em discussão, as obras estão em franco andamento.

Construímos a Casa do Povo e o Polivalente da Casa do Povo da Ribeirinha que os senhores, estranhamente nunca pensaram dar andamento aquela obra e o 4.º troço da via rápida já está praticamente concluído.

Sr. Deputado Jorge Valadão:

Não somos nós que iniciamos obras na véspera das eleições. Não fomos nós que, uma semana antes das eleições de 13 de Outubro de 96, iniciámos o 4.º troço da via rápida, foram os senhores!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Esta acusação não se ajusta ao Partido Socialista, mas sim ao Partido Social Democrata.

Finalmente, eu penso que o problema que surge aqui é que os senhores pretendem que em dois anos apenas se façam todas as obras que os senhores prometeram em 20.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Efectivamente, a estrada Angra/Praia está a precisar de ser repavimentada, mas mais uma vez eu digo-lhe porquê: a obra foi feita com o parecer contrário do próprio empreiteiro, mas era preciso despachar e depois o porto da Praia da Vitória destruiu aquela obra.

A Região, actualmente, tem um contencioso com um empreiteiro, que vem dessa altura, exactamente por isso, porque o empreiteiro diz que avisou a Região que o piso posto em cima de calçada não ia aguentar com o porto da Praia da Vitória e a Região na altura decidiu, quanto a nós mal, que devia ser feito, ser "pintado de preto", como se costuma dizer nessa circunstância.

De facto, a Região continua com um contencioso com esse empreiteiro e esperamos que pelo menos não perca tudo, porque há zonas que nós consideramos que são da responsabilidade do empreiteiro.

Portanto, nós conhecemos muito bem, felizmente, e é por isso que nós não temos problemas com a palavra trabalho. Este Governo não tem esses problemas.

Em relação à situação da sinalização das estradas regionais, efectivamente decorre um concurso público para a sinalização, de Santa Maria ao Corvo, que está praticamente pronto e que vai, de uma vez por todas, não só de acordo com o novo Código de Estrada, como também com as necessidades que foram levantadas em cada ilha, resolver os aspectos mais prementes da sinalização vertical das estradas regionais. Esta matéria tem também o seu adiantamento.

Na parte que me toca, em relação ao porto da Praia da Vitória, gostaria de lhe dizer que, quer se queria quer não, o "layout" desse porto, ou seja, os aspectos de pormenor que não estavam estabelecidos em 1996, foram todos conseguidos por este Governo, foram adjudicados todos os trabalhos para o porto ficar operacional e é por isso que estão em curso os armazéns de aprestos e de grossistas que nessa altura nem estavam previstos.

A parte que toca à Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, em matéria de execução das obras que lhes foram destinadas pelo Governo, estão exactamente neste ponto de situação.

Gostaria de lhe dizer também, só para arrematar esta intervenção, que a questão da rotunda da Carnaçor, está associada à pavimentação que foi feita da vinha brava e

também na Ladeira do Cardoso em outro sítio, que é um investimento importante para a Terceira, não pela sua dimensão mas pelo número de acidentes que aquela zona ali tinha. Num ano contabilizaram-se mais de 52 acidentes naquela zona.

Não é uma obra grande, mas foi feita depressa e veio melhorar a segurança das estradas regionais da Ilha Terceira.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que este mini-debate está a chegar a fim.

Antes de terminar, eu queria agradecer as informações técnicas que o Sr. Secretário aqui forneceu. Esse é o seu papel e julgo que fê-lo de forma politicamente honesta, mas também é nosso papel, nesta Casa, defender os interesses das populações que aqui nos colocaram.

Quanto a essa análise que fizemos, julgo que o balanço foi claro.

Ilustre companheiro Deputado Élio Valadão:

Eu compreendo a sua ânsia e ainda bem que veio aqui em defesa da sua dama, mas a questão é que nunca dissemos aqui que este Governo não tinha feito nada. Era só o que mais faltava!

Quando um Governo tem 40 milhões de contos para investir nos Açores, se não fizesse nada na nossa ilha, maiores razões de queixa tínhamos para além das que naturalmente temos.

Obviamente que este Governo investiu na Ilha Terceira, mas eu acho que ficou claro neste mini-debate, que este ano de 98, mais uma vez o Governo falhou nos principais projectos e nos projectos de maior dimensão que estavam previstos para aquela ilha. Esses projectos estão adiados no Plano.

Como foi aqui dito, eventualmente, vão ter lugar em 99, mas a nossa postura aqui não é para dizermos "paciência".

Nós estamos aqui para dizer que o Governo falhou e se fizer em 99, desde já, dizemos que deve fazer os que falhou em 98 e os que estão previstos para 99, porque senão começa a falhar e quem sai penalizado são as pessoas e a nossa ilha.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É óbvio que depois da intervenção do Sr. Deputado Élio Valadão eu não podia ficar calado, porque o que ele refere não é correcto.

Em primeiro lugar, só o facto do Sr. Deputado vir em auxílio do Sr. Deputado Francisco Oliveira, é sinal que no fundo reconhece as razões das minhas críticas e das preocupações aqui manifestadas.

Se o grande defeito deste Governo, ao longo do ano de 98, é a inauguração da rotunda da Carnaçor, fica tudo dito.

Se a grande obra que o Governo fez e que foi inaugurada com pompa e circunstância, que mais parecia uma obra inaugurada numa região terceiro-mundista, em que todos estavam lá, menos os deputados da oposição que não são convidados para esses grandes feitos, é óbvio que fica tudo dito.

Deputado Élio Valadão (PS): Eu também não fui!

O Orador: Sr. Deputado:

V. Exa. referiu que na altura dos Governos do PSD iniciavam-se as obras em véspera das eleições. Gostaria de dizer que se se iniciavam as obras era sinal de que elas se iam realizar.

Porém, o que o PSD nunca fez, foi atribuir subsídios da segurança social, através do Governo Regional, como foi feito na véspera das eleições autárquicas, alguns dos quais para a Associação da Castanha na Terra Chã e sobre os mesmos nunca responderam à Comissão de Inquérito. Isso o PSD nunca fez.

Deputado Élio Valadão (PS): Esse é o desfecho final!

O Orador: Se se iniciavam obras no tempo do PSD, era um bom sinal, porque as obras iam ser feitas. Porém, subsídios como aqueles que foram dados na véspera das eleições autárquicas pela Segurança Social, isso o PSD nunca fez.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Fernando Menezes (PS): E a factura das touradas?!

Presidente: Vamos voltar às nossas intervenções.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em 23 de Julho do ano corrente, o PCP/Açores veio, perante a opinião pública, defender a necessidade de serem **viabilizados** os Planos e Orçamentos para 99 e 2000, por forma a que se criasse a possibilidade de, sem delongas, demoras ou crises irrealistas, **poderem ser enfrentados os desastrosos efeitos das calamidades de 96, 97 e 98.**

Essa posição do PCP/Açores, porque fundamentada e ponderada, acabará, tudo o indica, por fazer vencimento, apesar do período de alguma perturbação política que se viveu recentemente.

Actualmente o Governo Regional calcula os prejuízos das calamidades em cerca de 70 milhões de contos.

Se tivermos em conta que esses prejuízos no essencial se verificaram em infraestruturas, produções agrícolas e habitações, não é de estranhar que seja essencial definir como grande prioridade a **recuperação das calamidades.**

A proposta de Plano para 99 encaminha, para a recuperação das calamidades, cerca de **25%** do total do investimento, o que constitui um facto que corresponde em larga medida à proposta que o PCP/A fez há mais de 6 meses.

É para nós razão de legítima satisfação política constatar que a análise por nós feita em meados do ano, foi uma análise correcta, rigorosa e muito ligada à situação objectiva que a nossa Região vive.

Passado o período em que a luta pelo poder e a luta pela manutenção do poder marcaram a actuação de quase todas as direcções político-partidárias regionais, estamos numa outra fase em que o realismo e a satisfação das prioridades regionais estão mais na ordem do dia.

Ainda bem que assim é.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Tal como sempre fez, o PCP/Açores procurará, no tempo que tem disponível, participar neste debate, debate este que na nossa óptica tem que contribuir para que o Plano e o Orçamento sejam o melhor possíveis, na actual conjuntura.

Quanto ao problema das receitas orçamentais e às necessidades de recurso ao endividamento para garantir o equilíbrio orçamental é necessário sublinhar alguns aspectos fundamentais.

A primeira nota a referir diz respeito ao facto do volume global de **endividamento, inicialmente proposto, ter um valor próximo daquele que é o valor constante do programa das calamidades.**

A segunda nota a registar diz respeito ao facto de ter sido recentemente, e ainda em **98**, contraído um novo empréstimo de **5 milhões de contos**, que se destinam a cobrir os atrasos de financiamento da União Europeia, pelo que, na prática, depois desses 5 milhões da União Europeia serem pagos em 99, atingiremos uma capacidade de endividamento real de **10 milhões de contos** no próximo ano.

A terceira nota a sublinhar, diz respeito à cobertura do diferencial que ainda existe face à primeira proposta de endividamento, no valor de 15 milhões de contos, apresentada pelo Governo.

Por aquilo que a intervenção, um tanto lacónica, do Sr. Secretário Regional das Finanças permite advinhar, o Governo da República irá, ao abrigo da Lei de Finanças Regionais, realizar **uma transferência extraordinária de cerca de 5 milhões** de contos para cobrir necessidades relacionadas com as calamidades.

Se assim for o endividamento regional, em 99, será não de 5 milhões como o Orçamento de Estado prevê, não de 15 milhões de contos como o Governo Regional propôs inicialmente, mas sim de 10 milhões de contos, sendo certo que metade dessa verba corresponde a um acréscimo da dívida em 98.

Para o PCP/Açores é positivo que o Governo da República proceda a uma transferência extraordinária de 5 milhões de contos, e a única dúvida que esta questão provoca na nossa mente, é a de saber se não teria sido possível obter garantias sobre essa transferência extraordinária para as calamidades antes de ter sido feita a proposta inicial de endividamento.

Quanto às afirmadas insuficiências de receita provocadas pela adaptação do sistema fiscal e pelo crescimento de despesa na área do desporto, também é necessário fazer um comentário.

Para o PCP/Açores esse problema é mais teórico do que prático, na medida em que o **grau de execução do Plano**, mesmo quando é relativamente alto, não tem sido de molde a **pensar-se** que irão faltar os referidos 1,7 milhões de contos.

De facto, mesmo que tomássemos à letra a declaração do Sr. Secretário Regional das Finanças, segundo a qual o grau de execução seria de **90%**, teríamos que o Governo tencionaria gastar em 99, na execução do Plano a verba de 48 milhões de contos e não de 53,3 milhões de contos.

As necessárias alterações de ajustamento da despesa serão assim mais um indicativo das intenções de execução do Governo, do que um rigoroso acerto orçamental.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Se é verdade que o facto de 25% das verbas do Plano estarem aplicadas no programa das calamidades é, em si mesmo, um facto positivo, não é menos verdade que é absolutamente indispensável que o Governo Regional saiba criar as condições para que esses 13,9 milhões de contos sejam, esses sim, integralmente aplicados no próximo ano.

Na nossa óptica, é absolutamente essencial que o Governo saiba garantir a criação de estruturas e a eficiência dos serviços que garanta a capacidade de gastar bem, em 99, os 8,9 milhões de contos para a reconstrução e os restantes 5 milhões previstos para as calamidades.

Para o PCP/Açores é essencial que o Governo Regional dos Açores saiba analisar, ver e ouvir o que se vai passando nesta área das calamidades, por forma a que possa garantir uma dinâmica reconstrutiva forte em 1999.

A lógica deste Plano só se cumprirá se os 13,9 milhões de contos previstos para as calamidade, forem integralmente executados no próximo ano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No recente debate sobre a adaptação do sistema fiscal ficou claramente demonstrado que **só por via fiscal, é impossível compensar os trabalhadores açorianos pelos custos acrescidos que a insularidade gera**. De facto, todos os partidos aqui representados, e o próprio Governo Regional, reconheceram que os cidadãos que por terem baixos rendimentos não são contribuintes no IRS ficam fora de qualquer benefício. Para além disto convém lembrar que, por exemplo, um cidadão que aufera

um vencimento de 100 contos terá, com a redução de 15% no IRS, um benefício de cerca de 25\$00 por dia, ou seja, mais ou menos 700\$00 por mês!

Como se vê, a questão da compensação pelos custos da insularidade continuará em aberto, pelo que será de toda a conveniência e de absoluta necessidade que o Decreto Orçamental crie um mecanismo que permita que em 99 se comece a rectificar esta situação.

Para o PCP/Açores a necessidade de se atingir uma situação de justiça remuneratória, continua plenamente na ordem do dia.

Para o PCP/Açores só a conjugação da existência de um valor de acréscimo regional para o salário mínimo nacional, com a existência de **benefícios sociais** directos, com a existência de **subsídios de insularidade** correctores de distorções e ainda com a existência de uma acentuada diminuição da carga fiscal, nos poderá pôr, em termos de rendimento, em pé de igualdade com o resto do País.

Não é defensável que se continue a tolerar que os trabalhadores por conta de outrem ganhem menos nos Açores do que no Continente.

Não é tolerável que os trabalhadores da administração regional e local tenham um tratamento diferente daquele que gozam os trabalhadores do Estado na Região.

Em 1997, o PCP/Açores avançou com iniciativas legislativas para fazer face a estas situações. O PS e o PP inviabilizaram essas iniciativas.

Em 1999, iremos trabalhar para que se encontrem soluções adequadas a estas situações.

Seria para nós inaceitável que o Decreto Orçamental não contivesse uma regra clara e não bloqueadora que permita que o tratamento útil deste actualíssimo problema tenha seguimento no próximo ano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A nova versão do Tratado da União Europeia prevê uma disposição (n.º 2 do artigo 229º) que reconhece que para as regiões ultraperiféricas terão que ser adoptadas medidas específicas destinadas "a estabelecer as condições de aplicação do presente Tratado a essas regiões, incluindo as políticas comuns"(citação).

Como oportunamente o PCP/Açores afirmou em declaração anexa a um Relatório desta Assembleia esta norma é importante, porque significa o reconhecimento

institucional da distância em que estamos e dos problemas permanentes que esta situação levanta.

É, no entanto, necessário sublinhar que, na sequência desta norma, é indispensável obter **apoios permanentes** que ultrapassem claramente aqueles que são atribuídos normalmente às Regiões 1, ou seja, às regiões menos desenvolvidas.

O PCP/Açores mantém sérias preocupações quanto a esta questão que é essencial que seja definida antes do III Quadro Comunitário de Apoio estar fechado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Está também em discussão o Plano de Médio Prazo 97-2000, numa versão, naturalmente modificada.

Já no meio da legislatura, o **PMP deixou de ter o carácter de referencial importante que lhe cabe**, mas não deixa de ter algum valor como elemento de avaliação e previsão da política do Governo.

É apenas a este título que o PCP/Açores avalia esse documento, dando toda a importância ao Plano para 99, e no próximo ano ao Plano para 2000, porque esses, sim, são os documentos que interessa que sejam equilibrados e minimamente adequados, para poderem ser viabilizados.

Disse.

Presidente: O Sr. Deputado João Santos pede a palavra com que finalidade.

Deputado João Santos (PS): Sr. Presidente, era para pedir autorização para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Jorge Valadão, porque há pouco pedi a palavra mas a Mesa deu a palavra ao Deputado Paulo Valadão...

Presidente: Se quiser usar da palavra pode, só que eu não posso condicionar...

Deputado João Santos (PS): Então noutra altura eu prestarei o esclarecimento.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Cabe-me agora apresentar a esta Câmara os objectivos e dotações do Plano e Orçamento da Região nas áreas de competência da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais, áreas que, no cumprimento do Programa do VII Governo

Regional continuam a merecer um acrescido esforço financeiro, quer no que respeita a investimento, quer no que respeita à assunção dos elevados custos que a prestação dos serviços com a necessária qualidade nas áreas sociais, nomeadamente na saúde e educação, impõem.

Em termos globais, o Plano e Orçamento para 1999 seguem, como é natural em meio de mandato, as orientações globais dos anos anteriores, e aquelas que estão consignadas nas sucessivas propostas de Plano a Médio Prazo apresentadas a esta Câmara. Trata-se, pois, de documentos que visam dar continuação às políticas empreendidas pelo VII Governo Regional, mantendo as orientações estratégicas já em vigor e aprofundando a realização dos grandes vectores de actuação em curso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No Plano, os 9 programas atribuídos à coordenação da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais, representam, excluindo a vertente referente à recuperação de áreas afectadas pelas calamidades, um investimento previsto de cerca de 10,5 milhões de contos. Passo, pois, a enunciar cada um dos programas e a fazer uma breve apresentação dos seus objectivos.

O Programa 18 - Desenvolvimento das Infraestruturas Educativas - é aquele que apresenta um maior volume financeiro, com um investimento global de 3 milhões de contos, mantendo o esforço de investimento que vinha a ser feito nos anos anteriores nesta área.

Nos anos de 1997 e 1998 privilegiou-se a recuperação dos edifícios escolares, primeiro os do 1º ciclo e da educação pré- escolar, depois, com o arranque dos fundos escolares, dos restantes ciclos de ensino.

Neste momento, já foram ultrapassados os dois terços, em termos de aula, que já foram objecto de intervenção em termos de reparação e de manutenção.

Estão em conclusão, prevendo-se a entrada em funcionamento das novas estruturas nos próximos meses, as grandes reparações e ampliações das escolas Secundária da Ribeira Grande e Básica Integrada de S. Roque do Pico.

Foi inaugurada, no início deste ano lectivo, a nova escola básica integrada do Corvo. Também, no Topo, procedeu-se à instalação, no edifício do antigo Convento de S. Diego, da nova escola básica integrada que serve aquela parte da ilha de S. Jorge.

Prosseguem, a bom ritmo, obras de reparação em cerca de três dezenas de edifícios escolares, sendo já bem clara a diferença no estado de conservação e na qualidade das instalações, particularmente nas do 1º ciclo do ensino básico e ensino pré-escolar.

Encontra-se adjudicada a empreitada de construção da nova Escola Básica e Jardim de Infância da Lagoa — 16 novas salas de aula para aquela vila — e esta obra deverá começar nas próximas semanas. Também já estão adjudicadas as obras da nova Escola Secundária da Lagoa e a Escola Básica Integrada da Maia.

Estão em fase adiantada de elaboração os projectos das novas escolas básicas com ensino artístico de Angra e Ponta Delgada e a nova Escola Secundária da Horta. Também em elaboração, estão os projectos da escola básica integrada dos Ginetes, de ampliação da Escola Básica Integrada do Topo e da Escola Básica Francisco Ornelas da Câmara, na Praia da Vitoria que vai sofrer uma grande remodelação, ou seja, é praticamente a construção de uma nova escola.

Os fundos escolares receberão cerca de 200 mil contos no próximo ano, destinados à manutenção e reparação dos edifícios escolares e vai ser mantido o esforço de investimento em cooperação com as autarquias na recuperação e construção de edifícios destinados ao primeiro ciclo do ensino básico.

Só nesta cooperação já foram intervencionadas, desde que este Governo iniciou o seu mandato, mais de 600 salas de aula.

As adaptações ao ensino secundário e as necessárias ampliações nas escolas do Nordeste, St. Cruz da Graciosa, Bento Rodrigues em Vila do Porto, Padre Manuel Azevedo da Cunha na Calheta, de Velas e Santa Cruz das Flores estão em fase de elaboração do projecto de execução.

Na Povoação, em cooperação com a autarquia, vai ser executada a ampliação e grande reparação da escola Maria Isabel C. Medeiros e a construção, nas Furnas, de um anexo destinado ao funcionamento dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico para servir os alunos daquela freguesia e da freguesia da Ribeira Quente.

Está em preparação o lançamento do projecto da nova escola para as Lajes do Pico. nesta área a diferença é bem clara e nítida. Quem conheceu as nossas escolas em 1996 e as vê agora, vê que em todas elas se fizeram intervenções, nalgumas maiores

noutras menores, e até mesmo começámos algumas escolas que emparceiam com as escolas de qualidade de outras regiões do país e de outros países da Europa.

Tanto a Secretaria como os conselhos directivos e comissões executivas instaladoras das diversas escolas, têm feito um grande esforço no sentido de, em colaboração com as autarquias, com a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, com os seus serviços de ilha e em colaboração com muitas outras entidades, recuperar as nossas escolas do estado de incrível de degradação em que elas se encontravam.

O Programa 19 - Desenvolvimento do Sistema Educativo - mantém o esforço de investimento que vinha a ser feito nos anos anteriores, prevendo-se um investimento de 340 mil contos.

Tal verba destina-se à comparticipação nos custos com a formação do pessoal docente e não docente das escolas - 60 mil contos - e com a aquisição de equipamentos e mobiliário para a rede escolar - 280 000 contos.

As verbas incluídas neste programa, como forma de incentivar a autonomia das escolas, serão parcialmente distribuídas pelos fundos escolares.

Programa 20 - Juventude e Emprego.

É mantido o esforço de investimento que vinha a ser feito nos anos anteriores, prevendo-se um investimento global de 535 mil contos.

Esta dotação destina-se ao desenvolvimento de acções voltadas para a juventude e para a promoção do emprego e formação profissional, incluindo-se aqui as comparticipações do orçamento regional para a execução financeira da generalidade das verbas provenientes do Fundo Social Europeu.

Também incluídas neste programa estão as dotações destinadas à melhoria das instalações e adequação tecnológica dos serviços, com especial destaque para os investimentos que estão a ser feitos nas instalações na Horta e Angra das Agências para a Qualificação e Emprego e Inspecção Regional do Trabalho.

As vertas mais vultuosas destinam-se aos programas de formação profissional, com destaque para o programa PROFIJ.

No **Programa 21 - Desenvolvimento das Infraestruturas de Saúde**, vamos continuar com o grande investimento que vinha a ser feito nesta área.

É o segundo programa em volume financeiro, apenas ultrapassado pelo investimento nas infraestruturas educativas, cabendo-lhe um investimento global previsto da ordem dos 2,1 milhões de contos.

Aquele investimento destina-se à construção e equipamento de novas unidades de saúde sendo aqui de destacar o apetrechamento do novo Hospital de Ponta Delgada, com particular destaque para a aquisição de equipamento para imagiologia clínica, investimento superior a um milhão de contos.

Está adjudicada a empreitada de construção do novo Centro de Saúde da Praia da Vitória, obra que se prevê iniciar nas próximas semanas. Em concurso, pela segunda vez devido a não terem aparecido interessados no último concurso, esta a construção do futuro Centro de Saúde da Lagoa.

É mantido o investimento nas pequenas unidades de saúde e está em início o processo de elaboração do projecto para o novo Centro de Saúde de Ponta Delgada.

Para a remodelação e ampliação de unidades de saúde existentes é previsto um investimento de 550 mil contos. Entre estes investimentos destaca-se a empreitada de ampliação do Hospital da Horta, já adjudicada e com início previsto para as próximas semanas e a remodelação do Centro de Saúde da Povoação, cuja adjudicação ocorrerá na próxima semana.

Em curso está o investimento na melhoria das instalações do Hospital de Angra e em preparação o estudo para a reformulação daquela unidade de saúde.

O Programa 22 - Desenvolvimento do Sistema de Saúde - apresenta um investimento global previsto de 390 mil contos. Tal investimento destina-se ao apetrechamento e modernização das unidades de saúde e à formação e actualização profissional dos profissionais do Serviço Regional de Saúde.

Entre os objectivos incluídos neste programa está a aquisição de equipamento de tomografia axial (TAC) para o Hospital da Horta, em fase de adjudicação, e equipamento vário de imagiologia para diversas unidades de saúde, em que destaco, particularmente, os equipamentos de RX que se apresentam nesta altura obsoletos.

Destaque também para os investimentos na área da telemedicina e da informatização da gestão dos cartões de utente do Serviço Regional de Saúde.

O Programa 23 - Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social - é dotado com 523 mil contos, destinado a satisfazer a comparticipação regional no orçamento de investimento da segurança social nas áreas de Equipamentos de Apoio a Idosos - 225 mil contos - e Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude - 298 mil contos. A este investimento há que acrescer cerca de 700 mil contos de investimento provenientes do orçamento da Segurança Social.

Entre os Equipamentos de Apoio a Idosos, as obras mais relevantes previstas situam-se no investimento na criação da rede de Centros de Cuidados Geriátricos, dos quais já esta em construção o de Angra do Heroísmo, e em fase avançada de lançamento o da Horta. Em Ponta Delgada, com a integração já concretizada do Lar da Levada na Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, está já em preparação a criação do Centro de Cuidados Geriátricos que substituirá a actual Enfermaria Abrigo.

Outros investimentos de grande vulto são a recuperação do Recolhimento de S. Gonçalo, em Angra do Heroísmo, e de reformulação do edifício onde funciona o lar de idosos de Vila do Porto (antigo hospital). Também em S. Roque do Pico se adaptará o antigo hospital a Lar de idosos.

Entre os Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude há a destacar a criação da rede de Centros de Emergência para crianças e jovens em risco, dos quais já estão em funcionamento os de Angra e de Ponta Delgada, e a construção e melhoramento de diversas creches e jardins de infância pertencentes a IPSS.

O Programa 26 - Património e Actividades Culturais está dotado com cerca de 1,7 milhões de contos, dos quais 334 mil contos se destinam à dinamização de actividades culturais e 1,3 milhões se destinam à defesa e valorização do património arquitectónico e cultural. A protecção e valorização da Zona Classificada de Angra do Heroísmo é dotada com 60 mil contos.

O Projecto Dinamização de actividades Culturais visa dar corpo ao sistema de apoio às actividades culturais regulamentado no presente ano, estando as suas acções já estruturadas de acordo com aquele diploma.

Na área da defesa e valorização do património arquitectónico avulta o investimento na adaptação do colégio dos jesuítas de Ponta Delgada em biblioteca pública, obra

que se encontra em fase de conclusão no que respeita a construção civil, mas que urge agora equipar. Também a Biblioteca Pública da Horta já se encontra adjudicada, prevendo-se para breve o arranque da obra.

Para além destes investimentos vão prosseguir os trabalhos de valorização e conservação do património arquitectónico de várias ilhas, entre o qual avulta a Igreja do Carmo, aqui na Horta.

O **Programa 27 - Desenvolvimento Desportivo** - vai dotado com 965 mil contos destinados a investimentos em diversas instalações desportivas e ao apoio às actividades desportivas.

Entre as instalações desportivas é de ressaltar o investimento no Parque Desportivo da Ribeira Grande, que se encontra em avançado estado de execução, no Pavilhão da Horta, também em avançado estado de execução, e nas instalações para judo e musculação de Angra do Heroísmo, cuja conclusão se prevê para breve.

Para fazer face ao impacto do sismo sobre diversas estruturas da área social, o **Programa 33.8 Calamidades - Sismo** - vai dotado com uma verba global de 1,4 milhões de contos destinada à recuperação de várias infraestruturas da área social danificadas pelo sismo de 9 de Julho. Entre elas avulta a reconstrução de diversas infraestruturas de apoio social, nomeadamente o Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia, a Casa de Infância e o Lar das Criancinhas, a recuperação de imóveis classificados e de interesse arquitectónico, igrejas e outros equipamentos colectivos da área social e a recuperação de edifícios escolares no Pico e Faial.

Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Passo agora à apresentação do **Orçamento para 1999** das diversas áreas afectas à Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais.

O Orçamento para 1999 nas áreas afectas à SREAS segue a orientação global que já foi esplanada nesta Câmara pelo senhor Secretario Regional da Presidência. Gostaria contudo de explicitar alguns aspectos que, pela sua especificidade, merecem menção em separado.

O Orçamento do Serviço Regional de Saúde para 1999 estima-se em 31,5 milhões de contos, dos quais 26,6 são transferências correntes do orçamento regional e 2,1 milhões de contos transferências de capital. Este valor representa um crescimento de

1,8% face ao ano anterior e mantém o propósito de promover o reequilíbrio financeiro daquele serviço. Ao longo deste ano foi possível integrar a vasta maioria dos fornecedores da Saúde no sistema de pagamentos contratados a 90 dias, o que permitiu eliminar as gravosas situações de atrasos de pagamento que grassavam no sector. Está a decorrer, neste momento, o alargamento daquele sistema aos restantes fornecedores, por forma a permitir a garantia da não existência de créditos não contratados para além dos 90 dias no próximo ano. Apesar de ainda não ser possível a consolidação das contas do ano de 1998, o défice do Serviço Regional de Saúde não deverá exceder os 5 milhões de contos no final do corrente ano, valor esse que ficaria sensivelmente reduzido se as instituições de saúde arrecadassem os cerca de 1,6 milhões de contos de créditos cobráveis de que são detentoras e que ainda não foi possível cobrar.

Com a autonomia das escolas foram implementados os fundos escolares, fundos que têm, pela primeira vez, expressão orçamental em 1999, com uma dotação global de 1,1 milhões de contos, dos quais cerca de 250 mil contos são transferências do orçamento regional destinadas à manutenção das escolas e dos seus equipamentos.

O Fundo Regional de Acção Social Escolar tem um orçamento global de 1,9 milhões de contos, prevendo-se para o próximo ano o pleno equilíbrio financeiro daquele fundo.

Os restantes fundos e orçamentos da área social mantém a evolução global traçada para o orçamento regional.

De assinalar que as despesas com a educação representam cerca de 37% das despesas regionais, excluindo as contas de ordem e as despesas resultantes das catástrofes, e que as despesas com a saúde representam cerca de 34% daquelas despesas. Este volume financeiro destina-se em grande parte à cobertura de despesas com pessoal, despesas essas cuja evolução a Região em boa parte não controla. Atente-se que no sector da educação, para além de uma revalorização salarial que se perspectiva para o sector, foi recentemente decidida a contagem integral do tempo para a progressão de escalão dos docentes, o que terá pesadas consequências sobre o crescimento da despesa neste sector. Também no sector da saúde, onde o peso das remunerações é dominante, se perspectivam revalorizações de carreiras.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O conjunto de propostas que este Governo apresenta nestas áreas, é um conjunto de propostas equilibradas, que se inserem nas estratégias traçadas pelo VII Governo Regional e que visam dar plena consecução ao seu Programa do Governo.

Trata-se pois, nas áreas sociais, de um Plano e Orçamento visando dar execução ao Programa do VII Governo Regional, aprovado por esta Câmara, e concretizando as estratégias e objectivos de desenvolvimento traçados para estas áreas. Estamos perante um bom, que estou certo merecerá a aprovação dos açorianos e deste Parlamento.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de suscitar dois esclarecimentos ao Sr. Secretário Regional da Educação.

Em primeiro lugar, o Sr. Secretário referiu que a remodelação e ampliação na Horta, estão para breve, e cujo contrato foi assinado, salvo erro, a semana passada.

De acordo com a resolução que aprovou a adjudicação, é referido que para o ano de 1999, serão necessários 353 mil contos. No Orçamento vejo apenas inscritos 100 mil contos, portanto, estão em falta cerca de 250 mil contos.

Gostaria de saber como é que vai resolver este assunto.

Em segundo lugar, vou ser porta-voz de um estudante que me enviou um "email" e que dado o assunto ser pertinente, vou colocá-lo a esta Assembleia. Passo a citar:

"O Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais prometeu a alguns dias, após o terramoto, apoios e bolsas de estudo da referida Secretaria destinadas a estudantes, nomeadamente no meu caso, do ensino superior, cujas famílias fossem sinistradas.

Ora, já vamos com quase dois meses de aulas e nada foi feito e pelo menos no meu e noutro caso nada se sabe destes apoios.

É necessário informar as pessoas do que está ou não a ser feito e se vão ter, como foi prometido as ditas ajudas e o carácter das mesmas, ou não sendo que neste caso o assunto seria bastante sério para não dizer mais.

Assim, pedia que esclarecesse esta situação deveras preocupante para quem, como eu, tem decisões sérias a tomar como resultado da vinda ou não desses apoios prometidos e divulgados."

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nos diversos planos da responsabilidade deste Governo Regional, tem constado sempre a adaptação ao ensino secundário da Escola Padre Maurício de Freitas.

Mais uma vez, e pela terceira vez no Plano de 1999, aquela obra está contemplada e mais uma vez o Sr. Secretário Regional refere que a obra está ainda em preparação de projectos.

Eu gostaria de saber, relativamente a esse projecto, qual o estado que se encontra neste momento e se, efectivamente, o projecto avançará no ano de 1999.

Dado que as possibilidades ou alternativas em relação à frequência de aulas e à ampliação terem naturalmente que decorrer simultaneamente, o que é que o Governo Regional pensa em relação a esta matéria. A nós preocupa-nos o facto de, durante o ano lectivo, estarem em execução obras que, segundo creio, terão alguma dimensão, e simultaneamente a realização das aulas.

Concretamente, perguntaria ao Sr. Secretário Regional se se prevê, por exemplo, as obras decorrerem durante as férias grandes o que seria positivo, na nossa opinião.

Uma outra matéria que gostaria de trazer aqui e admito que o Sr. Secretário possa não ter presente o dossier, mas gostaria de colocar a questão para, se for possível, obter resposta, prende-se com a Igreja Matriz de Santa Cruz das Flores.

No plano previsto para o ano passado e em execução este ano, estava prevista uma verba, que não me recordo de cor, mas julgo que era 20 mil contos para a recuperação da Igreja.

Este ano está prevista novamente uma verba e nós consideramos que a verba separada por anos será de certo positiva para a grande recuperação que se pensa e que não acabará com certeza em 99.

Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário se, durante o corrente ano, já foi ou vai ser transferida a verba contemplada do ano de 98 para aquela recuperação, se se pensa que durante o ano de 99 a recuperação poderá ter continuidade e se há uma preocupação, sob o aspecto de fiscalização arquitectónica, para que se respeite a obra que ali está e não se façam obras que possam não recuperar mas fazer uma má recuperação.

Nós damos muita importância a essa recuperação, mas entendemos que tem que ser feita uma boa recuperação em função da grandeza do edifício em causa.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Eugénio Leal:

Em relação à questão do edifício das diversas fases da Biblioteca Pública da Horta, o valor que aí está é o valor que será ou não reforçado em função do andamento da obra.

As instruções que foram dadas dizem que a obra deve avançar com a velocidade possível e o mais rapidamente possível. Contudo, ainda há um aspecto na 2.^a fase do projecto que não está resolvido e que tem a ver com a situação de um auditório, ou seja, um problema estrutural, porque as bibliotecas, devido ao peso dos livros, têm que ter fundações e uma estrutura especificamente reforçada.

Há um problema nessa parte, mas nesta altura nós temos a certeza de que este ano nós podemos executar no edifício antigo aquela verba que está inscrita.

Se as condições o permitirem (Deus queira que sim), nós temos intenção da obra avançar rapidamente e de fazer o reforço dessa acção para que a obra decorra sem sobressaltos.

Nesta altura, aquele valor corresponde àquilo que nós estimamos e temos a certeza de que é possível executar de imediato face ao estado concreto do projecto.

Em relação às bolsas de estudo eu também recebi essa mesma carta e já tive oportunidade de responder. Posso dizer-lhe que, neste momento, já está atribuído um conjunto de bolsas e essa atribuição foi feita através dos Serviços de Acção Social.

As pessoas que precisam desse tipo de apoio têm apresentado os seus casos no Instituto de Acção Social, que os têm analisado, e nas situações em que a análise da situação sócio-económico da família o justifique, têm sido atribuídas bolsas supletivas.

Nesse caso concreto o assunto foi por mim enviado ao Instituto de Acção Social, mas não lhe sei dizer qual foi o desfecho da situação.

A concessão ou não da bolsa depende do resultado de uma análise feita aos rendimentos da família, à situação sócio-económica e ao impacto que o sismo teve sobre o agregado familiar.

Além disso, este é um assunto onde devemos reservar a privacidade das pessoas. Se o Sr. Deputado quiser nós podemos dar uma informação directamente a si sobre as bolsas concedidas e a situação de cada uma delas.

Sr. Deputado Paulo Valadão:

Em relação à Escola Padre Maurício de Freitas, neste momento, está a decorrer a elaboração do projecto de execução que vai permitir o lançamento da empreitada para a obra e a data prevista para a entrega desse projecto é o mês de Abril do próximo ano.

Nessas circunstâncias e porque o projecto terá que ser analisado, eu não lhe posso garantir se no próximo Verão a obra esteja a decorrer, porque há o processo do concurso e de empreitada.

De qualquer forma, a intenção da Secretaria é não perder um dia neste processo.

Portanto, nós faremos arrancar a obra o mais rápido que seja possível.

A obra, dada a sua dimensão, e o tempo que vai demorar, não é obra que possa ser realizada durante o Verão. O tempo estimado de intervenção será cerca de um ano, ou seja, a escola vai ter que conviver com a situação de obra durante um período longo com todos os inconvenientes que daí resultam, mas é impossível fazer de outra forma, porque se trata de uma obra com alguma dimensão.

Este problema se não se puser em relação a este ano, põe-se em relação ao próximo, porque a obra estará a decorrer. Nós vamos tentar incomodar o menos possível a escola, mas este caso não é único. Neste momento, na Região, temos diversas escolas em funcionamento e ao mesmo tempo estão a decorrer obras.

Não é possível fazer de outra forma, porque em três meses não se fazem as obras que as escolas precisam.

Em relação à Igreja Matriz de Santa Cruz das Flores...

Presidente: Sr. Secretário Regional, eu agradeço que termine porque o seu tempo terminou.

O Orador: ... o edifício foi classificado e por ter sido classificado isso obriga a que os projectos tenham que ser aprovados pela Direcção Regional da Cultura. Portanto, fica salvaguardada a qualidade arquitectónica da intervenção a ser feita, através da classificação do imóvel que já foi feita.

Em relação às verbas, as mesmas são transferidas para a comissão fabriqueira e eu não lhe posso dizer se já foram transferidas este ano ou não, mas se não foram serão transferidas. Portanto, nós vamos abastecendo a comissão com as verbas que estão inscritas no plano.

Obviamente, esta não é uma obra do Governo e como tal a comissão angariará os fundos necessários para a conclusão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente, até porque no meio de tanta obra, tanto projecto, tanta intenção e tanta verba, desta vez perdi-me. Portanto, nada melhor do que chamar para terreiro duas questões que dizem respeito ao Pico e que importa esclarecer.

O Sr. Secretário anunciou, apressadamente, no início deste mandato, que nas Lajes do Pico seria construída uma nova escola.

Pedi auxílio à Câmara que disponibilizou terrenos. Entretanto, apareceu outro terreno com possibilidades de lá ser construída a escola e o Sr. Secretário entendeu,

numa visita feita às Lajes do Pico, que seria no primeiro local, ou seja, Santa Catarina e nem visitou o local alternativo.

Os órgãos autárquicos concordaram com essa decisão do Sr. Secretário, porque o que querem é a obra feita uma vez que ela é necessária e urgente. Eles entendem que não se fique por intenções.

Agora, por pressões, o Sr. Secretário já recua e como de costume diz que se entendam.

Entendam-se o quê, Sr. Secretário?

Entendam-se como?

Não é a si que compete localizar a escola, dizer onde é que fica, depois de munido das opiniões técnicas e das opiniões das forças vivas locais? Faça depressa para que não fiquemos anos seguidos nos Planos com 10 mil contos para o projecto.

Já que estamos em questões do Pico, vamos ao parque Desportivo.

Também aqui o Sr. Secretário diz aos autarcas que se entendam, mas verbas no plano não existem. Parece que não são necessárias.

Entretanto, Sr. Secretário, posso anunciar-lhe que os autarcas vão se entender, vão lhe pôr nas mãos o menino e vão dizer o que querem para o Parque Desportivo do Pico. Depois queremos ver o que é que o Sr. Secretário vai dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel Azevedo:

Em relação à Escola das Lajes do Pico, de facto, existiam dois terrenos e eu visitei aquele que não conhecia. Eu já conhecia o terreno dos Biscoitos e depois disso já tive oportunidade de voltar a visitá-lo.

Eu já me muni de um conjunto de opiniões e o Sr. Deputado pode ter a certeza de que a decisão será tomada a muito breve trecho.

Apenas preciso de uma avaliação geotécnica de uma encosta, algo que obterei e o assunto será resolvido num curto espaço de tempo.

Em relação ao Parque Desportivo, o Sr. Deputado não se preocupe, porque creio que, nesta Sessão, ainda voltaremos a este assunto e posso garantir-lhe que a primeira fase desse parque vai mesmo avançar em colaboração com as autarquias.

Quanto às outras questões não é uma questão de se entenderem ou não entenderem, é uma questão de planeamento.

O Pico terá um parque desportivo em colaboração com as autarquias e o mesmo terá que ser coerente e aquilo que eu preciso não é que ninguém se entenda, porque sei que as pessoas se entendem. Eu tive oportunidade de estar, inclusivamente, com todos os envolvidos neste processo e falar no assunto. Portanto, não há nenhum desentendimento, há sim necessidade de nós obtermos um planeamento correcto das diversas infraestruturas. Uma parte eu já tenho a certeza e essa já vai começar a avançar, as outras avançarão à medida que também houver disponibilidade financeira e que nós formos obtendo a necessária informação.

Muito obrigado.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Mais duas questões.

Aquando da visita do Governo Regional às Flores, mais uma vez a autarquia das Lajes colocou uma questão que também no passado foi colocada aos Governos do PSD e cuja resposta nunca foi satisfatória.

Essa questão prende-se com o facto daquela autarquia possuir terreno e um projecto para uma casa de repouso da terceira idade e sentir necessidade da existência da mesma naquele concelho.

Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário se, efectivamente, tem encarado a hipótese do Governo Regional dar um pequeno contributo no sentido de que, na Vila das Lajes, exista e seja posta a funcionar uma casa de repouso, aliás, reconhecida como absolutamente necessária para aquele concelho, por um lado pelas necessidades e pelas situações sociais existentes no concelho e, por outro, porque a casa de repouso

existente no outro concelho, neste momento, estar com a sua lotação totalmente esgotada.

Outra questão que queria pôr, se for possível o Sr. Secretário me esclarecer, refere-se ao que se passa com o Polivalente da Casa do Povo da Fajã Grande das Flores.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em relação à pretensão da Câmara Municipal de ter um lar de idosos nas Lajes das Flores, nós vemos com alguma dificuldade essa construção no seu formato clássico, porque a população do concelho - 1700 habitantes -, é uma população que exige talvez um outro tipo de solução.

Nós estamos atentos aos problemas dos idosos naquele concelho.

Nesta altura estamos a iniciar três experiências - uma nas Lajes do Pico, outra no Corvo e outra na Terceira - no sentido de se criar pequenas residências rurais de apoio aos idosos, isto é, haver uma instituição que tenha uma rede de apoio domiciliário, tentando manter as pessoas nas suas casas o máximo de tempo possível e ter uma casa de retaguarda com um número reduzido de camas que permita internar aquelas pessoas que estão numa fase de tal maneira pesada que não seja possível mantê-las nas suas residências.

Este tipo de experiência vai arrancar a breve trecho. Nós gostaríamos de experimentar um bocadinho mais e de ver se realmente conseguimos dar resposta, mas possivelmente é este o caminho que, no caso do concelho das Lajes das Flores, dada a sua situação populacional, poderá ser seguido.

De qualquer forma eu não quero deixar aqui um não absoluto. É uma situação em estudo e que, face às condicionantes, nós procuraremos encontrar o melhor caminho.

Em relação ao Polivalente da Fajã Grande, nós gostaríamos que ele arrancasse tanto depressa quanto possível. Infelizmente, têm existido alguns problemas na elaboração técnica do projecto, condicionantes que têm a ver com a própria arquitectura do lugar e com o enquadramento urbanístico desse polivalente numa povoação que é das mais

bonitas da Região e que tem um conjunto arquitectónico que merece ser preservado. Este tem sido o óbice ao arranque da obra.

Há o financiamento disponível, mas temos que acertar num projecto que seja consentâneo com o seu enquadramento urbanístico.

Muito obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Quanto à questão das bolsas, eu quando aqui trouxe este problema, logicamente, não era para individualizar, porque até nem sei quem é que tem apoio, mas já agora gostaria de dizer que, para quem tanto proclama a transparência, para quem apregoa que os apoios agora atribuídos são perfeitamente claros e que há legislação sobre essa matéria, eu não deixo de estranhar que para uma situação destas não tivesse sido criada uma bolsa que fosse divulgada, onde fossem ditas quais as condições, para que todos os estudantes que são sinistrados pudessem concorrer e soubessem quais eram as regras.

Afinal, para uma situação procede-se de uma forma e para uma outra situação que me parece bastante grave e que deveria ter sido urgente a satisfação desse compromisso, não foi feito o que, em meu entender, deveria ter sido feito.

Segunda questão:

Eu agradeço os esclarecimentos que me deu sobre a Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, mas eu não coloquei essa questão.

O que eu lhe disse foi que a Resolução do Conselho do Governo que autoriza a adjudicação da empreitada do Hospital da Horta, a remodelação e a ampliação, cuja assinatura do contrato ocorreu na semana passada, prevê, para 1999, a repartição de encargos de 353 mil contos. É o que diz a resolução do dia 2 de Outubro.

No plano de investimentos que está agora em discussão, para 1999, apenas está inscrita a verba de 100 mil contos, ou seja, estão em falta 250 mil contos.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Este é que é o rigor!

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em relação à questão das bolsas de estudo, não foi criado um mecanismo específico, porque não era oportuno dado o seu enquadramento na área da precaridade económica, nas verbas que são atribuídas pela Segurança Social. Não fazia muito sentido, nesse contexto, fazer isso. Caso contrário poderia ter sido feito, mas de qualquer forma os critérios são utilizados pelo Instituto de Acção Social na apreciação de situações sociais que são comuns e conhecidas.

Quanto à segunda questão, eu peço imensa desculpa em ter confundido a sua questão, porque sei que referiu uma resolução sobre a Biblioteca da Horta, onde também foi assinado o contrato há pouco tempo e daí que tenha trocado.

Em relação ao Hospital da Horta, se reparar, na área das Calamidades - sismo, existe o complemento de verba que está em falta na sua referência, porque há uma parte da obra que tem a ver com a recuperação dos danos criados num dos blocos, ou seja, no bloco da obstetrícia que, na verdade, sofreu bastante com o sismo e aí vai ser feita uma recuperação com esse dinheiro.

Isso está tudo contemplado. Existem os volumes financeiros necessários para tal.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Despertou-me um pouco a atenção ao falar-se aqui nos lares de idosos da Lajes das Flores. Falou-se na experiência que se realizou no Corvo.

Sr. Secretário:

Começo a minha prestação de esclarecimento como diz o povo: "De boas intenções está o inferno cheio!"

O Sr. Secretário sabe perfeitamente que há muito pouco tempo fez-se uma experiência dessas no Corvo, ou seja, as pessoas estavam em sua casa e iam prestar apoio ao domicílio, mas essa experiência não resultou. Essas pessoas, infelizmente, tiveram que ir para o lar das Flores.

Sr. Secretário:

Em certo ponto eu estou completamente de acordo consigo quando refere que devemos ter as pessoas em casa o mais tempo possível. Nesse aspecto, eu louvo a sua acção.

No entanto, temos que ver o caso do Corvo.

Neste momento, existe no Corvo cerca de uma dúzia de pessoas com mais de 70 anos e muitas delas nem têm um filho, nem um familiar para lhe dar apoio e aqui é que está o cerne da questão.

Se o Sr. Secretário vir a experiência que se fez com bastante força para que não se tirasse as pessoas do seu meio, e eu estava de acordo com isso, sabe perfeitamente que a mesma não resultou.

O apoio ao domicílio, no Corvo, não resulta e temos que ver que se amanhã essas pessoas precisarem de ajuda não têm uma pessoa de família para lhe dar apoio e quando os vizinhos chegam, muitas vezes chegam tarde e a más horas.

Essas pessoas chegam a uma altura que têm que estar num sítio onde dêem o apoio que elas necessitam.

O Sr. Secretário, aí, também tem que fazer contas porque não sei se será mais caro esse apoio ao domicílio ou se será enquadrar um lar, onde no mesmo muitas coisas poderiam ser feitas e aproveitadas.

Na nossa Região não temos muita coisa, mas temos que saber jogar.

Eu não estou querendo ensinar o Sr. Secretário em relação ao que deve pôr no seu Orçamento, de maneira alguma, mas às vezes uns bons conselhos até chegam a dar certo.

O Sr. Secretário sabe que, hoje, no Corvo, não existe uma Casa do Povo. Podia-se criar um polivalente que enquadrasse a Casa do Povo e outros organismos, nomeadamente um apoio àqueles que mais necessitassem. É uma questão de saber enquadrar as coisas.

Enquanto se puder ter um corvino na sua casa, ele deve estar, não há ideia melhor do que essa, só que nós vamos chegar a uma altura que não vai ser possível e Deus nos livre de chegarmos a esse ponto, porque aí temos que mandar mais pessoas para as Flores. Deus nos acuda!

Qualquer sociedade que se preze, os idosos são considerados sempre pessoas, até mesmo em qualquer cultura. Os anciãos são aquela faixa que toda a gente tem o maior respeito.

Depois de qualquer pessoa dar o máximo na sua sociedade, não vamos olhar para números, porque no Corvo os números são muitos pequenos, Sr. Secretário. Temos que escolher a melhor solução e espero que o senhor o faça.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação:

Aquilo que eu faço referência é à empreitada de construção do bloco do Hospital da Horta. É uma construção nova que não está construída e, como tal, não foi afectada pelo sismo.

Outra coisa são os estragos resultantes do sismo do Hospital da Horta. São duas coisas distintas.

O que eu referi, foi que, na resolução, está previsto despender 353 mil contos para a construção do novo bloco e no Plano para 1999 só aparece 100 mil contos.

O sismo, felizmente, não afectou esta parte, porque ela não estava construída.

Portanto, o esclarecimento que eu gostaria de obter da parte do Sr. Secretário é o seguinte:

Como é que vai arranjar os outros 253 mil contos que faltam para pagar as obras previstas em 1999 ao empreiteiro, de acordo com a resolução do Conselho do Governo?

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Greves:

Em relação ao Corvo já foi tomada uma decisão estando a mesma em fase de execução. Nós estamos a preparar o investimento que será feito no Corvo em colaboração com a Santa Casa de Misericórdia local.

Esse investimento será feito e será criado o centro necessário para dar apoio a uma rede que não existia na altura em que essa outra experiência foi feita.

Não é apenas pôr um funcionário lá. É sim criar uma estrutura de apoio que fará a integração disso.

Sr. Deputado, não vale a pena continuarmos a discussão sobre este assunto. Isto já está resolvido e se esta experiência não funcionar então falaremos.

Sr. Deputado Eugénio Leal:

Eu peço mais uma vez desculpa por ter somado os dois lados, mas estas são obras que vão decorrer em simultâneo e nós prevemos, face à análise técnica da execução da obra, que o valor que foi inscrito no plano seja o valor possível de executar neste ano, porque no meio de todo este processo também haverá a outra reparação que seguirá em simultâneo e será um processo integrado num lado e noutro.

Nessa altura, era essa a perspectiva.

De qualquer forma, Sr. Deputado, se houver necessidade disso, as medidas do costume - o reforço - serão tomadas. Não será por causa do que está inscrito no Plano que a obra sofrerá qualquer atraso.

A nossa intenção é executar a obra do princípio ao fim. Portanto, há um parecer técnico sobre essa matéria, nós vamos segui-lo e se for preciso nós vamos promover as necessárias alterações. Não se preocupe.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

O Sr. Deputado João Greves vem colocar aqui um assunto que, na minha opinião, é característico do Corvo, das Lajes das Flores e, estou convencido, que é característico da grande maioria dos nossos pequenos concelhos rurais. Esse assunto prende-se com o facto de existirem pessoas idosas, sem família e que têm uma habitação altamente degradada, onde não têm quaisquer condições e quando as mesmas ficam no estado acamadas, sem suficiência física, poder haver qualquer apoio domiciliário.

Aliás, o que muitas vezes se põe em causa, é a capacidade de domicílio destas pessoas para que as mesmas lá permaneçam.

Portanto, a solução — e está comprovado já com experiências feitas — não passa pelo apoio domiciliário, mas sim pelo apoio efectivo em casas de repouso.

Todos nós estamos de acordo que as pessoas devem manter-se nas suas casas o máximo de tempo possível. Ninguém contesta isso.

Porém, nós contestamos as realidades nuas e cruas e temos que encará-las e dar resposta, porque é impensável continuarmos a ter hoje idosos em condições péssimas de vivência nos últimos dias da sua vida e não haver apoio domiciliário que lhes valha ou sem haver qualquer recurso, porque infelizmente não existe nos seus concelhos.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

O Sr. Secretário já tem vontade de encerrar esta questão e eu não pretendo prolongá-la muito mais, por isso vou direito ao centro da mesma, porque isso é o que interessa. Muitas vezes andamos aqui com "bola para cá e bola para lá" e ao cerne da questão, infelizmente, nunca chegamos.

Eu gostava que se chegasse lá, muitas vezes rapidamente. Com boa vontade chegava-se lá, mas não sou eu que vou pôr aqui aquilo que muitas vezes falta.

O Sr. Secretário sabe perfeitamente que, nessa altura, a Santa Casa da Misericórdia já estava instalada no Corvo e o apoio ao domicílio não funcionou. O senhor sabe isto muito bem e sabe que as pessoas tiveram que ir para o lar de idosos das Flores.

Quando vejo as pessoas a saírem da sua terra, doí-me muito e acredito que amanhã vai acontecer a mesma coisa, ou seja, as 12 pessoas que lá estão vão ter que ir para o lar das Flores.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Já não tem lugar!

O Orador: O Sr. Deputado Paulo Valadão diz que já não tem lugar. Se calhar vão ter que ir para o Faial ou vão andar de lado para lado.

Isto não pode acontecer, Sr. Secretário. Deus nos acuda se isso acontecer!

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu não quero estar a despender mais tempo nesta matéria, mas aquilo que vos disse, Srs. Deputados, foi que nós não íamos ter apenas o apoio domiciliário, haveria sim um centro com algumas camas para permitir resolver essas questões, quer num lado, quer no outro.

Não é fazer um lar de idosos conforme o projecto que vos foi apresentado, não é fazer uma grande casa de idosos, mas sim ter um serviço integrado de apoio a idosos. Eu estou a dizer isto desde a primeira intervenção.

Nós vamos fazer as experiências, vamos ver como é que funciona e depois falaremos. Muito obrigado.

Presidente: Vamos voltar às nossas inscrições.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Com este Plano e Orçamento, a população de São Jorge perdeu todas as esperanças que tinha neste Governo.

Por mim, cheguei a acreditar que este era um ano de importantes decisões para a minha ilha. Este Governo chegou a convencer-nos e, por isso, esperava-se bastante mais destes documentos.

Todos quantos acreditavam nas intenções deste Governo estão agora desiludidos. A partir deste momento, todas as pessoas ficam com a consciência de que a Ilha de São Jorge está de facto esquecida. A partir de agora confirma-se que o Governo Regional não pretende apostar em São Jorge.

Não estão sendo cumpridos minimamente os compromissos deste Governo Regional, nem realizados os investimentos desejados pela população.

Ao Governo Regional devemos exigir medidas constantes que possibilitem o desenvolvimento harmonioso da Região e de cada ilha em particular.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, este Governo não parece Regional.

Alguns membros deste Governo nem sequer percebem muito bem a ilha, a sua importância, e parecem nem conhecer os seus principais problemas.

Vejam os alguns exemplos:

Porto da Calheta

Os Jorgenses estavam convencidos de que o Porto iria mesmo avançar no início do próximo ano.

O Governo tinha-se comprometido a lançar concurso ainda este ano, pois estava prevista a conclusão do projecto no mês de Maio passado.

Nada disso aconteceu, e o que revolta a população é que já não se trata apenas da falta que o Porto nos faz. Trata-se agora também da urgência que temos nesta infraestrutura para permitir que a ilha se desenvolva em pé de igualdade com a Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Neste momento, já não existem desculpas possíveis para protelar a obra do Porto da Calheta.

Esta foi a obra mais adiada em São Jorge. Por governos anteriores e agora por este Governo também.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Também tem alguma razão. Não é só dizer mal!

O Orador: Os Jorgenses não aceitam por mais tempo esta situação.

Porto do Topo

Nunca ninguém entendeu a sua importância para o desenvolvimento global da ilha.

Para além de ser o porto estrategicamente mais bem localizado ao nível dos transportes marítimos de passageiros, por ser o mais próximo da Terceira, é uma estrutura que poderá ter grande importância no desenvolvimento económico da zona do Topo.

E possível criarem-se condições para a atracagem de embarcações de tráfego de passageiros e conseqüentemente melhores facilidades para as embarcações de pesca.

Os pescadores do Topo precisam de mais atenção do Governo.

A ilha de São Jorge precisa que se criem condições no Porto do Topo para os transportes marítimos de passageiros operarem.

É apenas isso que a população pede para aquele Porto e acredito que um dia vamos conseguir.

Orla Marítima

Volto a chamar a atenção do Governo para os graves problemas da Fajã da Caldeira de Santo Cristo, da Fajã dos Vimes, da Fajã de São João e outros locais desta ilha.

Meus Senhores:

Quando terminarem os estudos sobre a Caldeira, provavelmente a Lagoa já desapareceu.

Desde intervenções para ludibriar a população, até à criação de Associações, passando pela realização de encontros, tudo foi tratado, mas o problema subsiste.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: É preciso salvar a Lagoa da Caldeira de Santo Cristo e o Governo não se decide.

A solução para o problema tem mais a ver com "atitude" do que propriamente com tudo o que se fez até agora.

Gostaria de alertar a comunicação social para o importante papel que também tem na solução deste problema.

Sobre o que está a acontecer na orla marítima da Fajã dos Vimes e de São João, quero dizer apenas que o Governo deve tomar medidas de imediato antes que surjam situações que ponham em perigo pessoas e bens.

Lavoura

Numa ilha onde a economia depende quase exclusivamente da agro-pecuária, continuamos sem investir de forma decisiva no abastecimento de água às explorações agro-pecuárias e nos caminhos de vocação agrícola.

Sobre os investimentos em caminhos agrícolas, meus senhores, tenho que deixar a seguinte reflexão:

Nos últimos tempos responsáveis pela Secretaria Regional de Agricultura, Pescas e Ambiente reuniram lavradores e autarcas para programarem intervenções em alguns caminhos, o que parecia ser uma iniciativa louvável. Qual o nosso espanto quando os serviços se limitaram a oferecer colaboração nesses trabalhos, deixando para os lavradores e para as autarquias a responsabilidade de fazerem investimentos financeiros para os quais não estavam nem estão preparados. É inadmissível.

O Governo tem que assumir as suas responsabilidades em matéria de caminhos e, urgentemente, de abastecimento de água à lavoura.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: **Emprego**

Quem se está a preocupar com o drama do desemprego nas ilhas pequenas?

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Eu!

Deputado Herberto Rosa (PS): Todos os que pertencem a ilhas pequenas!

O Orador: Não é justo que problema tão complicado fique quase exclusivamente sobre as autarquias.

Conheço pessoas inscritas nos Centros de Emprego há mais de dois anos que foram sistematicamente enganadas.

Como não foram colocadas no MEF, não transitaram para o PROSA e apesar de muitas instituições terem apresentado projectos para este último programa, o Governo Regional não os aprovou. As pessoas criaram expectativas e nada conseguiram porque, simplesmente, este Governo não tem nada para lhes dar. Logo a estes que desejam trabalhar!

Meus senhores:

As pessoas que querem trabalhar têm pelo menos tantos direitos como alguns dos que preferem os benefícios de não trabalhar.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Como já pude referir noutros debates sobre esta matéria, os Planos Anuais e de Médio Prazo, e respectivos orçamentos, são instrumentos essenciais à materialização das políticas do VII Governo Regional, para, de acordo com o seu Programa, promover o desenvolvimento dos Açores.

Definidos os 5 vectores em que assentam os empreendimentos necessários a esse desenvolvimento, o vector "Valorização dos Recursos Humanos e da Qualidade de

Vida", com os seus programas Educação, Juventude e Emprego, Saúde, Segurança Social, Protecção Civil, Ambiente, Cultura, Desporto, Habitação e Comunicação Social, terá para 1999 um investimento à volta de 14,9 milhões de contos, cerca de 27,9% da dotação total do Plano para 1999, cujo montante é de 53.3 milhões de contos, a subtrair os montantes relativos à aplicação de legislação recentemente aprovada nesta Assembleia na área do desporto e redução fiscal.

Nos referidos Planos, os investimentos no Sector da Saúde integram dois programas cada um dos quais com 2 projectos: o "Desenvolvimento de Infraestruturas" onde a construção de novas unidades e a remodelação e ampliação se incluem, e o Desenvolvimento do Sistema Regional de Saúde, no qual o apetrechamento/modernização e actualização profissional fazem parte.

O investimento previsto para o quadriénio 1997-2000 é de 9,4 milhões de contos dos quais 7.6 são para o Desenvolvimento de Infraestruturas e 1,7 para o Desenvolvimento do Sistema Regional de Saúde.

É de referir que algumas das acções para além dos Hospitais, Centros de Saúde e suas Unidades de Saúde, abrangem também as Instituições Privadas de Solidariedade Social, ou seja, as Casas de Saúde Psiquiátricas.

Quanto ao "Desenvolvimento das Infraestruturas do Sistema Regional" de Saúde, programa 21, no Plano para 1999, temos nas dotações orçamentais para a conclusão da fase de apetrechamento do novo Hospital de Ponta Delgada (para a sua entrada em funcionamento em pleno no fim do primeiro trimestre de 1999), a verba de 1.1 milhões de contos num total de 3.9 milhões de contos para o quadriénio 1997-2000.

No seguimento de anteriores etapas dotadas de 50 mil contos e 100 mil contos em 1997 e 1998, respectivamente, o Centro de Saúde da Praia da Vitória tem previsto no Plano para 1999 a verba de 350 mil contos visto ter sido já adjudicada a obra para a construção das suas novas instalações.

Adquiridos os terrenos e elaborado o programa base, a Unidade de Saúde da Lagoa tem prevista para a sua construção a verba de 40 mil contos correspondendo à "tranche" que totaliza os 120 mil contos previstos para o efeito no PMP 1997/2000.

Estão contempladas ainda no Plano para o próximo ano a verba de 25.000 contos para o início dos estudos do projecto de construção do novo Centro de Saúde de Ponta

Delgada, bem como 10.000 contos para as unidades de saúde incluídas em polivalentes de serviços para a prestação de cuidados de saúde a nível de freguesias.

Relativamente ao projecto "Remodelação/Ampliação de Unidades de Saúde Existentes" é importante referir o montante de 2.3 milhões contos para o quadriénio 1997-2000, dos quais 891.000 contos, 470.000 contos e 600.000 contos dizem respeito às melhorias a introduzir nas instalações do Hospital de Angra do Heroísmo, Hospital da Horta e Centro de Saúde da Povoação, respectivamente.

Nesse mesmo âmbito, o Plano para 1999 tem a verba de 200.000 contos, para a ampliação/remodelação do Hospital de Angra do Heroísmo no intuito de se criar novas valências e melhorar a humanização; a de 100.000 contos para a criação de uma unidade de cuidados intermédios e hemodiálise, e remodelação da área de hemato-oncologia no Hospital da Horta; a de 200.000 contos, para a ampliação do Centro de Saúde da Povoação.

Para apoio à remodelação e/ou ampliação das Casas de Saúde Psiquiátricas, como complemento privado do sector público nas áreas da psiquiatria e saúde mental, temos a verba de 40.000 contos.

No que diz respeito à execução financeira do Programa 21 - Desenvolvimento de Infraestruturas, dos 2.1 milhões de contos previstos para o ano em curso, no 3º trimestre estavam executados, financeiramente, 34.9%, ou seja, verifica-se um comportamento de execução idêntico ao do mesmo período do ano anterior, tendo este culminado, entretanto, numa execução material e financeira na ordem dos 95%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se na Saúde, tal como noutros sectores, as infraestruturas são em termos de equipamentos a base em que assenta o Sistema, o seu desenvolvimento depende da modernização do equipamento geral e tecnológico das unidades de saúde, bem como da formação profissional dos seus recursos humanos.

Para esse efeito o Plano a Médio Prazo 1997-2000 tem prevista a verba de 1.7 milhões de contos, dos quais 485.000 contos para o apetrechamento do Hospital de Angra do Heroísmo, 390.000 contos para o Hospital da Horta e 255.000 contos para as outras unidades de saúde.

Contém ainda 190.000 contos para renovação das viaturas do Serviço Regional de Saúde, 135.000 contos para o início de implementação da telemedicina, renovação de equipamentos de software e da Emergência Médica e ainda 20.000 contos para o Centro de Saúde das Flores.

Destes montantes e relativamente ao Plano para 1999, salientamos as verbas de 100.000 e 80.000 contos para o apetrechamento dos hospitais de Angra do Heroísmo e Horta, respectivamente, e 60.000 para as restantes unidades de saúde; 40.000 contos para se dar início à experiência de uma ligação, este ano, em Radiologia entre os Centros de Saúde do Pico com os Hospitais.

Relativamente à Formação Profissional o Plano para o quadriénio 1997-2000, contempla uma verba de 215.000 contos, distribuídos equitativamente pelos 4 anos e dizem respeito a apoios a Congressos, Encontros, Cursos Específicos e Bolsas.

A execução material e financeira do Programa 22, "Desenvolvimento do Sistema Regional de Saúde" em 1997 foi de 100%, observando-se relativamente ao 3º trimestre de 1998 uma percentagem de execução ainda baixa, num comportamento idêntico ao programa anterior e a este próprio relativamente a período semelhante em 1997, e que, entretanto, tiveram uma execução material e financeira plena no fim do ano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Dizer que os investimentos na Saúde são suficientes ou os que gostaríamos de realizar seria o mesmo que dizer que este Governo não tem aspirações, ou que somos pequenos na nossa visão relativa à evolução da Saúde na Região Autónoma dos Açores.

Se, por um lado, não tenho dúvidas que somos grandes nas nossas aspirações, por outro, não me engano quando reconheço que os nossos recursos são parcos e por essa razão só nos resta o caminho do equilíbrio e sobriedade na sua distribuição.

Ciente destes factos, e sendo parte activa nessa responsabilidade, não tenho dúvidas em aprovar os Planos e Orçamento em debate, com o pragmatismo de quem deseja o melhor dentro do possível em vez de reclamar o impossível em nome do melhor.

Tenho dito !

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, estamos praticamente em cima da hora regimental de interrompermos os nossos trabalhos para almoço.

Antes de interrompermos, pedia à Sra. Secretária o favor de anunciar os tempos disponíveis para o debate.

Secretária: O Partido Social Democrata dispõe de 3 horas, 53 minutos e 15 segundos.

O Partido Socialista dispõe de 3 horas, 40 minutos e 15 segundos.

O Partido Popular dispõe de 50 minutos.

O Partido Comunista Português dispõe de 43 minutos.

O Governo dispõe de 3 horas, 53 minutos e 10 segundos.

Presidente: Agora, sim, vamos interromper os nossos trabalhos.

Recomeçaremos às 15.00 horas.

(Eram 12.55 horas)

Presidente: Srs. Deputados, peço o favor de ocuparem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 15.20 horas)

Vamos retomar as nossas intervenções e para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Estamos a meio do mandato deste Governo. A discussão do Plano e Orçamento implica não só a análise do que o Governo pretende fazer para o futuro mas também a avaliação do que fez no passado.

Não me é possível fazer uma análise exaustiva pelo tempo que levaria a fazê-lo e pelo prejuízo que causaria aos meus colegas de bancada que pretendem também intervir, pelo que destacarei apenas 4 ou 5 aspectos de muitos outros que compõem as complexas áreas da Saúde e Segurança Social.

Como ponto prévio e para evitar susceptibilidades por parte do Governo e do Senhor Secretário da Educação e Assuntos Sociais, gostaria de dizer que as críticas que irei fazer são às políticas e à actuação política do Governo e do Secretário e não devem ser entendidas, como já o foram noutras alturas como ataques pessoais. Para criticar este Governo e demonstrar a sua ineficácia, não é necessário atacar pessoalmente nenhum dos ilustres governantes socialistas que, naturalmente, trabalham muito, se preocupam e que com certeza fazem até algumas coisas bem feitas, mas que no essencial falham.

Na sector da Saúde destaco 4 áreas fundamentais da política deste Governo que até agora não foram resolvidas. São elas:

1.^a O Estatuto do Serviço Regional de Saúde.

Foi apontado como a solução para todos os problemas do sector da Saúde nos Açores. Anunciado inicialmente para o Verão de 1997, foi sendo sucessivamente adiado. Nomeou-se um Grupo de Trabalho, composto por personalidades, Ordens dos médicos e enfermeiros, anunciou-se que o processo seria muito dialogado e participado e, nós próprios, fomos compreensivos com os atrasos em nome desses consensos.

Afinal o diploma do novo Estatuto foi aprovado há pouco tempo pelo Governo e enviado para a Assembleia, e, em vez do tal consenso à volta dessa reforma fundamental, vemos a contestação generalizada. O grupo de trabalho desfez-se sem justificação, os enfermeiros consideram-se ofendidos, a Ordem dos Médicos num comunicado sem precedentes na Região faz críticas demolidoras à política da saúde deste Governo e à sua incapacidade para resolver os problemas, os próprios responsáveis das unidades de Saúde, nomeados ou confirmados nos lugares por este Governo, dizem que não foram tidos nem achados neste processo.

2.^a A falta de médicos principalmente de clinica geral.

Foi sempre uma das fragilidades do Serviço Regional de Saúde dos Açores. O Governo do PS prometeu resolver rapidamente o assunto. Ia a Lisboa e dada as excelentes relações, expunha-se o problema à Ministra da Saúde que mandaria clínicos gerais para os Açores.

Paralelamente, criar-se-iam aliciantes incentivos para os médicos, o que o anterior Governo do PSD não tinha conseguido fazer.

O que aconteceu?

A Ministra da Saúde não enviou clínicos gerais para os Açores e este Governo, passado mais de 2 anos, ainda não criou os tais aliciantes incentivos e os poucos clínicos gerais que tínhamos estão a ir-se embora. A situação é, na nossa opinião, mais grave do que anteriormente.

A nível hospitalar onde a situação era satisfatória começa a haver graves problemas. Só no Hospital de Santo Espírito de Angra saíram nos últimos tempos vários especialistas e a drástica diminuição dos anestesistas obrigou a que só se possam fazer operações de urgência. As operações programadas estão sem prazo. O Hospital de Angra com várias cirurgias gerais e de outras áreas está semi-paralizado, as listas de espera aumentam e os doentes desesperam.

3.^a Financiamento e poupanças no Serviço Regional de Saúde.

Este Governo prometeu que ia racionalizar o funcionamento do Serviço Regional de Saúde, que ia fazer poupanças, eliminar desperdícios e que iria aumentar a eficiência. Queixou-se que tinha herdado um buraco dos Governos do PSD e com isso justificou os espectaculares aumentos no orçamento do Serviço Regional de Saúde que de 96 para 98 aumentaram 6 milhões de contos, mais de 30%.

O que aconteceu?

O processo não está controlado, antes pelo contrário, o déficite este ano é já superior ao que este Governo herdou do anterior, mas criou-se o Instituto de Gestão Financeira da Saúde que não funciona.

O Secretário pretendia rever os regimes de horários acrescidos dos médicos e enfermeiros e com isso esperava poupar, como disse, 2 milhões de contos.

O que aconteceu?

Não só não se poupou 2 milhões de contos como se estendeu este regime a mais gente e aumentaram-se os encargos. (Os custos com o pessoal no Serviço Regional de Saúde aumentaram de 1998 para 1999, 1,5 milhões de contos e em compensação a aquisição de bens e serviços diminuíram em 1,4 milhões, ou seja, agravou-se a factura com o pessoal e diminuiu-se as condições de funcionamento de Serviços).

4.^a Pretendeu-se reestruturar e dinamizar a Comissão Regional de Luta contra a Sida e a Comissão do Plano de Saúde.

O que aconteceu?

A Comissão de Luta Contra a Sida, não funciona, não existem campanhas, não se aproveitam verbas nacionais ao nosso dispor, porque se diz que a SIDA não é um problema prioritário nos Açores. Por outro lado, a Comissão do Plano não foi extinta mas não tem orientações nem apoio do Secretário. Talvez como consequência disso e da falta de monitorização que era feita pelo programa do materno infantil a mortalidade infantil em 1997, no fim do primeiro ano deste Governo, disparou três pontos passando de 7,2 por mil para 10,3 por mil atirando os Açores, neste importante indicador do seu nível de desenvolvimento económico, social e sanitário, para o último lugar da tabela nacional invertendo a situação que se vinha verificando nos últimos anos de uma forma continuada.

Por tudo isto e por muito mais, a Comunicação Social dos Açores, ao longo dos últimos meses, tem referido com muita frequência e destaque o desagrado e a contestação generalizada deste estado de coisas e a política de saúde deste Governo, sucedendo-se posições muito críticas das ordens e dos sindicatos dos médicos, dos enfermeiros e da população em geral.

A contestação e descontentamento é tal que o Presidente do Governo, naturalmente preocupado com este ponto fraco do seu Governo, viu-se na contingência de agir, não substituiu o Secretário da Saúde, mas criou um lugar de Subsecretário da Saúde. É a confirmação ao mais alto nível daquilo que dissemos e o reconhecimento que falhou ao concentrar num único departamento a Saúde e a Educação.

Em termos de Plano para 1999, constatámos uma diminuição de verbas no programa 21 - Desenvolvimento das Infraestruturas de Saúde - e a dotação de verbas insuficientes no programa 22, tendo em conta as necessidades de apetrechamento dos

serviços em equipamento, ao desenvolvimento da telemedicina e à formação, actualização e incentivos aos profissionais de Saúde.

Finalmente, no que respeita à Segurança Social, as verbas previstas no programa 23 correspondem aos valores normais e à continuação das acções que vinham do passado. O que é de registar é que, ao contrário do que aconteceu nos últimos anos, a Assembleia Legislativa Regional e os Deputados ficam sem saber as intenções de investimento e os respectivos valores, financiados pelo Orçamento da Segurança Social. Ficamos assim impedidos de comparar o grosso do investimento na área da Segurança Social para 1999, porque o que falta é, como disse o Sr. Secretário na Comissão, cerca de 3/4 do total.

Não entendemos essa grave omissão. Ou é desrespeito por essa Assembleia, ou é uma intenção premeditada de esconder o que se está a fazer e fugir ao controlo dos Deputados, ou então é incapacidade de apresentar simples elementos.

Em suma, este é um Plano mau de um Governo que ao longo destes dois anos tem governado mal e que, no essencial, não resolve a maior parte das questões fundamentais dos Açores.

Consideramos porém que é indispensável que a Região tenha o seu Plano e Orçamento para 1999, que haja estabilidade para os agentes económicos e para os cidadãos e que este Governo não tenha desculpas para não assumir as suas obrigações e compromissos. O Governo Socialista vai ser obrigado a Governar e por isso em nome da estabilidade iremos viabilizar o Plano e Orçamento para 1999.

Muito obrigado.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Meneses:

Folgo que desta vez as coisas não estejam como da última onde tivemos uma conversa menos desagradável que não deveria ter acontecido.

Em relação a algumas das questões que colocou, começando pela última, gostaria de dizer que em relação às verbas do investimento da Segurança Social, eu peço desculpa, mas provavelmente houve um lapso da minha parte. Eu pensei que isso já tivesse chegado às minhas mãos.

Eu tenho aqui o documento e tenho muito gosto em entregá-lo. Se o Sr. Presidente autorizar, eu vou mandá-lo distribuir logo que termine a minha intervenção.

Em relação às questões que levantou, no que se refere ao Estatuto do Serviço Regional de Saúde, é verdade que o documento deveria ter entrado no princípio deste ano e entrou a meados. Era esse o nosso planeamento e não aquele que disse.

Foi possível encontrar muitos consensos, mas perderam-se outros. É um documento controverso e difícil, mas quero-lhe dizer, Sr. Deputado, que não foi por falta de discussão. Este documento foi discutido com muita gente incluindo alguns daqueles que disseram que não o tinham recebido.

O documento foi enviado a todas as unidades de saúde e foi pedido que fosse distribuído por todos os profissionais de saúde há muito tempo. Essa distribuição foi feita.

Inclusivamente, este Parlamento, através da sua Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, organizou um conjunto de debates sobre esta matéria.

Eu não tenho conhecimento de qualquer outra proposta de decreto que tivesse tido um percurso tão longo, com tanta gente a participar, incluindo pessoas de fora, algumas delas a convite do Grupo Parlamentar a que o Sr. Deputado pertence.

Eu creio que em relação a este documento estamos esclarecidos. Fez-se aquilo que se pôde para se encontrar os consensos. Não foi possível encontrar consenso com todos, mas encontrou-se com muitos e o documento está à disposição desta Câmara e em devido tempo será discutido.

Quanto às questões de falta de médicos, não há diminuição líquida de número de médicos, porque o número de médicos nos Açores tem aumentado. Há sim, alguns problemas pontuais nalgumas unidades de saúde, enquanto que noutra situação melhorou substancialmente.

Em termos de balanço, nós temos este ano ao nosso serviço 12 médicos, ou seja, mais do que tínhamos o ano passado. Infelizmente, esta distribuição não é uniforme e há unidades de saúde que cresceram enquanto que outras diminuíram.

A questão que focou quanto ao Hospital de Angra do Heroísmo, isto é, a da anestesia, é preocupante e nós estamos muito empenhados, junto com o conselho de administração, em resolvê-la.

Na verdade, este é talvez o problema mais complicado que temos, neste momento, no que se refere a pessoal em unidades de saúde.

Em relação à luta contra a sida, estão organizadas as comissões locais, que estão a funcionar e que fazem um bom trabalho.

Em termos de distribuição de materiais e de acções, no início do passado mês, aquando da celebração do Dia Mundial de Luta Contra a Sida, a acção foi bem visível e apareceu praticamente em todas as escolas e unidades de saúde.

A Comissão de Luta Contra a Sida funciona, funciona bem e não tenho nada a dizer.

No que se refere à Comissão do Plano, essa sim teve uma suspensão do seu funcionamento por uma razão que tem a ver com o próprio documento e com a sua integração com os planos da Região.

Até 1999, estava em vigor um plano, mas foi tomada a decisão de fazer uma actualização desse plano até 2000, de forma a que os planos de saúde passem a coincidir com os Planos de Médio Prazo da Região. É isto que está a acontecer, portanto, não há nada de anormal em relação a isso.

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que procure terminar, porque o tempo está no fim.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Em relação às questões de natureza financeira, no ano de 1996 a dívida situava-se nos 5,9 milhões de contos. Nesta altura, ela estima-se em 5 milhões e isto significa que não aumentou, mas sim diminuiu, apesar de ter havido uma enorme absorção do pagamento da dívida administrativa que existia, que faz com que nesta altura nós já não tenhamos os nossos fornecedores na situação de pânico como estavam.

As dívidas, nesta altura, na generalidade dos casos, estão no máximo a 90 dias, quando há dois anos atrás haviam algumas com 18 meses. Portanto, há uma alteração substancial.

Também gostaria de dizer que a dívida vinha a subir a 100% ao ano e agora deixou de subir e começou a descer. Houve um aumento no orçamento da Saúde, mas o subfinanciamento que o orçamento tinha não se podia manter.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em relação à minha intervenção há apenas uma pequena divergência que se prende com a questão do financiamento, mas não vamos discutir este assunto.

Gostaria apenas de colocar, ao Sr. Secretário da Educação e Assuntos Sociais, duas questões e uma delas é muito concreta, porque foi reconhecida a situação grave que passa o Hospital de Angra do Heroísmo que está, como eu disse, apenas a fazer operações de urgência, estando sem prazo as operações programadas, situação esta que para uma unidade com aquela dimensão, com aquele orçamento e com aqueles recursos, é grave.

Portanto, gostaria de saber quais são as medidas de urgência que o Governo ou a administração do hospital pretendem tomar para resolver o problema.

Em segundo lugar, em relação à Comissão Regional de Luta Contra a Sida, gostaria de dizer que, efectivamente, a informação que temos não corresponde ao que o Secretário da Educação e Assuntos Sociais diz, na medida em que temos aqui uma notícia da comunicação social que diz que o Dia Mundial da Sida não passava pelos Açores.

Com a Directora Regional de Saúde demissionária, a campanha nacional do Dia Mundial da Sida, não chega à Região.

Depois, há aqui uma declaração e uma afirmação feita pela Dra. Suzete Duarte, médica do núcleo concelhio de Ponta Delgada, que diz que "nada chegou para levar a cabo qualquer campanha de sensibilização deste flagelo".

Por consequência, a chamada de atenção penso que é verdadeira.

A Comissão Regional de Luta Contra a Sida não tem tido visibilidade e nem sequer aproveitou os programas que existiram a nível nacional, no valor de centenas de milhares de contos, que poderiam ter sido objecto de candidatura por parte da Região e que não foram.

Em relação à questão talvez mais importante da minha intervenção, o aumento da mortalidade infantil, eu não vi o Sr. Secretário fazer qualquer referência.

Este problema não é para alegrar ninguém, nem muito menos satisfaz ou alegra a bancada do PSD, mas numa questão tão importante como esta, que é a inversão de uma tendência que vinha há mais de 6 anos e que, com muito orgulho, tinha colocado os Açores ao nível das Regiões e Países mais desenvolvidos, voltar novamente a ter uma mortalidade infantil com 2 dígitos, é algo de muito grave.

Gostaríamos de saber o que é que o Sr. Secretário pensa sobre isto e quais as medidas tomadas para que esta situação não se repita e se volte aos valores anteriores em 1999.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Meneses:

Em relação à questão concreta que referiu do Hospital de Angra do Heroísmo, o conselho de administração estabeleceu contactos com diversos anestesistas, alguns deles oriundos do Hospital de Angra do Heroísmo, que se comprometeram a estabelecer um regime de passagem pelo Hospital que vai de alguma forma colmatar este problema.

De qualquer forma, a situação só ficará efectivamente resolvida quando existirem, no hospital, pelo menos mais dois anestesistas em efectividade de funções.

No que diz respeito à Comissão de Luta Contra a Sida, gostaria de lhe dizer — e este foi um número que me ficou na cabeça — que só nesse dia, foram distribuídos 50 mil preservativos.

Nalguns casos poderá não ter chegado todo o material que nós gostaríamos que chegasse, mas chegou muito material e as escolas fizeram um grande trabalho,

incluindo o que apareceu nos órgãos de comunicação social. Eu lembro-me que nesse dia vi na televisão sessões sobre essa matéria e vi reflectir também outros na comunicação social.

Houve esse que o Sr. Deputado escolheu. O senhor escolheu o negativo, mas podia ter escolhido alguns positivos.

Em relação à questão do aumento da mortalidade infantil, uma questão muito importante, a mesma foi cuidadosamente analisada e verificou-se que tinha a ver com a flutuação dos pequenos números concentrados infelizmente numa ilha, neste caso na Ilha de São Miguel e teve, essencialmente, a ver com um conjunto de mal formações que de alguma forma escaparam ao processo normal de rastreio. Noutros casos eram situações inevitáveis.

Estas coisas vão continuar a acontecer, porque nós estamos a lidar com um número muito pequeno de nascimentos e, infelizmente, quando há mais 8 casos - foram 8 casos - isto corresponde a um disparar dos números.

Esta é uma situação que, quando temos uma região pequena com uma natalidade tão pequena, estamos sujeitos a que aconteça. Não creio que corresponda a nenhuma alteração de carácter estrutural, mas sim apenas uma questão conjuntural.

De qualquer forma, foi preparado um novo regime de apoio na área materno-infantil, exactamente para melhorar a resposta nos dois concelhos críticos, ou seja, Ponta Delgada e Ribeira Grande, particularmente no da Ribeira Grande. Portanto, é esta a situação.

Estes dois concelhos são os únicos da Região em que a cobertura ainda não é de 100%, em termos do atendimento a todas as grávidas e em termos de ecografias, o que nos parece um dos pontos críticos.

Foram tomadas medidas que permitam, no próximo ano, evitar que isto aconteça.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Apresentadas que foram as propostas de Plano e Orçamento para 1999 e de Plano a Médio Prazo 1997-2000, encontra-se neste momento a Assembleia Legislativa

Regional a analisar e a discutir ambos os documentos que se revestem da importância de verdadeiros faróis do desenvolvimento destas ilhas.

Mercê de condicionalismos políticos, ou melhor, mercê de condicionalismos partidários, a discussão de tão importantes documentos faz-se prendendo a atenção e o interesse dos açorianos como poucas vezes terá acontecido no passado. Na verdade, estes constituem documentos em que se pode descortinar os exactos contornos do comportamento duma administração regional cerceada pelos mais variados factores políticos e naturais, mas irreduzível na prossecução do esforço de desenvolvimento.

A apreciação e votação das propostas de Plano e do Orçamento vêm a consubstanciar na prática a facultação ao Governo dos meios necessários para que este possa prosseguir políticas, desenvolver acções e realizar investimentos que se integram no Programa por si delineado e aprovado por esta Assembleia.

Raciocínio inverso, mas também legitimado na teoria e *praxis* parlamentar, é o que se traduz na consideração deste como um dos momentos por excelência em que as eventualmente diferentes visões do exercício e da gestão da coisa pública podem, e até devem, afirmar-se, desde logo, pelos vários sentidos possíveis do voto sobre estas matérias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Dois anos passados sobre a tomada de posse do VII Governo Regional da responsabilidade do Partido Socialista, encontramos-nos novamente a apreciar a proposta de Plano a Médio Prazo que, pelo voto contra de alguns dos partidos da oposição, até hoje não foi aprovada.

O acto de ano após ano impedir, no exercício dum legítimo e estatutário direito - mas que não é sinónimo de que esse direito seja fundadamente exercido -, o acto de impedir, dizíamos nós, que os Açores tenham um instrumento de planeamento a médio prazo, traduz-se tão simplesmente na postura de impedir também que os agentes económicos e todos os açorianos em geral, possam aceder a uma previsão daquele que será o comportamento da máquina regional no fomento do investimento pelas nove ilhas do arquipélago.

Esse acto tem o significado claro e inequívoco de denunciar uma oposição receosa, não do mérito intrínseco das propostas do Governo, - pois se assim fosse, não se

compreenderia que viabilizem os Planos anuais -, mas sim amedrontada face a um novo fôlego e intrépida visão na condução dos destinos dos Açores, atributos que constituem um dos pilares da construção serena mas vigorosa duma Nova Autonomia.

E se é certo que os consecutivos chumbos deste documento estratégico para os Açores têm um particular significado, também não é menos certo que a persistência do Governo Regional em renovadamente os apresentar, indicia, ou melhor, comprova, se provas ainda fossem necessárias, que estamos perante um executivo perfeitamente consciente das suas responsabilidades para com esta Câmara e sabedor também do exacto espaço que ocupa dentro do sistema político que nos rege.

E nesta conjuntura que não será despropositada a formulação de um voto. Saibamos todos exercer o nosso papel com os objectivos, mas também com os limites, que a Constituição e o Estatuto nos impõem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A Juventude e a Formação Profissional constituem duas das várias áreas em que a actuação do VII Governo Regional se tem revelado particularmente acertada e profícua. Assim é, não só pelo entendimento que tem demonstrado dessas áreas, mas também pela correcta percepção das suas necessidades e da ajustada afectação de meios.

Estas são questões que estão indissociavelmente ligadas entre si, muito embora não se confundam nem percam os seus objectivos e requisitos próprios quando conjugadas numa eficaz coordenação de esforços, como até aqui este Governo tem feito.

A Juventude dos dias de hoje tem como uma das principais dificuldades a questão relativa à obtenção do 1.º emprego. Numa sociedade em que, na afirmação pessoal, a realização profissional tem cada vez uma maior influência, as políticas de Juventude devem desenvolver-se segundo modelos em que a perspectiva de afirmação profissional esteja sempre presente e, por isso, seja bastante marcante.

A afirmação deste entendimento da política de Juventude não significa, nem de perto nem de longe, que o Governo deva esquecer outras áreas importantes para o desenvolvimento dos jovens, como seja a Cultura ou o Desporto. Contudo, tem a

despretensiosa função de lembrar aqueles que devem ser os imprescindíveis laços que ligam a actuação do Governo às necessidades do indivíduo e da sociedade e as consequentes ilações que daqui se retiram na planificação de meios.

Esta tem sido a postura do VII Governo Regional que, logo no Programa do Governo, afirmou a necessidade de realizar uma forte aposta na valorização profissional dos jovens. Nos documentos que agora apreciamos, este é o entendimento que coerentemente mantém.

Especialmente no que respeita à Juventude, as propostas de Plano e de Plano a Médio Prazo mantêm uma clara e inequívoca aposta no Associativismo Juvenil como meio por excelência de promover a afirmação social e individual da Juventude.

As associações de Juventude, ao constituírem-se como pólos de formação social e de centros de troca de experiências, devem ser devidamente apoiadas no sentido de garantirem a plena e eficaz realização dos objectivos que prosseguem e que, duma ou de outra forma, se reconduzem ao fim a todas comum de defesa dos interesses e aspirações dos jovens açorianos.

Independentemente de tudo isto, repare-se que a própria juventude açoriana vai, paulatinamente, tomando consciência da necessidade e da importância de se organizar em Associações, mas também de caminhar para formas mais complexas de associação que permitam uma mais forte e, portanto, mais eficaz defesa dos seus interesses. A prová-lo, temos a recente constituição da Federação das Associações de Juventude dos Açores da qual, cumprindo cabalmente o seu papel, muito haverá a esperar.

O Governo, em nosso entender, muito bem, consagra um substancial montante de verbas destinado a incentivar este tipo de organizações quer na sua constituição, quer na continuação da sua actividade. São estes os objectivos declarados do planeado programa P.I.A.J. dotada duma verba que ascende aos 35.000 contos.

No entanto, neste âmbito existe uma matéria que merece uma particular reflexão. Trata-se da consagração dum programa específico destinado a apoiar os chamados grupos informais de jovens e que se designa por programa INICIATIVA.

Registamos com particular agrado que a perspectiva dominante é a de considerar que não existe oposição entre os grupos informais de jovens e as associações juvenis.

Constatamos sim a lúcida percepção de que aqueles constituem, na esmagadora maioria dos casos, o primeiro passo para o surgimento destas. Não que a este objectivo se deva resumir todo o potencial do INICIATIVA. O programa vale por si, uma vez que acaba por abarcar toda e qualquer manifestação que a juventude promova no plano social, cultural ou desportivo.

A proposta de Plano apresentada consagra, igualmente, em acção específica, a matéria respeitante à Prevenção das Toxicodependências.

Trata-se duma matéria cuja previsão vem demonstrar a continuação do esforço no sentido de lutar contra as causas deste flagelo social.

Importa porém, encetar sempre a busca das melhores vias de combater as causas deste problema, não receando a experimentação de novas formas de combate, novas abordagens e diferentes modelos de prevenção. Assim, caminhar-se-á cada vez mais para a optimização dos meios que ora são afectados.

Se me é permitido, a única matéria em que o Governo se deve mostrar intransigente, irreduzível e até mesmo obsessivo, é na omnipresente fundamentação técnica e científica das medidas que nesta matéria se venham a implementar. Só assim será possível evitar custos desnecessários e acções contraproducentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No que respeita ao Emprego e Formação Profissional o Plano para 1999 reveste-se duma particular importância dado que surge já na vigência do Plano Regional de Emprego, documento estratégico essencial para a definição de medidas promotoras de emprego na Região.

Tendo como principais objectivos, entre outros, os da diminuição do desemprego juvenil e o da facilitação da inserção dos jovens na vida activa, este documento é coerentemente prosseguido com a afectação de substanciais montantes para Formação Profissional, por exemplo com o Programa PROFIJ, bem como para o inovador Programa ESTAGIAR.

Existe assim uma aposta lógica na formação profissional, não como um fim em si mesma, mas sim como o instrumento estratégico para os jovens enfrentarem o mundo do trabalho. No fundo, esta é a tradução prática da ideia do emprego como via de afirmação pessoal e social.

Qualquer um destes programas tem, nos documentos que ora se analisam, os meios necessários à sua implementação e ao seu prosseguimento. Contudo, também nos parece importante salientar a previsão de outros programas específicos na área do Emprego e da Formação Profissional.

Estes visam servir os objectivos delineados no Programa do Governo de contínua prossecução de políticas de valorização dos recursos humanos, fomento do emprego, não a qualquer custo, não qualquer tipo de emprego, mas sim um em que se conciliem as necessidades empresariais, os condicionalismos sociais e o desenvolvimento pessoal.

O Governo definiu o combate ao desemprego como uma das preocupações estratégicas desta legislatura.

As decrescentes taxas de desemprego, bem como a facilmente constatável mobilização dos jovens para a formação profissional, dão conta do acerto desta aposta.

Saliente-se apenas o facto de que há áreas que até há pouco eram esquecidas e menosprezadas, como por exemplo as pescas, e que surgem agora como apostas bem vincadas neste esforço de qualificação profissional.

O emprego e a formação profissional configuram-se nos dois documentos agora em análise como as áreas fundamentais para impulsionar, também por esta via, uma melhoria efectiva das condições de vida dos açorianos.

Pelos dados que hoje dispomos e que indicam uma taxa de desemprego na ordem dos 3,7%, o Governo Regional tem razões para estar orgulhoso das propostas que hoje aqui apresenta, bem como pode estar confiante nos caminhos que traçou e nas saídas que os mesmos proporcionarão.

Porém, também não pode passar despercebido que o executivo não considera os sucessos que nestas áreas, inegavelmente, tem obtido como justificações para um menor esforço em qualquer uma delas ou para encarar o seu trabalho como completo.

A perspectiva da formação profissional como uma matéria na qual o impacto do investimento será mais visível a médio/longo prazo, reforça-se com o substancial aumento de verbas que o executivo propõe nessas áreas e com a consequente continuidade e aumento do seu esforço.

Uma palavra ainda sobre a interacção existente entre o investimento no fomento do emprego e o combate a fenómenos de exclusão social.

Se é certo que todos os programas de formação profissional vêm indirectamente ao encontro dessa pretensão, a acção autónoma relativa a formação e apoio ao emprego para repatriados assume claramente integração social como o seu objectivo directo.

Esta é uma das áreas em que ligação entre esses dois objectivos - a criação do emprego e o combate à exclusão social - existe e dá fruto.

A situação dos repatriados já tem sido algo de numerosas discussões em que é analisada sobre as mais diversas perspectivas. No meio de toda a discussão existe um aspecto que reúne unanimidade: a integração social dos repatriados passa pela criação de condições efectivas de encaminhamento para uma situação de emprego.

A previsão ao nível do Plano para 1999 de verbas destinadas a fomentar o emprego destes cidadãos, assume um significado de tradução de uma postura em que, salvaguardada a liberdade e dignidade da pessoa, são-lhe fornecidos os meios para a integração plena e aceitação social.

Esta é a via correcta de lidar com esta questão ao invés de se agitarem fantasmas de insegurança e de "green" que servem muitas vezes para simples e insanos exercícios de populismo serôdio.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

As Proposta de Plano para 1999 e do Plano a Médio Prazo 1997/2000, são instrumentos indispensáveis e, pelo seu teor, inteiramente dignos dos objectivos de progresso e de desenvolvimento dos Açores na materialização, cada vez mais concreta, cada vez mais visível, cada vez mais forte de uma Nova Autonomia.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Francisco Fernandes.

Deputado José Francisco Fernandes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A discussão e votação do Plano a Médio Prazo e do Plano e Orçamento anuais, são sempre, nesta Casa, motivo de grandes discussões. E é normal que assim seja.

Trata-se, de momentos altos em que está em causa a distribuição dos recursos disponíveis e da correspondente esperança de algum desenvolvimento e bem estar de cada uma das ilhas e das suas gentes, que todos desejamos e defendemos.

E quando falamos das belezas naturais dos Açores e dizemos que todas as ilhas são diferentes, estamos a reconhecer que todas também têm diferentes necessidades e capacidades, mas sobretudo, diferentes graus de desenvolvimento.

A beleza e a tranquilidade que ainda hoje se vive nas Flores, tão apreciadas por aqueles que nos visitam apenas por alguns dias, têm como reverso, a falta de bem estar dos que lá vivem e trabalham todos os dias.

E se no passado os Florentinos tiveram algumas razões de queixa dos seus governos na distribuição do "bolo" regional, a avaliar por estas propostas de Plano e Orçamento a diferença é para pior.

Efectivamente, os 917 mil contos que o Governo Regional do PS, destina às Flores, na proposta de Plano para 1999, correspondem a menos de metade do montante que já em 1997 se julgava necessário.

Em 1998, apesar de inferior, o montante inscrito ainda atinge quase o dobro da verba agora proposta para 1999. Daí a nossa grande desilusão face às expectativas criadas.

Se, por um lado, continuamos ainda longe dos níveis de bem estar já alcançados por outros, por outro lado, temos cada vez menos recursos.

Enquanto que uns continuam a ter as grandes vias para o futuro, que até se diz que contribuem para o desenvolvimento de Santa Maria ao Corvo, e em quase todas as estradas Regionais se circula já em tapete betuminoso, infelizmente na Ilha das Flores essa realidade não se verifica.

A correcção e alargamento da estrada regional de Santa Cruz/Lajes, que é um traçado sinuoso, cortado a pá e pico na década de 50, é um perigoso percurso, que só um redobrado cuidado evita o pior, face sobretudo ao aumento do trânsito que o porto das Lajes gera, e ao aparecimento de viaturas de grande porte.

Quanto a portos marítimos também se prometeu muito. Na prática assiste-se a pouco.

No porto velho ficou por fazer a rampa de varagem, a consolidação da muralha e o arranjo o do espaço envolvente.

Será que o Senhor Secretário se esqueceu destas obras ou julga que elas estão feitas?

No porto de Ponta Delgada não se mexeu e por aquilo que julgamos a intenção é não mexer.

Nas poças, o arranjo do porto, para apoio a embarcações locais de recreio, fica-se pela conservação do cais existente, enquanto que noutras ilhas se ampliam e até se duplicam marinas.

Na área do património e do ambiente, assiste-se à demolição do bonito e histórico observatório meteorológico e não se sabe onde reconstruí-lo, para já não falar da situação caótica em que se encontra a Lagoa da Lomba invadida por plantas aquáticas. Em matéria de televisão, o canal 1 da RTP continua a ser uma miragem e a programação da RTP/Açores é a maior desgraça de sempre, numa atitude de completa falta de respeito por quem não tem acesso a outros canais.

Da saúde nem se fala.

O Centro de Saúde funciona mal.

Desde há muitos anos que não se fixa um médico de família nas Flores e os técnicos que têm aparecido vêm quase sempre por razões familiares, perfeitamente alheias a qualquer acção do governo e alguns ainda são indesejados e quase desencorajados a se fixar, pela direcção do Centro de Saúde.

A deslocação dos especialistas, grande bandeira do Senhor Secretário, agora regulada por um novo diploma, que à partida prometia soluções para tudo, revela-se uma autêntica desgraça, porque enquanto anteriormente ainda conseguíamos tratar um dente nas Flores agora temos que nos deslocar ao Faial ou a S. Miguel.

As instalações e equipamentos do Centro de Saúde degradam-se a olhos vistos. Exemplo emblemático é o da cozinha que está fechada há meses e por tempo indeterminado.

As obras para o efeito têm verba atribuída desde Outubro de 1997 e continuam por executar e a reabertura já se põe mesmo em dúvida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Tanto quanto sabemos parece que esta administração já conduziu o Centro de Saúde das Flores a um "buraco" orçamental de cerca de 100 mil contos. A ser verdade, é obra em apenas dois anos!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Olhe que não!

Deputado João Cunha (PSD): Olhe que sim!

O Orador: Se juntarmos a este os outros buracos, estes sim mais que confirmados, que existem nas estradas e nos portos e a tudo isto somarmos o grande "buraco" deste orçamento no que às Flores diz respeito, ficamos, de facto, com buracos a mais.

Disse.

Vozes da bancada do PSD e do PP: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque o tempo urge, para pedir e dar ao mesmo tempo um esclarecimento ao Sr. Deputado José Francisco Fernandes.

Da sua intervenção retiro apenas uma questão que me parece que tem alguma gravidade e, na minha opinião, é necessário esclarecê-la.

Quando refere que nada foi feito nos portos das Flores...

Deputado João Cunha (PSD): E é verdade!

O Orador: ... o Sr. Deputado sabe tão bem quanto eu, porque embora seja agricultor, a ilha não é tão grande que não se conheça o que se faz nos portos, que foram feitas obras no porto de pesca de Ponta Delgada.

Deputado João Cunha (PSD): Isso foi no tempo do PSD!

O Orador: O Sr. Deputado sabe que foram construídas casas de aprestos. Também sabe que foram feitas obras na rampa de varagem da área de pescas do porto das Lajes e que estão neste momento a ser construídas casas de aprestos nesse mesmo porto.

O Sr. Deputado sabe que foi feita a 1.^a fase da recuperação do porto velho em Santa Cruz, com a reposição do molhe de protecção e com a recuperação do cais e que numa 2.^a fase, que apenas está dependente da transferência da alfândega para libertar o actual armazém por ela utilizado, vão ser construídas casas de aprestos para os pescadores de Santa Cruz, vai ser feita a protecção da muralha e a reparação final da rampa de varagem, porque foi detectada uma falha na rampa depois de se fazer o desassoreamento.

O facto de não se terem feito obras ...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Há quanto tempo?

O Orador: ... durante muitos e muitos anos, levou a que o nível de areia e de lama era tanto, que já não se sabia onde é que acabava a rampa.

Isto não, Srs. Deputado, o relatório, é apenas a verdade.

Não me interessa polemizar, mas há uma coisa que realmente não posso deixar passar, ou seja, quando se dizem nesta Casa inverdades ou meias verdades relativamente a uma realidade que eu conheço, porque vivo lá.

O que eu tinha a dizer relativamente a esta matéria era isto.

As obras estão feitas e é evidente - e isto agora já é outra questão, mas por aí não vou entrar - que as verbas para os portos de pesca não estão necessariamente no Plano para 99.

As verbas para os portos de pesca saem do orçamento da Lotação.

Muito obrigado.

Deputado Madruga da Costa (PSD): E quem é que dá o dinheiro à Lotação?

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como surgiu aqui alguma dúvida sobre as verbas para a construção de portos e como não há nenhum "saco azul" no Governo Regional, o que é verdade é que há um programa nacional comunitário que se chama IC Pescas, que financia estas obras e que nunca foi aproveitado até à tomada de posse deste Governo.

É com esse dinheiro comunitário que se estão a fazer as obras.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção tem a ver com aquilo que foi afirmado ainda há pouco pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Todos nós reconhecemos que têm sido feitos alguns esforços no sentido de melhoria de portos que receávamos — e ainda há 3 anos dissemo-lo aqui — de que eles, pura e simplesmente, desaparecessem, como é o caso do Porto Velho das Flores onde houve uma acção meritória e importante, mas continuam a verificar-se algumas necessidades nos portos das Flores.

Aliás, o Sr. Deputado José Francisco referiu o porto de Ponta Delgada que tem um quebra mar construído a alguns anos e que, de facto, vai ser difícil de retirar, mas a realidade é que a opinião geral, quer de técnicos quer de pescadores, é de que essa obra não facilita a vida aos pescadores.

A pergunta que eu faço é se, efectivamente, a Secretaria da Agricultura, Pescas e Ambiente irá procurar analisar as possibilidades de melhorar um pouco o porto de Ponta Delgada, porque isso é considerado necessário e é considerado de alguma importância.

Um outro aspecto que foi aqui referido pelo Sr. Deputado Herberto Rosa, foi a intervenção feita no porto das Lajes em relação à parte de pescas em que, segundo alguns pescadores, são necessários trabalhos no que diz respeito à varagem dos barcos de pesca.

A pergunta que também gostaria de colocar é se o Governo Regional está atento a esta situação.

Ainda há poucos dias houve pescadores que me disseram que talvez tivesse sido mais urgente a reparação, para melhores condições, da rampa de varagem do que as próprias casas de aprestos.

São opções que se fazem e eu não estou a pô-las em causa. Estou apenas a transmitir a opinião de um pescador, mas, na realidade, hoje, as pessoas que trabalham no porto das Lajes, os pescadores que são muitos, continuam a exigir reparações importantes na rampa de varagem.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A resposta é afirmativa.

De facto, no que respeita ao porto de Ponta Delgada já foi feita parte da reparação do porto, está executada a casa de aprestos e está prevista a reparação da casa do guincho e também do molhe.

No que respeita ao porto da Lajes, está em execução as casas de aprestos e a da lota e está prevista, neste Plano, uma dotação de 20 mil contos, no que respeita à rampa do porto.

Em relação ao Porto Velho houve a reparação com a reconstrução do quebra-mar e o desassoreamento já foi executado.

Está em execução o reforço da muralha na parte da alfândega e está previsto, para 99, a reparação da rampa que apareceu posteriormente ao desassoreamento, estando também previsto a construção da casa de aprestos pendente apenas da deslocação das instalações da alfândega.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Santos.

Deputado João Santos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No programa do VII Governo Regional, o primeiro da responsabilidade do Partido Socialista, aprovado nesta Assembleia em Novembro de 1996, o Governo assumiu como primeira regra básica da sua política de solidariedade social, a cultura da

cidadania plena. Assumiu-se assim, que a todos a sociedade açoriana tem obrigação de acolher e respeitar. A todos o Estado tem a obrigação de servir.

Toda a despesa pública efectuada em favor e ao serviço dos grupo socialmente desfavorecidos, nunca deve ser vista como um custo, mas antes, como um investimento, pois tudo o que contribua para o desenvolvimento integral da pessoa humana deve ser visto como um investimento do Estado e uma obrigação moral da sociedade civil. Assim, congregando os princípios expostos, chegámos à feliz máxima, que define bem a sensibilidade e postura deste Governo em relação à sua política de solidariedade social: “As pessoas primeiro”.

Durante 25 meses, desde a sua tomada de posse, o Governo deparou-se com várias situações de calamidade provocadas, quer pelas intempéries que assolaram drasticamente a Região em Dezembro de 1996, e Setembro e Outubro de 1997, quer pelo sismo ocorrido em 9 de Julho passado, que assolou as ilhas do Faial, Pico e S. Jorge.

Estas situações adversas, poderiam, por si só, implicar uma inflexão nos objectivos propostos. No entanto, o que podemos constatar é que apesar dos imprevistos graves provocados pela força da natureza, que exigiram intervenções sociais rápidas e não previstas nos orçamentos de 1997 e 1998, este Governo não só tem mantido os seus objectivos, executando a bom ritmo e com eficácia a maioria das acções previstas, como tem estabelecido uma nova relação entre a Administração e os Açorianos, pautada pela transparência e pelo rigor, criando um clima de confiança e de desenvolvimento económico e social, com vista a uma mudança sustentada, rumo ao novo milénio, de que a execução da política de solidariedade social é só um exemplo.

Esta, revelou-se, desde o primeiro dia de governação, como um aspecto marcante da política deste Governo do Partido Socialista. Mais marcante se revelou ainda, quando confrontada com a total falta de sensibilidade social revelada pelos diferentes Governos do PSD...

Deputado António Meneses (PSD): Olha quem fala!

O Orador: ... em que os objectivos meramente eleitoralistas foram praticamente a única linha de acção constante e imutável ao longo de 20 anos.

No domínio da política de solidariedade e segurança social, actuou-se no sentido de contribuir para uma melhor prestação de serviços aos utentes do sistema, nomeadamente na área dos regimes de segurança social e no incremento de acções conducentes ao desenvolvimento de políticas de intervenção social preventivas da exclusão social. Mais do que a distribuição de subsídios avulsos, repito, muitas vezes com objectivos meramente eleitoralistas e de duvidosa eficácia, postura dos sucessivos governos do PSD, o VII Governo Regional definiu com clareza uma política assente nos princípios de cidadania, da igualdade de oportunidades e no respeito pela pessoa humana.

E aqui, e porque foram já hoje referidos os subsídios com intenções eleitoralistas, nomeadamente em ano de eleições autárquicas, eu gostaria de referir, só a título de exemplo, que, no que respeita a subsídios eventuais da Segurança Social, no ano a que se referiram - o ano 1997, os mesmos tiveram o montante de 654.800 contos, o que representa 16,1% do montante global do Orçamento da Segurança Social e, comparando com o ano de 96, representa não só um decréscimo em valores absolutos, pois em 96 este montante era de 652.840 contos, como também em termos percentuais, em que este montante era 18.6% do montante global dos subsídios da Segurança Social. O que não deixa de ser curioso, e falando em medidas eleitoralista, é a diferença do montante de subsídios eventuais de 95 para 96, precisamente o ano de eleições legislativas.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Já se esqueceram!

O Orador: Mas a gente lembra-os!

No ano de 1995 este montante era de 565.000 contos, passando, no ano de 1996, para 652.840 contos, o que representa nem mais nem menos do que um aumento de 16% só nos subsídios eventuais da Segurança Social.

Quanto à utilização dos dinheiros, e para não me estender mais em exemplos, dando exemplo de como é que eram utilizados os dinheiros da Segurança Social nos Governo do PSD, podemos referir os montantes que eram dispendidos com a aquisição de livros pela Direcção Regional da Segurança Social que, em 5 anos, investiu mais de 33 mil contos nessa aquisição.

O mais curioso não são os 33 mil contos. No ano de 96, ano de eleições legislativas, foi investido tanto como havia sido investido nos 4 anos anteriores. Ou seja, só em 96 os senhores investiram mais de 15 mil contos na aquisição de livros, para não referir o preço no caso de alguns títulos que por 500 exemplares os senhores pagaram quase 2.500 contos. Isto fica apenas como título de exemplo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Estamos a percorrer um caminho seguro e perfeitamente identificado, baseado na concertação e na participação activa dos cidadãos, não só na definição das medidas de política, mas também na ordenação das prioridades, quer das acções previstas quer no de outras que se for achando oportuno e necessário desenvolver e pôr em prática em cada uma das ilhas, por forma a corresponder aos reais interesses dos açorianos.

No que se refere às políticas sociais destinadas à infância e juventude foi possível aumentar em mais 10, o número de creches e jardins de infância em relação aos existentes em 1996, permitindo dispor-se de mais 216 lugares.

Tendo em conta a necessidade de aumentar significativamente as alternativas ocupacionais para tempos livres, foram criadas, nos últimos dois anos, mais 29 ATL's, 19 dos quais funcionando no âmbito dos Projectos de Luta contra a Pobreza, apoiando-se assim com o total de 53 ATL's, cerca de 3000 utentes.

No âmbito desta política no apoio às crianças e jovens em risco, foram criados 3 Centros de Acolhimento Temporário de Emergência. Estes Centros procuram dar uma resposta imediata de emergência, a crianças que foram ou são vítimas de negligência, maus tratos e/ou abandono. Foram ainda concluídas 2 creches e jardins de infância, feita a remodelação de 1 casa de infância e efectuada a adaptação de 1 edifício, também para creche e jardim de infância. No que se refere a acções em curso, e que são várias, destaca-se o "Programa ser Criança" - um programa de intervenção junto das famílias com crianças em risco.

Para além do acima referido, encontram-se a decorrer 10 acções de aquisição, remodelação, construção ou adaptação de novos equipamentos. Pretende-se ainda, ao longo dos próximos dois anos, criar 4 residências do tipo familiar, para apoio a crianças e jovens em risco, nas Ilhas de Santa Maria, São Jorge, Pico e Flores.

Na política de apoio aos idosos, tem sido objectivo primordial a sua integração na família e na comunidade. Foi nesse sentido que se criaram serviços de apoio domiciliário, centros de dia e centros de convívio para idosos.

Em 1996, existiam na Região 29 serviços de apoio domiciliário abrangendo 1330 utentes, existindo, neste momento, 35 serviços, servindo 2026 utentes. No ano de 1996, existiam 34 centros de convívio para 1318 idosos, existindo em Julho de 1998, 72 centros servindo 3795 utentes. Em igual período foi possível aumentar de 4 para 8 o número de centros de dia, permitindo apoiar 395 utentes, ou seja, quer o apoio domiciliário, quer nos centros de dia ou de convívio para idosos, este Governo, em 2 anos, duplicou a capacidade de resposta.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Iniciativa de destaque nesta área, é ainda a regulamentação do apoio complementar na aquisição de medicamentos para idosos, evitando que estes fiquem com um rendimento inferior à pensão social.

Para além do acima exposto, refira-se que se encontram em curso e/ou programados para início nos próximos dois anos, 14 obras de construção, recuperação ou remodelação de diferentes estruturas de apoio e serviço a idosos.

Na área da intervenção Comunitária, ao nível dos Projectos de luta contra a Pobreza, existiam na Região em 1996 apenas 3 projectos, dos quais apenas 1 estava em pleno funcionamento. Durante os anos de 1997 e 1998, para além de se reiniciarem 2 projectos, iniciaram-se mais 10, totalizando assim 12 projectos de Luta Contra a Pobreza abrangendo 17310 pessoas com um financiamento global que poderá atingir até final deste ano, um valor superior a 500 mil contos contra os 200 mil de 1997. Este conjunto de projectos, constitui um dos mais importantes recursos de luta contra a pobreza, representando uma viragem na política de acção social, pois tem subjacente um conjunto de princípios orientadores que visam assegurar, no futuro, o sucesso dos mesmos. Estes têm uma área de intervenção múltipla passando, entre outros aspectos, por melhoria das condições económicas, melhoria das condições de bem estar, animação socio-educativa e culturo-recreativa, apoio às famílias, melhoria das condições habitacionais e intervenção na área da infância.

Nos próximos dois anos irão ser iniciados mais 3 Programas de Luta contra a Pobreza nos concelhos do Nordeste, Vila Franca do Campo e Ribeira Grande.

A aplicação na Região do Rendimento Mínimo Garantido, tão atacado pelo PSD, ajudou a revelar a situação real do que se verificava na Região, com quase 10% da sua população sem as condições mínimas de subsistência e dignidade humana. Esta situação carecia e merecia uma intervenção profunda, a que o Governo do Partido Socialista tem sabido dar uma resposta capaz, minorando as condições sub-humanas em que muitos açorianos, infelizmente, viviam.

A aplicação do Rendimento Mínimo Garantido, por um lado, permite aos que vivem no seio da pobreza absoluta, terem aquilo que é um apoio mínimo, para satisfazerem as necessidades básicas, evitando que desçam abaixo da dignidade humana, e por outro, porque é uma medida para além da caridade e da esmola, permite afastar a velha, podre e ineficaz “assistência” através de subsídios atribuídos sem uma visão da realidade global da pessoa.

Não obstante o já referido, a grande virtude desta medida é o facto de, mais do que apoiar, permitir promover. Exige que a pessoa dê uma contrapartida por aquilo que recebe. Apoia, mas exige a promoção e a responsabilização.

A Segurança Social conta, neste momento, com cerca de 25000 beneficiários. Ao comparar o número de beneficiários com a população de cada uma das ilhas, verifica-se que 13,2% da população da Ilha de São Miguel é abrangida pelo rendimento mínimo garantido, enquanto a taxa é de 4,2% na Terceira e 2,6% na Ilha do Faial.

Quando se fala ou mesmo se critica o facto de haver tantas pessoas nos Açores abrangida pelo rendimento mínimo garantido, devemos perguntar, como foi possível que a nossa sociedade tivesse gerado tantos pobres. A resposta não anda longe, desta situação ser resultado de um déficit de desenvolvimento, que excluiu quando devia integrar, que apoiou mal e não promoveu.

De salientar que, apesar da elevada taxa de população abrangida por esta prestação, os Açores, são a Região do país com maior número de programas de inserção assinados, graças ao esforço que tem sido desenvolvido nesse sentido. Existem 3260 acordos de inserção assinados, abrangendo 13279 pessoas e cerca de 3000 a frequentar acções de inserção. Saliente-se ainda, que cerca de 5500 pessoas frequentam a escolaridade

obrigatória e até Outubro, cerca de 400 tinham sido colocadas no mercado de trabalho, no âmbito dos Programas de Inserção.

Ao nível da deficiência, o cidadão portador de deficiência merece por parte do Governo do Partido Socialista, igual respeito, quer no acesso aos bens e serviços prestados, quer no exercício do direito de cidadania.

A política dos sucessivos governos do PSD face a este problema, não tem mais lugar com este Governo do Partido Socialista, por isso, entre outras iniciativas, foi iniciado o processo de criação de uma rede de apoio ao cidadão com deficiência, nas ilhas de S. Miguel e Terceira, foi criada a primeira rede integrada de apoio ao transporte de deficientes, na Ilha Terceira, foi criado um núcleo de apoio a deficientes na Ilha Graciosa, foi criada a primeira residência temporária para deficientes, em Ponta Delgada, irá ser iniciado o processo de apoio aos deficientes da Ilha do Pico, foi celebrado um Contrato-Programa com a Aurora Social, através do qual é concedido apoio no âmbito da formação de pessoas com deficiência, com o objectivo de levar à criação de emprego, e será finalmente aprovado, no próximo Conselho do Governo, depois de um longo processo que se arrastou por mais de 10 anos, a adjudicação da obra do Centro Ocupacional e Residencial da Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes do Arquipélago dos Açores (APACDAC), cujo custo da obra será superior a 300 mil contos. Nos próximos dois anos, para além da construção de mais 2 estruturas, pretende-se que seja estendida a todas as ilhas e a alguns concelhos em particular uma resposta no domínio da deficiência.

Também a situação dos Repatriados constitui um problema de exclusão social nos Açores. E apesar de relativamente recente, assume já uma dimensão pública importante.

No sentido de criar uma política integrada e sistemática de apoio aos repatriados, foi criado, no início de 1998, o Centro de Apoio ao Cidadão Repatriado, que desde o início dos seus trabalhos teve já intervenção na vida de 91 pessoas repatriadas, com idades compreendidas entre os 21 e os 46 anos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Para além do já referido, destaque-se ainda a criação do primeiro Centro de Apoio de Emergência dos Açores, em preparação, ao qual caberá responder de modo articulado e

integrado às grandes emergências; a assinatura do protocolo de cooperação com a UMAR-Açores, permitindo executar o Programa “ SOS-Mulheres”, possibilitando o apoio a mulheres vítimas de violência e, ainda, a celebração de um Acordo de Cooperação para Apoio às Famílias de Pessoas Toxicodependentes.

Ao nível dos equipamentos sociais e numa área de intervenção Comunitária, foram iniciadas e/ou concluídos 9 edifícios polivalentes, dos quais 4 em S. Miguel, 2 no Pico, 1 na Terceira, 1 em S. Jorge e 1 nas Flores. Nos próximos dois anos, pretende-se iniciar e/ou concluir o processo de construção de mais 12 polivalentes e ainda iniciar e/ou concluir o processo de construção de 6 edifícios para Serviços de Segurança Social.

Por tudo isto, podemos afirmar que na Região, no período 1997/2000, no âmbito do Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social, foram e continuarão a ser, efectuados investimentos importantes na dinamização de todo o sistema sócio-económico.

Investir nos sectores Sociais, tal como se tem verificado e como se projecta para o futuro, é não só promover a equidade na distribuição da riqueza, gerando maiores equilíbrios, como também aceder a maiores e melhores apoios sociais, na resposta aos desafios e problemas da vivência quotidiana dos cidadãos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Termino da forma como comecei:

No programa do VII Governo Regional, o primeiro da responsabilidade do Partido Socialista, aprovado nesta Assembleia em Novembro de 1996, o Governo assumiu como regra básica da sua política de solidariedade social, a cultura da cidadania plena.

Passados que estão 25 meses da sua tomada de posse, constatamos que este, demonstrou claramente e de forma inequívoca que quis e soube honrar os seus compromissos perante os açorianos. O Governo prometeu, o Governo cumpriu.

Assim, pelo bem comum e em nome dos direitos fundamentais dos açorianos, que querem e tem o direito de saber com que contam até ao ano 2000, espero que o Plano a Médio Prazo 1997/2000 e o Plano e Orçamento para 1999, agora em apreciação, sejam aprovados, gerando assim segurança e confiança no futuro, potenciando o progresso e permitindo continuar o rumo bem definido, em direcção à melhoria das condições de vida de todos os açorianos sem excepção.

“As Pessoas Primeiro”. De facto, no espírito, nas intenções, e nas acções deste governo, as pessoas estiveram, estão e estarão sempre primeiro.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O ilustre João Soares de Albergaria, escreveu em 1822, o seguinte pensamento em relação aos seus patrícios Jorgenses: "Eles são muito pacíficos, muito industriosos e buscadores de boa fortuna, mas o seu cativo moral e político faz com que eles apareçam como uns desgraçados escravos da Metrópole".

Passados 176 anos, os Jorgenses continuam desgraçados e escravos não da Metrópole, mas deste Plano e Orçamento para 1999.

Desgraçados porque um Plano, que não permite o desenvolvimento de uma ilha, desgraça sem dúvida alguma o seu povo.

Escravos, porque um povo ao qual não se permite o seu desenvolvimento é um povo escravizado.

Mas vamos a factos, para justificarmos argumentos.

Será com a fabulosa quantia de 1000 contos, que este Governo, pretende melhorar o aeroporto mais miserável da Região?

Quanto ao melhoramento da pista deste Aeroporto, nada!... Está este Governo, como sempre insensível a tal pretensão dos Jorgenses.

Entende este Governo, que isto é contribuir para o desenvolvimento da quarta maior ilha desta Região.

No que respeita ao Porto da Calheta, este Governo diz no seu comunicado do Conselho do Governo de 8 de Maio, que "O Conselho apreciou o projecto-base para a melhoria da operacionalidade do Porto da Calheta, tendo decidido mandar executar ensaios em modelo reduzido para avaliação da necessidade de eventuais correcções".

E acrescenta este comunicado:" A execução desta empreitada será iniciada em 1999, prevendo-se que o respectivo concurso público de adjudicação seja lançado ainda no final de 1998."

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): E está certo. Este ano ainda não acabou!

O Orador: Deve ser amanhã ou então ontem.

Há semanas atrás o Senhor Secretário da Economia, afirmou que o arranjo no Porto da Calheta custaria cerca de 600.000 contos e seria, provavelmente, posto a concurso em 1998.

Por seu lado, o Senhor Deputado António Gomes, já depois disso e antes de ser Vice-Presidente, disse que apresentou há dias um boneco à Consulmar, sobre o Porto da Calheta, que irá servir de base, ao projecto futuro daquela infraestrutura portuária.

No essencial, quem mente em relação ao Porto da Calheta: o Senhor Secretário, o Senhor Deputado António Gomes ou o Governo Regional no referido comunicado?

O Plano para 1999, tem consignado, para o Porto da Calheta, a fabulosa verba de 10.000 contos, para quê, perguntamos?

Para pagar o ensaio em modelo reduzido?

Ou para pagar aquele genial boneco do Senhor Deputado António Gomes?

Ou para pagar o projecto base?

E já agora perguntamos, o que fizeram aos 40.000 contos, consignados no Plano de 1998, para o Porto da Calheta?

Nas Velas, o seu Porto tem 11.000 contos, no Plano, para acabar a Gare Marítima, já em execução, porque para o seu varadouro, cheio de buracos, nada existe.

Quanto à pavimentação, reabilitação e consolidação das estradas em S. Jorge, estas estão habilitadas neste Plano, com 174.500 contos. Isto só não chega para os trabalhos previstos, e assim os povos dos nortes irão provavelmente continuar à espera para 2000, que lhe acabem a estrada. Oxalá não sejam os habitantes de Santo António, porque estes já não aturariam por certo mais a dita vingança do Chinês.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

São Jorge, produz um queijo ímpar feito com leite cru, que exige água com qualidade para as manadas leiteiras, energia, classificação do leite e condições que promovam a

higiene nos locais de ordenha. Mas para o abastecimento de água à lavoura tem este Plano a saliente verba de 10.000 contos, e energia nada!...

Que digam os Agricultores Jorgenses, as dezenas de milhares de contos, que ainda no ano corrente, gastaram a acartar água para as explorações em São Jorge.

Com verbas destas os problemas infraestruturais de São Jorge, no campo da Agricultura, vão é aumentar, a ver vamos sem quereremos imitar o ceguinho.

A salientar há ainda os 40.000 contos, para rescisão do contrato do matadouro das Velas, porque a beneficiação do matadouro da Calheta, com o que resta da indemnização por rescisão do contrato anterior, vai ser provavelmente igual à dos últimos dois anos.

Nas pescas há a evidenciar o esforço que este Governo faz, através deste Plano, para arrumar de uma vez por todas os pescadores Jorgenses. A prova do que afirmo são os 2.500 contos para os portos do Norte Grande, Topo e Fajã dos Vimes. São os 1.037 contos para a renovação da frota artesanal e crescimento da frota costeira. Não haja dúvida que se vai fazer mundos e fundos com isto.

Senhores Deputados, até as esmolos quando são muito miseráveis, custa aos pedintes aceitá-las e não tenham dúvidas.

No ambiente existe 30.000 contos para a protecção de uma orla costeira que necessita de centenas de milhares de contos. São um fraco paliativo. Mas são um fraco paliativo, para onde? Para a Fajã de São João, para a Fajã dos Vimes, para as Velas, para a Calheta, para a Fajã dos Tijolos e Caldeira de Santo Cristo ou para o Porto do Topo?!

E a Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, mais uma vez este Governo, faz tábua rasa do seu estado e condição.

Mais uma vez este Governo, abandona ao "Deus dará", aquilo que é o ex libris da ilha, aquilo que é a "jóia sagrada" dos Jorgenses.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou entrar em polémica com o Sr. Deputado Manuel Brasil, porque quero reservar o meu tempo para, na tribuna, responder a uma quantidade de questões que V. Exa. trouxe a esta Casa.

Contudo, quero fazer duas pequenas observações: ou o Sr. Deputado veio para este plenário sem ter lido os documentos ou então terei que dizer que não há pior invisual do que aquele que não quer ver.

(Risos da bancada do PSD)

Sr. Deputado Manuel Brasil:

O Plano a Médio Prazo para estes dois anos contempla uma verba que é superior à taxa de execução dos últimos dois Governos do PSD em 330%. Está a perceber?

A proposto de Plano para 1999, é superior à taxa de execução do último Governo, suportado por si nesta Casa, em 100%.

Está tudo dito. Não tenho mais observações a fazer sobre a sua intervenção.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Gomes:

Realmente eu li os documentos, mas em relação a São Jorge, esses documentos não têm nada para ler.

O Sr. Deputado devia ter informado o seu Governo para ele pôr lá qualquer coisa para que nós pudéssemos ver. Não venha para aqui me mandar ler os documentos.

Por outro lado, Sr. Deputado, em relação a cegueira, só é cego quem olha para os documentos deste Governo, em relação a São Jorge, e vê lá aquilo que não existe.

(Risos da bancada do PSD)

Foi isso que V. Exa. fez e desculpe-me que o diga.

Da minha parte, também não vamos entrar em mais polémica.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Loura.

Deputado António Loura (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Logo após os primeiros anos da Revolução do 25 de Abril, foi iniciado um novo período com a institucionalização do sistema autonómico, o qual acabou por provocar profundas mudanças sociais e políticas na sociedade açoriana.

Neste novo quadro, o sector público tornou-se o garante fundamental do funcionamento do sistema social e económico, enquanto que o sector privado, a partir daí, foi perdendo progressivamente o peso que detinha como parceiro privilegiado para o funcionamento do sistema económico regional. Aqui é de referir a condução dos negócios por parte do Governo Regional, por via da nacionalização de algumas empresas estratégicas e fundamentais para o bom funcionamento do sistema económico regional: Banca, Seguros, Tabacos, Cervejeiras, Hotelaria e Transportes Aéreos.

Nessa altura, as receitas regionais provinham da totalidade de impostos cobrados na Região aos quais, juntamente com a receita do Acordo da Base das Lajes, as transferências do Orçamento de Estado e as transferências comunitárias, foram o garante principal do financiamento nos primeiros anos do sistema autonómico.

Nesses primeiros anos, também conhecidos como o "Ciclo do Betão", apareceram construções de infraestruturas um pouco por todas as ilhas, o que provocou um crescimento meramente conjuntural do tecido empresarial, resultante de um aumento significativo dos níveis de consumo, o que deu origem ao aparecimento de uma classe média consumista, inexistente até aquela altura e dum crescimento na área do comércio e serviços.

Os tempos passaram e com cada vez mais responsabilidades crescentes que dantes estavam a cargo do Governo da República, para o Governo Regional, com a introdução do novo sistema retributivo da função pública, a perda das receitas do Acordo da Base das Lajes, com um crescimento muito lento das transferências provenientes da solidariedade nacional, os orçamentos regionais recentem-se e

tornam-se mesmo insuficientes para acompanharem as necessidades de despesa regional.

Neste cenário, verifica-se a criação, por parte do Governo Regional, dum défice orçamental crónico que em 1996 era já de 110 milhões de contos, que há atrasos nos pagamentos aos fornecedores e finalmente verifica-se que o tecido empresarial está endividado e descapitalizado.

Era esta a situação, ainda que muito sumária, que se vivia nos Açores em finais de 1996, ou seja, um Governo desacreditado, um tecido empresarial empobrecido e uma população descrente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fartos desta situação, os açorianos, nas eleições legislativas de Outubro de 1996, deram o seu voto de confiança ao Partido Socialista. Assim, a 9 de Novembro desse ano, toma posse o VII Governo Regional, o primeiro da responsabilidade do P.S.. O desafio que se colocava ao novo Governo era grande, mas maior era a vontade de vencer todas as dificuldades, em prol dos Açores e dos açorianos.

Neste contexto, um dos grandes objectivos estratégicos do Governo da Nova Autonomia foi o de dotar a Região dos instrumentos financeiros capazes de assegurarem uma gestão eficaz e racional, por forma a inverter o progressivo endividamento da Região, o qual se mostrava preocupante e bastante inibidor do desenvolvimento, presente e futuro, da Região.

Deste modo, e tendo em conta o bom entendimento entre o Governo da República e o Governo Regional foram atingidos os objectivos de dotar a Região de uma Lei das Finanças das Regiões Autónomas, aprovada pela Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro, a qual contribuirá decisivamente para o equilíbrio das finanças regionais.

Com a aprovação desta lei verifica-se que é a nível orçamental duplamente positivo:

- 1.º As transferências do Orçamento do Estado passam a estar determinadas legalmente;
- 2.º A redução da dívida pública directa em 110 milhões de contos.

A nível fiscal, a lei permite que a Região exerça poder fiscal, o que irá ter reflexos a muito curto prazo aquando da aprovação, ou melhor, da aplicação do Orçamento para 1999, com vantagens positivas para a economia que se reflecte no abaixamento do

IRS e IRC, na criação de mais emprego e dum maior clima de confiança junto dos empresários e investidores.

Em suma, esta lei deve-se à grande capacidade negocial deste Governo, ao grande espírito de solidariedade do Governo da República, mas meus senhores, esta lei não é seguramente a varinha mágica para a resolução de todos os nossos problemas. É importante e indispensável, mas obriga a uma gestão rigorosa e de muita contenção.

Uma outra área importante das receitas para o investimento regional são os Fundos Comunitários e o VII Governo Regional, desde a sua tomada de posse, trabalhou-os no sentido de solicitar ao Governo Central a sua reprogramação e reforços os quais se ficaram por uma verba acrescida de 26,9 milhões de contos. Verba sem dúvida importante mas, diminuta para os constantes pedidos de investimentos, quer públicos, quer privados.

Passarei a identificar outras medidas importantes como sendo, a redução do tarifário energético, a redução das passagens aéreas a entrar em vigor no próximo dia 1 de Janeiro de 1999, com reflexos nos percursos Açores/Continente e nas ligações regionais, da definição e reformulação dos sistemas de incentivos como forma de apoiar o tecido empresarial.

Gostaria ainda de referir a atenção dada por este Governo na área da prevenção e da exclusão social de que o Rendimento Mínimo Garantido, é apenas um exemplo. Por último, lembro os fortes investimentos em curso e a iniciar-se no âmbito, quer da Saúde, quer da Educação.

Estas são, Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, algumas das muitas promessas cumpridas por este Governo da Nova Autonomia, em apenas e só, 25 meses. Isto não é demagogia, é trabalho, e muito mais fará até ao final do seu mandato se esta Assembleia o deixar trabalhar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Nesta sessão vamos tratar de analisar o Plano a Médio Prazo 1997/2000, e o Plano e Orçamento para o ano económico de 1999.

Quanto ao primeiro documento, ainda que não tivesse merecido desta Assembleia a sua aprovação, mas é seguramente um documento importante, na caracterização das

políticas a desenvolver por este Governo, com vista ao desenvolvimento integrado dos Açores.

Quanto ao Plano para 1999, no que respeita à ilha de Santa Maria, verifica-se que o mesmo sobe ligeiramente quando comparado com o do ano anterior. O mesmo permite dar continuidade às obras em execução e projectar outras, para serem realizadas nos anos subsequentes

Os marienses queriam mais e mereciam-no. Por outro lado, eu percebo e os marienses percebem, que este Governo tem como missão urgente dar novo ânimo às populações que foram atingidas por situações de calamidade, como é o caso da Ribeira Quente, na Ilha de S. Miguel e do sismo ocorrido em Julho deste ano, que atingiu as Ilhas do Faial, Pico e S. Jorge.

Apesar de tudo isto, e que por si só, poderiam originar uma inflexão nos objectivos propostos, constata-se que o Governo procurou manter um volume de verbas que permitem dar continuidade aos seus investimentos em Santa Maria.

Do conjunto de obras da responsabilidade do Governo Regional, em Santa Maria, verifica-se:

- Reforço do Molhe do cais de Vila do Porto, que tem decorrido a um ritmo satisfatório;
- Casa do Povo de Almagreira, a obra está concluída e pronta para ser utilizada;
- Edifício da Segurança Social, as obras tiveram o seu início no passado mês de Novembro.

Outros projectos de ordem estruturante, de ordem social e de ordem educacional, têm que andar a um ritmo mais satisfatório, como são os casos:

- Abastecimento de Água à Lavoura, o projecto encontra-se em execução no IROA em fase bastante adiantada;
- Matadouro de Santa Maria, a deslocalização do matadouro já está decidida e encontra-se em fase de apreciação técnica, sendo o projecto da responsabilidade do IAMA;
- Portos dos Anjos, Maia e S. Lourenço, a obra é da responsabilidade da Lotaçor cujos trabalhos têm vindo a decorrer muito lentamente.

Para estas obras julgamos importante que o Governo Regional fizesse um reforço de verba com vista a resolver os problemas daqueles portos de pesca, uma vez que os mesmos são muito importantes para os pescadores que lá operam, para além de serem infraestruturas muito necessárias de apoio aos muitos marienses que os utilizam nos desportos náuticos.

- Remodelação/Adaptação do Edifício da St^a Casa da Misericórdia de Vila do Porto a Centro Comunitário, e a Casa do Povo de Santa Bárbara. Segundo informação que recolhemos, os mesmos estão nos gabinetes projectistas para acertos das divisões especiais, isto quanto ao primeiro e para alteração do modelo de arquitectura quanto ao segundo;

- Escola Básica Integrada de Santa Maria, esta obra tem tido uma execução baixa. Nesta fase, pretendia-se a vedação da escola, e melhoria nos sistemas de água e electricidade. Quanto ao projecto para remodelação e adaptação às novas exigências do ensino, o mesmo está no gabinete projectista, aguardando-se a sua entrega para breve.

Ainda no âmbito da melhoria do Parque Escolar do Ensino Básico é de referir que do protocolo feito entre a Câmara Municipal e o Governo Regional, as obras já se iniciaram, tendo sido recuperadas já duas escolas do lugar de Santo Espírito, estando as mesmas a funcionar desde o início do ano lectivo de 98/99. Neste momento estão a decorrer obras na Escola do 1º Ciclo de Vila do Porto.

Esta é a situação das obras mais importantes que se encontram a decorrer em Santa Maria, da responsabilidade do Governo Regional.

Reconhecendo-se atrasos, urge ultrapassá-los rapidamente convertendo em obras as verbas orçamentadas, e esse tempo vai ser, tem de ser, o ano de 1999.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Para finalizar, gostaria de alertar o Governo Regional para a perda do Hotel do Aeroporto de Santa Maria, por força de um violento incêndio.

Com a perda daquela importante infraestrutura, Santa Maria ficou diminuída e impossibilitada de participar num sector que se, reconhece de vital interesse, como é o turismo.

Apesar das consequências nefastas para o sector empresarial mariense, há um segundo aspecto muito importante que é, o facto de 34 funcionários ficarem sem emprego, o que pode causar um grave problema social numa ilha tão pequena como é Santa Maria.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Estamos a analisar e discutir documentos de grande importância para a nossa Região, o mesmo é dizer para todos os açorianos de Santa Maria ao Corvo.

Concluída que está a obra do porto do Corvo é necessário assegurar e acautelar desde já as ligações marítimas para a nossa Ilha.

Como é do conhecimento público, foi recentemente constituída uma Sociedade entre algumas Empresas de Transportes Marítimos. É, em nossa opinião, a altura certa para a intervenção do Governo Regional no sentido de assegurar uma ligação mensal entre o porto da Horta e o porto do Corvo.

Tenho conhecimento que a Empresa de Navegação Graciosense possui um navio denominado "Ponta da Barca", cujo calado não ultrapassa os três metros. É precisamente este tipo de embarcação que seguramente precisamos.

Quero, aqui, registar a intenção manifestada pelo Sr. Secretário Regional em apoiar a aquisição de um barco que fará ligações entre a Ilha das Flores e o Corvo.

Esperamos, que já em 1999 o Governo concretize esta intenção.

Não daremos descanso a este ou a qualquer Governo enquanto os Corvinos não tiverem transportes marítimos iguais aos outros açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em devido tempo, a Câmara Municipal do Corvo disponibilizou-se para, em colaboração com o Governo Regional encontrar uma solução para resolver o

problema dos nossos idosos que como todos sabem têm que abandonar a sua terra para encontrar em terra alheia um espaço de acolhimento.

Na altura, o Governo Regional entendeu não colaborar com esta iniciativa que visava a construção na Ilha do Corvo de um Lar para a 3.^a idade.

Daqui, faço um apelo ao Governo para que reveja a sua posição, no sentido dos Corvinos que sempre labutaram e viveram com sacrifícios, possam também encontrar na sua terra um local condigno para uma velhice com o descanso e a paz que sempre disfrutaram.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

As fortes chuvadas que recentemente caíram na Ilha do Corvo fizeram com que as Lagoas do Caldeirão uma vez mais fossem enxurradas. Quero aqui deixar esta preocupação para que o Governo Regional proceda quanto antes à limpeza das mesmas para que no próximo Verão não venhamos a ter problemas na principal atracção turística da nossa Ilha.

Por falar em Turismo tenho conhecimento que há um projecto da iniciativa privada para a construção de uma residencial na Ilha do Corvo. Espero que o Governo Regional apoie esta iniciativa para que esta parcela da Região possa também acolher em boas condições aqueles que nos visitam.

Antes de terminar, quero aproveitar esta oportunidade para desejar às Sras. e Srs. Deputados, aos Srs. Membros do Governo, à comunicação Social que sempre nos tem acompanhado, a todos os açorianos e, especialmente, aos Corvinos, umas Boas Festas e um Feliz Ano Novo

Obrigado

Voices da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Carlos Macedo.

Deputado João Carlos Macedo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Cumpro, hoje, perante V. Ex.^{as}, este acto quase ritual de fazer uma breve abordagem ao Plano Regional para o ano de 1999, no domínio da política cultural, compendiada no Programa n.º 26, "Património e Actividades Culturais".

Por fortuita circunstância, decorre este debate alguns dias depois do 50.º aniversário da aprovação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Falando-se de cultura, é uma coincidência não desprezível, pois, como se sabe, para além do significado cultural que se encerra em todos os itens daquele documento fundamental, o art. 27.º, n.º 1, especifica, com precisão, que: "Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam".

É reconfortante verificar-se que, como observa Karel Vasak, no livro intitulado "As Dimensões Internacionais dos Direitos do Homem": "A comunidade internacional preocupa-se cada vez mais com atingir o objectivo geral de garantir a cada um o direito de participar livremente na vida cultural da sociedade".

Por isso, em 1970, a conferência intergovernamental sobre os aspectos institucionais, administrativos e financeiros da política cultural, organizada, em Veneza, pela UNESCO, sublinhou que "deve ser feito o possível para criar as condições económicas e sociais que permitam o livre acesso democrático à cultura", acrescentando, "last but not the least", que "é necessário respeitar todas as opiniões, em todas as culturas e a todos os níveis, sem discriminação".

Numa conferência que proferiu, em 1933, na União Cultural Mocidade Livre, Bento de Jesus Caraça explica que: "A aquisição da cultura significa uma elevação constante, servida por um florescimento do que há de melhor no homem e por um desenvolvimento sempre crescente de todas as suas qualidades potenciais, consideradas do quádruplo ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico; significa, numa palavra, a conquista da liberdade".

Esta concepção exclui, de uma vez por todas, qualquer hipótese de dirigismo por parte das entidades públicas, que, em vez de se substituírem aos agentes culturais, devem, pelo contrário, esforçar-se por estabelecerem as condições necessárias para que prospere, a todos os níveis, um clima de criatividade e fruição.

Isto mesmo se infere do próprio texto do Plano, onde se lê que as ideias subjacentes à política que tem vindo a ser desenvolvida assentam nos seguintes pressupostos:

a) a necessidade de se proporcionar à população em geral as devidas oportunidades de acesso aos bens culturais, o que obriga a iniciativa governamental a procurar passar gradualmente à retaguarda, motivando e permitindo a intervenção da iniciativa privada, singular ou colectiva, com o objectivo último de ser a própria sociedade a desenvolver na prática uma política cultural consequente;

b) a necessidade de se acabar em definitivo com o regime de subsídio e persistir sem concessões numa política de celebração de contratos com os agentes culturais, entendendo-se que a iniciativa e os apoios governamentais nesta área deverão tender a resumir-se à criação de condições humanas e técnicas, devendo as disponibilidades financeiras ser canalizadas preferencialmente para a formação técnica e artística dos agentes, para a criação e manutenção de infraestruturas e para a valorização dos talentos criativos;

c) a necessidade de se construírem os equipamentos e infraestruturas indispensáveis para a criação artística e para o desenvolvimento cultural da população.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Um ligeiro olhar sobre a proposta do Plano, nesta área da cultura, permite verificar uma previsão de investimento da ordem de mais de um milhão e meio de contos, certamente metade ou mesmo um terço do que poderia ser necessário, numa Região com as características da nossa.

Mesmo assim, procura-se distribuir tais recursos, com o equilíbrio possível, em projectos tão importantes como a dinamização de actividades culturais, a defesa e valorização do património arquitectónico e cultural e a protecção e valorização da cidade de Angra como património mundial.

Ressalta, pela sua importância no âmbito dos equipamentos, a já muito próxima conclusão da obra de adaptação do antigo Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada para a instalação definitiva da Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, a qual terá natural continuidade em idênticos empreendimentos por que esperam, há bastante tempo, as

outras duas ilhas maiores e na cobertura da Região com a rede de leitura pública, em que, a par do esforço regional, deverá ser decisivo o papel do próprio Ministério da Cultura.

A conservação de imóveis classificados situados em núcleos protegidos, a valorização do equipamento museológico, o mais que urgente inventário do património artístico e cultural ou, ainda, o apoio à edição e às iniciativas culturais de relevante interesse são, a par de outras mais, algumas das acções em que irá empenhar-se, em 1999, a Direcção Regional da Cultura.

Seja-me ainda permitido destacar a prevista elaboração do projecto para a adaptação do imóvel onde deverá ficar instalada a pinacoteca incluída no legado de Natália Correia e Dórdio Guimarães, embrião ou núcleo fundador do futuro Centro de Arte Moderna dos Açores.

A transferência para a Região do importante espólio daquela escritora é, de resto, um ponto positivo a favor do actual Governo, que, a par disso, se empenhou na compra da casa do seu nascimento, a funcionar, futuramente, como centro de actividades de tempos livres para crianças, jovens e idosos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Por aqui me fico, nesta exposição sobre um tema que me é muito caro, mas que, para além disso, se afigura de suma importância para o brilho da nossa vida quotidiana e para a preservação da identidade da população dos Açores, neste final de século cheio "de modas e engenhocas globalizantes", mas que, também por isso, se apresenta como "época carente de poesia, de inteligência e de verdade".

Por isso, é voltando ao tema dos direitos humanos, com que iniciei estas palavras, que pode talvez reter-se a ideia, de resto consensual, de que a construção europeia não é apenas uma questão económica.

"Para além do pragmatismo das políticas comuns - fruto da história, da necessidade e da vontade - os direitos humanos fazem parte do património comum dos europeus".

"Juntamente com outros temas, tais como a educação ou a cultura, eles podem estimular a nossa visão da Europa no mundo e do modelo europeu de sociedade: uma sociedade na qual os indivíduos podem desenvolver-se, sabendo que têm deveres para com os outros; um modelo único e que a todos nós cabe enriquecer e completar".

Assim, a identidade espiritual da Europa - e, portanto, também a de Portugal e a dos Açores - surge como "a capacidade de resposta face ao desafio de novos caminhos que tornem a economia não um fim mas um meio para eliminar a pobreza, a ignorância, a falta de cuidados de saúde, a desigualdade de oportunidades".

Tal é, com efeito, o papel da cultura, por trazer à tona da consciência a situação do homem no universo em que se move.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS, Governo e de alguns Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 17.10 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 17. 40 horas)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Afirmou o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, na audição efectuada na Comissão da Juventude e Assuntos Sociais, que este Plano de 1999 é, a bem dizer, um plano continuista.

Nada mais certo. Na Educação, Cultura e Desporto, como em tantas outras áreas vitais para o nosso desenvolvimento, de forma mais penalizante, nesta ou naquela ilha, temos, infelizmente, vindo a assistir a um exaustivo elencar de intenções, traduzidas em programas e projectos, basta vezes mal dotados financeiramente, mas efectivamente dadas à estampa, em matéria de Plano, não sem uma ou outra omissão mais ou menos grave, pois já se vai admitindo que afinal não se pode chegar a tudo e

estar em todas mas, acima de tudo, com uma tradução prática, em obra construída, palpável, visível aos olhos de toda a gente, bem aquém de tanta promessa eleiçoeiramente proferida, quando se tratou de conquistar de poder.

Volvidos mais de dois anos da acção governativa socialista, apresentados relatórios de execução financeira que apontam para a utilização das verbas consignadas às diferentes frentes, não obstante o relatório respeitante ao 3.º Trimestre, do ano em curso, deixar bem claro que a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais é a que apresenta a mais baixa taxa do elenco governativo rosa, ficando-se por uns escassos 39,5%, se comparada com os mais de 50% da Economia ou os mais de 60% da Agricultura ou da Habitação, preocupante é nem sempre vislumbrarmos a correspondente e indispensável execução material.

Não me sendo de todo possível pormenorizar, como gostaria, as muitas situações em que tal acontece, por absoluta falta de tempo regimental e por respeito democrático para com os meus companheiros de bancada, todos nós com muito que dizer e falta de espaço para tal, limitar-me-ei a ilustrar com uma ou outra referência o anteriormente por mim enunciado, corroborando as minhas afirmações com o que vai sendo dito e sentido por quem vai sofrendo na pele as consequências de tais desastrosas políticas.

É inadmissível que com a Rede de Educação e Ensino a rebentar pelas costuras, principalmente na Terceira, em S. Miguel e no Faial, tão pouco se tenha avançado, nomeadamente, no respeitante às novas escolas do Ensino Básico 2,3 + Ensino Artístico e do Ensino Secundário.

É frustrante voltarmos este ano a ouvir, uma vez mais, o Senhor Secretário Regional afirmar, como justificação para esta situação - passo a citar - que "a feitura dos projectos é que continua a atrasar os investimentos", que " os senhores não imaginam a conflitualidade que tem surgido na área dos projectos, com recursos e mais recursos, e com conflitos, em Tribunal, em relação às grandes obras", que "nesse caso o problema foi o empreiteiro ter abandonado a obra" ou, em muitos outros, em geral, admitir, com ar contristado, que "temos efectivamente tido azar com os concursos" !

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Mais do que toda esta infelicidade junta é preciso mais eficácia, mais rigor, maior competência, mais dialogo. Os senhores é que o prometeram. Cumpram! A simples consulta do Jornal Oficial onde à estampa são dadas milhentas correções, até de páginas seguidas, atesta da falta de esmero e de cuidado com que alguns dos problemas são tratados! O que se escreve hoje, corrige-se amanhã, conduzindo à incerteza e criando a insegurança.

Às justas preocupações dos docentes e dos demais intervenientes no processo educativo, nomeadamente, face à constatação de que, neste Plano, frentes melhor encaminhadas por estarem com processos mais adiantados - passo a citar V. Exa., Senhor Secretário - "Maia, Praia da Vitoria, Topo e Lagoa" necessitarão, nos casos mais complicados, de um espaço temporal para a conclusão dos respectivos trabalhos, que poderá ir dos 24 aos 36 meses, responde como, no outro dia, no Fórum da Escola Canto da Maia, depois de admitir, justiça se lhe faça, que "as soluções estruturais estão distantes", que "as escolas têm de pensar muito, de criar o espaço ideal dentro de si e de ter imaginação para encontrar soluções"!

Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

Se há uma recomendação que não é necessária fazer às escolas será decerto a de que o que elas necessitam é de pensar mais e de imaginar ainda mais! Diariamente muitas têm de improvisar, sabe Deus por vezes como, para mais com ajudas valiosas do género das decorrentes do Despacho de V. Exa. no sentido do aumento do número de alunos por turma, para 25, nos 2.º, 3.º ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário.

Não pode deixar de nos inquietar constatar que, em relação ao Ensino Especial, onde se acabaram com as Equipas de Ensino Especial e se pretende extinguir as Escolas de Educação Especial, integrando na Rede, à capa dessas decisões, o maior numero possível de crianças e jovens portadores de deficiência, sem que, por vezes, se tenham criado as condições mínimas indispensáveis para tal, só sejam atribuídos, em 1999, à nova valência para apoio ao Ensino Especial, de Angra do Heroísmo, a instalar na Quinta de São Luís, 10.000 contos! Tal montante é considerado por muito boa gente como bastante diminuto!

Surpresos e revoltados terão ficado os professores de apoio colocados nas Áreas Escolares ou Escolas Básicas Integradas, não ficando adstritos a qualquer dos estabelecimentos nelas integrados, ao constatarem que, por outro despacho de V. Exa, no exercício das suas funções, por decisão do órgão de direcção da Escola ou Área Escolar, passam a poder ser deslocados, a todo o tempo, para qualquer dos estabelecimentos de educação e ensino, integrados numa mesma Escola Básica Integrada ou Área Escolar, o que é, sem dúvida, útil para a Administração e louvável para o trabalho que têm por missão desempenhar, mas que é grave e atentatório dos seus direitos, nomeadamente por só terem tido conhecimento oficial das regras do jogo depois do início do mesmo, após estarem colocados, ou seja em Setembro do corrente ano. Aliás, aos docentes especializados nada foi perguntado antes da aprovação do Decreto Regional sobre a criação das ditas Áreas Escolares e Escolas Básicas Integradas o que mereceu da sua parte e dos sindicatos o mais veemente repúdio!

Com tanta execução material em falta, é com espanto e indignação que temos vindo a assistir à "limpeza" de verbas que seriam vitais para o andamento mais rápido e atempado de tantas obras, se outra tivesse sido a respectiva orientação e gestão, nomeadamente das "Construções Escolares", de onde já foram retirados cerca de 700.000 contos ou das "Instalações Desportivas" em que, por exemplo, aos Parques Desportivos se foram buscar 90.000 contos!

Há quanto tempo, Sr. Secretário Regional, poderia estar concluída a construção do Pavilhão de Judo e da Sala de Musculação, incluídos no Plano, no Parque Desportivo de Angra do Heroísmo. Arrastam-se as obras, protelando-se no tempo, aquilo que se impunha tivesse andado de outra forma!

Será que o tanque de aprendizagem de natação, do Complexo Desportivo Vitorino Nemésio, ira arrancar para o próximo ano? Porque é que já não lhe foi dada, ha mais tempo, a respectiva luz verde?

A falta de novas estruturas físicas até trouxe entraves, por exemplo, à adequada entrada em vigor do novo projecto de "Gestão e Administração Escolar". Bastas foram as críticas, então avançadas, algumas ainda de pé, e que foram da falta de instalações, um simples gabinete de trabalho, como lemos na imprensa, à carência de

equipamentos, de pessoal administrativo ou de pessoal auxiliar, à falta de formação e informação, à ausência de um período de transição ou à inexistência, cito, "de uma consciência criteriosa dos "timings" adequados à implementação da reforma."

Tardio foi o início de toda uma série de obras de remodelação e beneficiação, entrando pelo novo ano escolar algumas das mesmas, à revelia de todas as sugestões e recomendações de sinal contrário.

Apraz-nos contudo registar que, para a Cooperação Financeira com as Autarquias, este Plano para 1999, irá contar com 500.000 contos .

Ao atribuladíssimo processo de concessão de apoios, na área da Cultura, que tantos amargos de boca e preocupações desusadas, trouxe a muito boa gente, que não ganhou para o susto de ficar sem nenhum tostão, ou até ficaram mesmo, no ano em curso, com a entrada em vigor do novo modelo PS, juntava-se, ainda outro dia, a ameaça, publicada na imprensa escrita, dos Vereadores do PSD processarem o Governo e a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, levando-os à barra do Tribunal pelo não cumprimento das normas para a recuperação de uma escadaria, localizada no Pátio da Alfândega, na Cidade Património Mundial, em que pedras centenárias estavam a ser, pura e simplesmente, substituídas por cimento e betão armado, fazendo-se desaparecer elementos de construção respeitantes aos séculos XVIII, XIX e XX!

Não fora o PSD privilegiar a estabilidade e preocupar-se, acima de tudo e de todos, com o progresso da Região e o bem estar dos açorianos e outra seria a nossa posição em relação a este Plano para 1999. Não é, de forma alguma um bom Plano e, sobretudo está longe de ser aquilo que os Açores mereciam que o Governo tivesse preparado para continuar a bem cuidar de todos nós. Não faremos o jogo do PS nem daremos trunfos para que se armem em vítimas e digam que não conseguem governar. Terão o instrumento que elaboraram, com uma ou outra alteração, para actuarem como devem, no cumprimento do mandato que lhes foi outorgado com maioria relativa, é bom nunca nos esquecermos disso, pelo Povo dos Açores.

Quanto àquilo que tem sido a execução do Plano em 1997 e 1998, cuja vertente para 1999 estamos a discutir e iremos votar, não é necessário ocupar mais tempo com exemplos ou citações.

Mais do que suficiente e elucidativo será reportarmo-nos ao despacho de S. Exa. o Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, dirigido aos Senhores Directores Regionais, acerca do respectivo desempenho. Cito: " JÁ VIRAM A INEFICÁCIA DOS VOSSOS SERVIÇOS! ESTÁ PIOR DO QUE EM 97 QUE JÁ FOI UMA DESGRAÇA".

Se no Tribunal quando o juiz decidiu, está decidido, aqui bem podemos dizer: "O SECRETÁRIO ESCREVEU, ESTÁ ESCRITO!

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD e do PP)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca:

Eu começo pelo fim: está escrito, está escrito no plano, está escrito na obra feita, está escrito nas grandes alterações que se fizeram no sistema educativo e está escrito na forma como o sistema educativo está a funcionar.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): *Muito bem!*

O Orador: A prova está feita e estes dois anos já provaram que alguma coisa mudou na educação nos Açores e mudou para muito melhor.

Sr. Deputado:

A forma como as escolas estão a ser mantidas, a obra que está a ser feita de recuperação das escolas, é algo de assinalável e o Sr. Deputado devia conhecê-las melhor visitando-as e vendo como elas estão.

Lembra-se do tempo em que as escolas tinham o tecto a cair, as portas e os vidros estavam partidos, as paredes não eram pintadas há anos e algumas escolas, que tinham sido construídas há uma década, nunca tinham tido nem sequer um escudo para proceder à sua pintura.

Esse tempo acabou. As escolas estão a mudar e estão a mudar depressa e bem.

É verdade Sr. Deputado que há obras que eu também gostaria que andassem mais depressa, tal como o Sr. Deputado, mas a verdade é que nunca se perdeu um dia por causa da nossa actividade.

Lançar uma escola demora muito tempo, o Sr. Deputado já devia saber isto, porque o mesmo já passou por si, e nós temos feito as coisas andarem em tempo recorde.

Gostava-lhe de dizer Sr. Deputado que, neste momento, três das escolas já estão adjudicadas com os respectivos processos concluídos e prontas para arrancar a obra.

É o caso da Escola Secundária da Lagoa, uma grande escola; da escola da Lagoa que contém 16 salas de aula, o que para uma escola do 1.º ciclo é uma escola de tamanho assinalável, e da escola da Maia que também possui uma dimensão média.

Também gostava de lhe dizer, Sr. Deputado, que os projectos de execução para um grande número de obras, aliás, todas aquelas que estavam aqui inscritas no Plano, estão em execução. Portanto, estão-se a preparar os projectos.

Fazer uma obra numa escola, Sr. Deputado, é algo que deve ser muito bem pensado, porque da qualidade do projecto depende a qualidade da obra.

Nós não queremos repetir as escolas que são autênticas ruínas como aconteceu no passado.

Sr. Deputado:

Nós temos nesta Região escolas em que os projectos não foram bem executados, a construção não foi bem executada e, apesar de terem nalguns casos pouco mais que uma década, estão em situação de ruína. Veja-se o caso das Velas, de São Roque em que a ampliação, ou a parte mais nova, é aquela que oferece mais problemas e veja-se também a situação de uma grande parte do parque escolar que não foi devidamente construído. É preciso evitar a repetição desses erros e é preciso que as coisas se façam com a qualidade técnica exigida.

Sr. Deputado, nós não perdemos um dia neste processo das escolas. Todos os dias fazemos um esforço muito grande no sentido de que as coisas andem com qualidade e elas estão a andar.

Nós comprometemo-nos a fazer uma coisa em 4 anos e é isso que estamos a fazer. O que está inscrito no Plano reflecte essa realidade.

É verdade que ainda é preciso muito tempo. Nalguns casos é preciso dois e três anos para termos uma escola pronta, mas esse tempo é o tempo mínimo e necessário para que a escola se faça e é esse o tempo que nós vamos esperar para que ela se faça com qualidade.

Eu desafio o Sr. Deputado para indicar, dessas obras que aí constam, qual foi a que se atrasou por causa da actividade do Governo.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): A das Lajes!

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

O Sr. Secretário diz que está escrito, e bem, o que tem sido o desempenho e a inovação em sectores fundamentais daquilo que foi feito por este Governo. É verdade e por isso vou citar-lhe algumas das coisas que estão escritas:

"Temos deparado com graves dificuldades na implementação das áreas escolares na medida em que faltam instalações, equipamentos, pessoal auxiliar e pessoal administrativo.

O Sindicato de Professores da Região Açores não está de acordo com o modo como está a ser a feito isto pela falta de condições para que as comissões instaladores tenham êxito no seu processo. Vai haver erros, falhas e até possivelmente alguma ilegalidade, mas existirão por falta de formação e até de meios para que se possa ultrapassar isto."

Dito e muito bem dito, não por Aurélio da Fonseca, mas pelo Sr. Professor Francisco de Sousa, Presidente do Sindicato dos Professores.

"Burocracia atrasa verbas.

A Escola Caminho do Sol está com problemas". Uma escola profissional.

"Conceição Gato denuncia as situações de atrasos nos pagamentos de verbas a formandos e a formadores."

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Qual era a escola Sr. Deputado?

O Orador: Caminho do Sol — escola profissional. "Burocracia atrasa verbas", é o título.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Essa não pertence à nossa rede. Eu não a conheço.

Deputado João Cunha (*PSD*): Não me admira nada!

O Orador: Não deve ser vossa. É uma escola clandestina.

Os alunos também são claros quando falam que este Plano e Orçamento são desorganizados e não têm lógica, por exemplo, quanto à toxicodependência e quanto ao que está previsto para o associativismo juvenil. São os jovens que o dizem.

Se formos para outro sindicato, também vemos escrito coisas deste género:

"Há ineficácia no sector de ensino.

Começou-se o ano lectivo com várias escolas em obras.

Há centenas de alunos com redução de duas horas e meia de aulas diárias até Janeiro.

O ano lectivo não começou bem. Houve pressa em lançar mudança" e outras citações do género.

Voltando ao Sindicato de Professores e ao Sr. Prof. Francisco de Sousa, ele tem sido muito claro naquilo que tem sido as tomadas de posição face às medidas que os senhores têm vindo a adoptar.

Lembro por exemplo que, quando aqui se fala nas novas formas de organização da rede, na área escolar das escolas básicas integradas, as considerações foram feitas ao Sr. Secretário, em que os professores - não foi o Aurélio da Fonseca - dizem que o SPRA realizou reuniões em todas as ilhas com os professores da área e que é manifesto o desagrado dos docentes especializados por mais uma vez não terem sido ouvidos atempadamente como técnicos nesta matéria, cuja formação foi paga pela Região.

E o tal diálogo?

Onde é que pára o diálogo tão propagandeado pelos senhores?

Nem com as pessoas que os senhores deviam falar nestas coisas, têm essa atenção ou então imiscuem-se por terra dentro contrariando a autonomia que também tem sido aqui invocada como bandeira. É evidente que o sindicato também vos vá chamar a

atenção, e muito bem, manifestando o seu profundo repúdio e protesto por essas situações.

Presidente: Sr. Deputado, eu agradeço que termine a sua intervenção.

O Orador: Refiro, por exemplo, quando quiseram retirar a competência dos órgãos de gestão em autorizar o abono de vencimento em exercício perdido previsto na Lei. São pequenos exemplos dos tais que estão escritos da maravilha que tem sido a vossa administração.

Aqui está-se a misturar um panorama rosa que não é aquilo que na verdade os professores, os alunos e os pais dizem. Mas há mais.

Deputado Jorge Valadão (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para prestar esclarecimentos.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Está escrito e está bem escrito, quer pelo Prof. Francisco Sousa, quer pelo Deputado Francisco Sousa.

Está bem escrito que há escolas, como por exemplo a do 1.º Ciclo do Ensino Básico de São Roque de Ponta Delgada, que V. Exa. também conheceu, que chegou a uma altura em que os próprios alunos pregaram tábuas na porta da frente da escola, porque havia muitos buracos na própria escola. É do seu tempo, no seu mandato e no mandato do PSD.

A grande diferença, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, é que com este Governo começamos a fazer contratos ARAAL com as Câmaras Municipais e todas as que quiseram, e bem, mantiveram, estão a manter, ampliaram e melhoraram toda a rede do 1.º ciclo da educação pré-escolar. Está escrito e bem escrito nas próprias escolas.

Está escrito e bem escrito que escola clandestina, foi por exemplo a Escola Luísa Constantino de Rabo de Peixe que, depois de estar a funcionar há vários anos, não foi recebida pela entidade competente, porque tinha sido mal construída. Quem era o dono da obra recusava-se a receber a própria obra.

Quem é que estava no Governo na altura?

Era o PSD.

Está escrito e bem escrito, desde 88, e assinado pelo Sr. Secretário de então, nestes arquivos desta Casa, um diploma que deu entrada nesta Assembleia, que ainda hoje está em vigor e que determina que são 25 alunos por turma para a criação de lugares de quadro.

Está escrito e bem escrito, desde há muitos anos, que a democracia e a autonomia são bonitas. As medidas que foram tomadas nos últimos dois anos não foram porque o PSD não quis, diplomas esses que estavam por exemplo em vigor desde 89 ou 91, 92, 93 e que só foram postos em vigor nesta Região no decurso deste Governo.

Para terminar, como V. Exa. disse e bem, para que nunca nos esqueçamos que somos minoria, era bom que o PSD nunca se esquecesse que em Outubro de 96 os açorianos mandaram-vos para a oposição.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca:

V. Exa. colecionou um conjunto de escritos e de críticas que, obviamente, surgem da actividade governativa, mas esqueceu-se de coleccionar os muitos elogios e pareceres positivos que apareceram.

Sr. Deputado, cada um lê aquilo que quer e tem a visão que quer das coisas.

No entanto, Sr. Deputado, se há área em que me orgulho do trabalho feito, é na área da educação.

Deputado João Cunha (*PSD*): Presunção e água benta, cada um toma a que quer!

O Orador: O trabalho está bem feito e o sistema educativo dos Açores já está de maneira que o Sr. Deputado já tem dificuldade em reconhecê-lo, porque já demos um passo tão grande que o senhor em todos os anos que foi secretário não chegou a fazer a décima parte.

Custa-me ver V. Exa. sucessivamente a fazer o mesmo tipo de intervenções, porque isto que o Sr. Deputado acabou de dizer já é repetição, da repetição, da repetição. Diz sempre o mesmo quando a resposta é sempre a mesma.

Deputado José Maria Bairos (PSD): A resposta é sempre a mesma, mas o assunto é diferente!

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Não lhe convém!

O Orador: Não vale a pena, Sr. Deputado. Pense noutras coisas, veja a realidade e acorde para o dia que vivemos.

Veja o que se está a fazer nas escolas, Sr. Deputado!

É verdade que as áreas escolares arrancaram com dificuldades. É natural e é necessário que assim fosse.

Como é que era possível criar um conjunto de áreas escolares sem as instalações.

Elas foram criadas e agora os próprios conselhos directivos instaladores estão a instalar as áreas escolares e estão a criar os espaços necessários. Esse processo está a andar.

Nesta mesma semana estiveram reunidos em Angra todos os conselhos directivos desta Região e o balanço que foi feito foi extremamente positivo, mesmo por esses conselhos das áreas escolares que têm vivido com maiores dificuldades. Todos eles são unânimes em dizer que se vive um tempo novo na educação nos Açores, que as coisas funcionam como nunca funcionaram e que as perspectivas são outras. Esta é a verdade, Sr. Deputado.

Habitue-se a ver as coisas e deixe-se falar sempre no mesmo.

Veja o que se está a fazer na educação nos Açores.

Aprenda o que é gerir a educação nos Açores por forma a poder comparar com aquilo que fez e reconhecer os erros. É isso que o Sr. Deputado tem que fazer. Já passaram dois anos e ainda não fez.

É pena que não aproveite este tempo para meditar sobre as oportunidades perdidas, sobre as escolas sem qualidade, sobre o baixo investimento nas escolas, sobre a total inércia no sistema educativo nos Açores. Tudo isto aconteceu durante muitos e muitos anos e numa boa percentagem deles o Sr. Deputado foi o responsável.

Eu não quero voltar a dizer-lhe isto, não quero voltar à mesma discussão, porque ela é sempre a mesma. Espero que o Sr. Deputado tenha ouvido e interiorizado.

Esta é a realidade.

Na educação dos Açores está tudo bem. Vive-se um tempo bom e de esperança.

Há muito que fazer e que investir, mas vamos fazer.

Nós precisamos de investir mais 25 milhões de contos na educação para resolver os problemas que o sistema educativo tem, mas com o tempo lá chegaremos.

Esta é que é a realidade, Sr. Deputado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Falou-se aqui nas maravilhas da constituição das turmas de currículo alternativo.

Eu cito aqui o Sr. Presidente do Sindicato dos Professores que disse que "manifestasse contra a constituição do currículo alternativo para crianças do 2.º e 3.º ciclos com necessidades educativas especiais.

Excluí os alunos do sistema de educação em vigor."

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Deputado, eles acabam por votar no PS!

O Orador: Os vossos professores têm que se entender. Uns estão contentes com isto outros não estão. Os currículos alternativos excluem os alunos do sistema de educação em vigor e dizem que as escolas deviam criar salas de estimulação com todos os meios técnicos e humanos e aí estamos plenamente de acordo, Sr. Deputado Francisco Sousa, Sr. Presidente do Sindicato, Sr. Prof. Francisco Sousa.

As equipas multidisciplinares que também aqui foram faladas e que diz sempre que estão a funcionar, não fui eu que disse que elas não estavam a funcionar. Na Comissão eu já tinha dito ao Sr. Secretário que haviam reticências em relação ao funcionamento delas.

Eu vou buscar a Dra. Leonor Vasco Goncelos da Comissão de Protecção de Menores de Ponta Delgada que referindo-se às dificuldades com que se defronta, é bem clara. Ela diz que "as equipas multidisciplinares não funcionam, há poucos técnicos."

E chama a atenção do Sr. Secretário para um facto, ou seja, "muita gente está a caminho da reforma, o que é que vai ser depois?"

Vamos buscar um aluno ou um pai.

O Sr. Secretário disse na Comissão - esforço feito por si até em computador, o que é louvável - que na área dos transportes escolares, o custo dos mesmos não aumentou.

Ainda há dias um pai da Ilha das Flores me dizia:

- Sr. Dr. a Rua da Boavista/Ribeira dos Barqueiros e o Monte de Santa Cruz/Fazenda, ficam a menos de 2.600 metros, a menos de 3 quilómetros da escola.

A Caveira fica à volta de 7 quilómetros. A Fajã Grande 18 quilómetros e Ponta Delgada a uns 21 quilómetros.

Este Sr. Secretário aumentou os bilhetes de 2.240\$00 para 4.000\$00.

Este pai entregou-me os recibos dos miúdos que tem na escola, um no 9.º ano e o outro no 10.º e que este ano já estão no 10.º e 11.º anos, para provar que, de facto, passou de 2 para 4 contos.

O Sr. Secretário disse que não houve aumento.

Esse mesmo pai dizia-me que não sabia para onde é que se ia virar, porque é pobre e tem que pagar 8 contos para os filhos poderem ir para a escola e o preço do copo do leite também subiu, tendo que pagar mais 300\$00 para eles poderem almoçar na escola. Foi um pai que o disse.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): O leite é de graça!

O Orador: É, no ensino básico. No secundário não é de graça.

Nós estamos a falar de alunos que estão no 10.º e no 11.º anos e que pagam um copo de leite. Se o Sr. Secretário não sabe fica informado sobre isso.

Sr. Deputado Francisco Sousa:

Eu não me vou alongar mais, porque o tempo é pouco, mas gostaria de lhe dizer que se a música é sempre a mesma e o disco já está riscado, o melhor é passar para CD.

Sr. Secretário Regional:

Se está tudo tão bem e o senhor orgulha-se tanto do que fez, por que é que escreveu a tal frase lapidar: "JÁ VIRAM A INEFICÁCIA DOS VOSSOS SERVIÇOS! ESTÁ PIOR DO QUE EM 97 QUE JÁ FOI UMA DESGRAÇA".

O Sr. Secretário é que classificou isto, que é o desempenho dos seus colaboradores mais directos.

O senhor é que escreveu, não fui eu.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar um esclarecimento.

Eu julgo que o Sr. Secretário falou na Escola de São Roque e na sua degradação. Eu queria aqui refutar essas afirmações, porque essa escola talvez seria a das melhores conservadas da Região...

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Na das Lajes.

O Orador: ... e tudo por responsabilidade de quem a dirigiu ao longo dos anos.

Se tivesse havido em todas as outras escolas a exequibilidade das pessoas que as dirigiram, muitas delas não se tinham degradado como se degradaram. Isso fica ao seu cuidado.

V. Exa. referiu também que não haviam obras atrasadas nas escolas por culpa do Governo. Eu faço lembrar o que se passa com a nova Escola das Lajes.

Neste momento, temos 10 mil contos no Plano. Em 98 a verba acabou por não ser executada e, em trocas e bolandas, anda o Sr. Secretário — pressionado provavelmente por alguém que não concorda com as decisões que V. Exa. concordou e que a Câmara das Lajes indicou — a enriçar e isto não anda para a frente.

Em relação à actual Escola das Lajes e ao problema que lá surgiu, o Sr. Secretário disse que tem tido grandes elogios.

A Escola das Lajes teve problemas, como sabe, o tecto caiu e até pode dizer que eles vêm de trás, que a obra foi mal feita.

No entanto, V. Exa. foi avisado atempadamente para o tempo que ia levar a nova escola. Portanto, deveria ter providenciado, urgentemente, as reparações para não haver as tais infiltrações que houve e que provocaram a queda dos tectos.

Para terminar, eu vou ler aqui um elogio a V. Exa. que vem da Escola das Lajes relativamente à sua acção.

"Os Professores desta Escola — da Escola das Lajes — manifestam o seu mais vivo repúdio pela forma algo desatenta, deselegante e pouco sensível que o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais evidenciou no tratamento deste processo, reveladora de um profundo desconhecimento da dimensão e da gravidade da situação criada nesta escola".

Isto é um elogio, Sr. Secretário!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Embora o tempo também seja escasso daqui, vou tentar ser muito breve e dizer o seguinte:

Em relação ao currículos alternativos e ao funcionamento dos mesmos nas nossas escolas, Sr. Deputado, esse processo inclusivamente tem servido de modelo a outras regiões do país. É uma das coisas que felizmente tem corrido bem.

O Sr. Deputado veja o que se passa no contexto nacional, veja o que está a acontecer com esse programa. É um programa exemplar.

Em relação à questão das distâncias inferiores a 3 quilómetros e do pagamento do transporte, gostaria de lhe dizer que esse pagamento é uma das necessidades que nós temos, porque não temos mais dinheiro no nosso Orçamento. Nós temos que fazer isto de outra forma e acontece como acontecia quando os senhores estavam no Governo, em que o Fundo Regional de Acção Social Escolar tinha um buraco

financeiro de 935 mil contos. Não posso dizer-lhe outra coisa senão que há que equilibrar as contas e elas estão equilibradas felizmente.

Em relação às equipas multidisciplinares elas estão em implementação, em andamento e estão a funcionar bem.

Há aqui e ali algumas que têm uma maior pressão sobre elas, porque os problemas são muitos. É preciso mais pessoas, mas a tempo o terão.

Nessa área já estão integradas 40 e tal pessoas a trabalhar, mais 13 psicólogos, quando não havia nenhum. Estes já estão lá, outros se seguirão.

Sr. Deputado Duarte Freitas:

Em relação à nova Escola das Lajes e ao actual estado da escola existente, Sr. Deputado Duarte Freitas, em boa parte os problemas surgiram também por causa das reparações.

Eu não sei se o Sr. Deputado reparou, mas a escola está toda pintada, toda limpa e arranjada. Parecia uma escola nova, não tendo qualquer semelhança com o estado anterior do edifício.

Infelizmente, houve uma parte do estuque que caiu, se calhar em parte porque aquilo começou a secar depois de anos e anos estar cheio de água. Neste momento, não há infiltrações naquela escola.

A escola estava toda pintada e tinha acabado de ser reparada quando houve aquele acidente.

Em relação à futura escola, localizar o investimento em mais de 1 milhão de contos, é algo complexo e é preciso ser feito com muita cautela para que daqui a 15 anos não estejamos a ter os mesmos problemas que estamos a ter agora, face ao investimento de há 15 anos atrás.

Aqui, não se perdeu tempo, Sr. Deputado. Estamos a trabalhar bem e com segurança por forma a que a nova escola se faça num lugar que depois não nos venhamos a arrepender do que fizemos.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso é o que o Sr. diz, mas não é o que as pessoas dizem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para prestar esclarecimentos.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca:

Este é um Governo de CD's. Nós somos CD's.

O Sr. Deputado e o PSD é que não foram.

Este Governo, como o senhor sabe, criou as áreas escolares, tem conselhos directos (CD's) eleitos democraticamente.

Os senhores directores escolares e delegados escolares foram nomeados por si e pelo seu partido.

A diferença é esta. Este Governo é de CD's - conselhos directivos, eleitos democraticamente.

O senhor é do tempo dos directores escolares e dos delegados escolares nomeados por si. É esta a diferença.

Nós estamos nos CD's. O senhor é que ainda está nas bobinas antigas. Passe isso para a nova disquete, para a disquete do ano 99, Sr. Deputado.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Essa não pega!

O Orador: Nós já temos pessoas eleitas democraticamente - CD's. Enquanto que o senhor nomeada delegados e directores escolares, nós elegemos democraticamente CD's.

Segunda questão:

O senhor estava a falar do ensino secundário e sabe bem que esse ensino não é coberto pelas regras do ensino básico. Esse pai tem a obrigação de conhecer a legislação e se não a conhece a escola tem a obrigação de a dar.

O Sr. Deputado sabe, porque é do seu tempo, que transportes escolares só são obrigatórios, e é obrigatório, para além dos 3 quilómetros.

Por que é que o senhor não respondeu a esse pai que a legislação foi feita no seu tempo e que não é possível mexer nela e o senhor sabe porquê, ou seja, porque não há orçamento que aguarde e o senhor sabe que não há.

O senhor também sabe que a legislação de âmbito nacional é igual à nossa. Por que é que o senhor não esclareceu esse pai?

Sr. Deputado Aurélio da Fonseca:

Venha para época dos CD's, dos eleitos democraticamente e respeite essa democracia e essa vontade democrática.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais: Não é meu hábito intervir nesta matéria, não sou "expert" nela, mas há duas ou três questões que gostaria de colocar ao Sr. Secretário.

Por um lado, devo dizer e confessar aqui o meu apreço e o meu reconhecimento pela forma frontal, embora com alguma ingenuidade política - diga-se - de ter proferido o despacho que proferiu e que o Sr. Secretário reconheceu ter proferido.

No entanto, há aqui uma coisa que não bate com a outra, ou seja, o Sr. Secretário aqui dentro vem dizer que se orgulha do trabalho do seu departamento. Lá fora, no seu departamento, dá um despacho a "descascar" nos seus colaboradores.

O Sr. Secretário está ou não satisfeito com o trabalho do seu departamento?

Quando o senhor diz aqui que está tudo bem, lá fora dá um despacho a dizer que está tudo mal. O Sindicato critica, julgando que está a criticar o Governo anterior.

Por outro lado, Sr. Secretário, quanto à Escola Francisco Ornelas da Câmara, que era a prioridade das prioridades, que tinha 125 mil contos previstos no Plano para 1998, - que originou até que um Sr. Deputado do Partido Socialista levasse um "cameraman" da televisão atrás de si para mostrar como é que estava a escola - se a mesma não avançou porque os projectistas estão brigados entre si, se eles meteram o Governo em tribunal, ou se o Governo é que os meteu no tribunal, se não cumprem por ineficácia do Governo, ou, se não arrancou, se esse arranque deu origem a uma quota parte do despacho que o Sr. Secretário proferiu?

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu estava para não intervir, mas depois deste debate gostava de colocar uma pergunta ao Sr. Deputado Francisco de Sousa.

V. Exa. falou nos CD's - conselhos directivos - das escolas.

Esses CD's também chegaram ao Conselho Directivo da Escola do Corvo?

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Respondendo às questões que me foram colocadas pelo Sr. Deputado Jorge Valadão, gostaria de dizer que em relação ao famoso despacho, o mesmo tem o seu contexto e o seu enquadramento. Não vale a pena estarmos sempre a falar nele, porque há também níveis de exigência que são diferentes. Esta equipa produz mais do que as equipas anteriores, mas mesmo assim eu gostaria que ainda produzissem mais e todos eles gostariam.

Quanto a isso, Sr. Deputado, não se preocupe. Isso tem a ver com os níveis de exigência que cada um põe na sua actividade e eu estou muito satisfeito com a equipa que tenho. É uma belíssima equipa e as coisas estão a andar muito bem.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Eles até se vão embora!

O Orador: Em relação à questão concreta que me colocou, devo dizer que a elaboração do projecto de empreitada que terá um valor de 630 mil contos, bem superior àquilo que estava previsto, porque se chegou à conclusão que era quase fazer uma escola nova, está em fase de conclusão. Contamos ter, no dia 18 de Dezembro, a negociação final nesta área.

O projecto será de imediato lançado e nós estamos a andar com ele tanto depressa quanto possível. A verdade é que, no próprio processo de estudo da escola, chegou-se à conclusão que mais valia fazer um investimento grande e a escola vai duplicar em tamanho e como tal está a ver o volume que é preciso investir ali, ou seja, 630 mil contos.

É uma grande obra e por isso tem a execução de um projecto que é moroso. Esse projecto está na fase final.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para prestar esclarecimentos.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Estão-me a pedir para eu passar primeiro para a Internet mas eu vou primeiro ao Corvo.

Sr. Deputado João Greves, a escola do Corvo tem sim senhor e é por isso que eu lhe vou dizer que estamos numa nova era, numa nova autonomia e é por isso que chegou ao Corvo.

Se o senhor já se deu ao trabalho de ler o documento que tem na sua posse para dar parecer na Comissão que faz parte, percebeu que há duas normas no diploma que têm apenas quase a ver com o Corvo e com o Topo. Se sabe isso, também esta nova era chegou ao Corvo.

Sr. Deputado João Greves, até há dois anos atrás os professores do 1.º ciclo do Corvo não tinham nada a ver com a escola do 2.º e 3.º ciclos que lá existia. Se queriam uma fotocópia ou outra coisa qualquer tinham que pedir à Câmara.

Hoje, eles estão todos na mesma escola e acompanham os seus alunos desde que entram até que terminem a escolaridade obrigatória e esta é a grande mudança. Hoje, alunos, pais e professores acompanham o aluno desde que ele entra até que, pelo menos, termine a escolaridade obrigatória.

Nestas ilhas todas, esta foi a grande mudança que vai desde a mentalidade ao comportamento, quer dos docentes, dos discentes, quer sobretudo da grande diferença que isso significa em termos pedagógicos.

Hoje, o professor do 1.º ciclo não tem necessidade nenhuma de pedir à Câmara que lhe dê isto ou aquilo, porque ele já tem um CD eleito democraticamente em todos os sítios e o Corvo não tem, porque está na Comissão Instaladora, como todas as outras 13 escolas que estão em regime de instalação. É só por isso, ou seja, porque está no regime de transição.

De resto, os CD's felizmente vão de Santa Maria ao Corvo.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O debate vai longo e todos têm pouco tempo para intervir, mas há sempre alguns segundos para dizer duas ou três palavras.

Eu estou completamente de acordo consigo, Sr. Deputado Francisco Sousa. Eu sei que no ensino deram-se passos muito significativos.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Não julgue que eu estou aqui pago só para criticar o Governo. Quando merecerem eu também sei elogiar, não tenha dúvidas.

No entanto, também tenho que reconhecer aqui que o Governo anterior também deu passos importantes nessa matéria.

Deputado João Cunha (PSD): E melhores!

O Orador: O projecto foi feito pelo Governo anterior e pela Câmara que lá estava, que muito acarinhou aquela obra, tendo sido o mesmo financiado pelo actual Governo em 85%. Mal deste Governo se tal não acontecesse.

A única coisa que mencionei foram estes CD's que andam aqui de um lado para o outro, perdendo-se tanto tempo nisto, quando há outras coisas para serem discutidas.

É certo que muitas vezes se acautela, com os CD's, a nossa dama. Se os outros aproveitaram isso, os senhores também aproveitaram.

Eu conheço esse documento que existe na Comissão.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Mas já se tinha esquecido.

O Orador: Não, não me esqueci. Olhe que não sou muito esquecido, Sr. Deputado e tomo atenção ao trabalhinho que vou fazendo e reconheço a minha humildade.

Posso-lhe dizer mais: eu sou daquelas pessoas que de política nada sabem, mas reconheço muito bem o que é que falta na minha ilha e o que é que este executivo é obrigado a fazer no Corvo.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Julgo que está tudo esclarecido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para prestar esclarecimentos.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Apenas para lembrar ao Sr. Deputado João Greves que a Escola do Corvo foi posta a concurso para elaboração de projecto, execução da obra, no dia 13 de Setembro de 1996, exactamente um mês antes das eleições.

Portanto, não foi o Governo anterior. O Governo anterior, o único acto que fez, foi pôr a concurso público a elaboração do projecto e foi este Governo que fez tudo isso, inclusivamente noutras escolas teve que pôr novamente a concurso, porque o que estava feito, estava mal feito.

Eu só quero falar do Corvo, mas estou à vontade para lhe dizer que este Governo fez mais do que os outros governos todos nos 20 anos anteriores.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Olhe que não!

O Orador: Nestes dois anos, este Governo fez mais do que os outros governos todos em 20 anos e estamos aqui para demonstrá-lo.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Neste momento, está em debate a Escola do Corvo, mais precisamente a sua construção, quem a fez ou quem a deixou de fazer. Mas o que interessa é que ela está lá para servir e está muito bem feita.

Porém, para que sirva bem, chamo a atenção do Sr. Secretário, porque é necessário leccionar no Corvo, no futuro, os 10.º, 11.º e 12.º anos.

Muito obrigado.

Presidente: Encerrado este assunto, vamos voltar às nossas inscrições.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Está o VII Governo Regional iniciando a terceira etapa da corrida para o desenvolvimento e modernidade cujo tiro de partida soou com a vitória eleitoral alcançada em Outubro de 1996.

Para esta corrida e nas áreas da educação física e do desporto o Programa do Governo estabeleceu as seguintes orientações:

Ao nível da Educação Física e Desporto Escolar:

- Apoiar o Desporto Escolar e criar incentivos aos profissionais de Educação Física;

Ao nível do Sistema Desportivo:

- Manter as ligações com outros sistemas sociais e autarquias e apoiar a formação de agentes desportivos;

Ao nível do Desporto Federado:

- Possibilitar a participação do movimento associativo em matéria de política desportiva;

- Considerar o Desporto Federado como factor de promoção da Região;

- Apoiar a intervenção do movimento associativo no Sistema Desportivo através da celebração de contratos-programa;

- Integrar a Região no sistema desportivo nacional e implementar medidas de apoio específico aos praticantes em regime de alta competição.

Ao nível do Desporto de Lazer e Tempos Livres:

- Promover a Cultura Física e o Desporto.

Estas orientações têm vindo a ser concretizadas através da elaboração, realização e acompanhamento dos diferentes programas, projectos e acções incluídos no Plano de Actividades da Direcção Regional da Educação Física e Desporto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Concluídos os dois primeiros anos de mandato do Governo da Nova Autonomia e no âmbito da Educação Física, o ponto da situação relativamente ao desenvolvimento de programas, projectos e acções específicas permite constatar uma evolução bastante positiva na criação de melhores condições de prática lectiva que se fica fundamentalmente a dever, ao nível do 1.º Ciclo do Ensino Básico:

- Ao estabelecimento de protocolos e Contratos ARAAL entre a DREFD e as Câmaras Municipais da Região para beneficiação das escolas;

- À progressiva abertura das organizações do poder local para intervir com obras de melhoria e pequenas beneficiações nos espaços destinados à Educação Física;
- À crescente vontade das estruturas de direcção da Administração Educativa para equacionar formas e estratégias de disponibilização de mais espaços cobertos para a leccionação desta disciplina.

Neste âmbito, destaca-se a criação, em 1997, de 51 mini-ginásios através do aproveitamento de salas devolutas e de telheiros e a celebração de contratos ARAAL com as Câmaras Municipais, beneficiando 24 escolas, o que correspondeu a um investimento de quarenta mil contos.

No corrente ano a DREFD procedeu ao levantamento da situação relativamente às necessidades de construção de cimentados e coberturas nas escolas do 1.º Ciclo e à articulação dos investimentos com as grandes obras a realizar pela Direcção Regional da Educação em 54 escolas.

Com a execução destes investimentos, a prosseguir nos próximos dois anos, ficará praticamente resolvida a carência de condições mínimas de espaços exteriores para a prática lectiva da Educação Física no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

No concernente às instalações escolares da Educação Física, nas Escolas dos 2.º e 3.º Ciclos e Secundário, foi concluída a construção da Escola Secundária, Geral e Básica Cardeal Costa Nunes, da Madalena do Pico e foi adquirida uma Torre Auto-sustentada de Escalada para o Complexo Desportivo das Laranjeiras anexo à Escola Secundária das Laranjeiras, entre outras acções realizadas.

O investimento global nesta área situou-se num valor de cerca de sessenta e quatro mil contos.

Quanto ao projecto de Desporto Escolar/Actividades de Complemento Curricular desenvolveu-se, no decorrer deste mandato, segundo as suas duas vertentes, que são as Actividades Desportivas Escolares e os Clubes Desportivos Escolares.

Nas Actividades Desportivas Escolares estão incluídos os Convívios e Intercâmbios do 1.º Ciclo, em número de 790, realizados com a participação de, praticamente, todas as Escolas da Região, e que se constituem como uma actividade sem paralelo em nenhum outro Ciclo de Ensino. A sua organização foi da responsabilidade das

Escolas, com a colaboração dos Professores de Apoio à Educação Física, das Delegações de Educação Física e Desporto e das Autarquias.

Ao nível das Escolas dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, as Actividades Desportivas Escolares desenvolvidas de forma regular incluíram os Intercâmbios Desportivos, em número de 28 e os Jogos Desportivos Escolares, iniciativas para cuja realização foram disponibilizados apoios no valor de cerca de quarenta e sete mil e quinhentos contos.

Da experiência acumulada decorre o imperativo de manter as Actividades Desportivas Escolares, aumentando o número de participação das Escolas da Região. Quanto aos Clubes Desportivos Escolares, de acordo com o actual projecto do Desporto Escolar, verificou-se um acréscimo na assinatura de novos contratos-programa de cerca de 35% em 1997/98, tendo o montante da verba disponibilizada para esse efeito, atingido os vinte e nove mil contos nas últimas duas épocas desportivas.

Em Junho de 1997, foi assinado entre o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar do Ministério da Educação e a Direcção Regional da Educação Física e Desporto um protocolo de cooperação que visa adaptar a participação da Região ao todo Nacional. Neste sentido, a Região participou pela primeira vez, de uma forma estruturada e mais abrangente, nas Finais Nacionais do Desporto Escolar, em diferentes locais do Continente, com cerca de 170 elementos (alunos e treinadores), tendo obtido alguns resultados de destaque.

Tendo em consideração o carácter educativo, formativo e social desta actividade, impõe-se a sua continuidade, dinamizando e apoiando todas as iniciativas que para além das actualmente realizadas, possam acrescentar algo de novo a esta importante área do Desporto em geral.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Na área do Desporto Associativo, a acção desenvolvida orientou-se pelo apoio ao associativismo e à prática desportiva nos seguintes domínios:

- Actividades desportivas de âmbito local, regional, nacional e internacional;
- Formação de recursos humanos;
- Actividade física e desportiva adaptada;

- Promoção desportiva;
- Alta competição;
- Medicina desportiva;
- Infraestruturas e equipamentos.

A concretização destes apoios traduziu-se pela atribuição de comparticipações financeiras, mediante a celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo celebrados com associações de modalidade e de desportos, agrupamentos de clubes, clubes e colectividades desportivas.

Enquadradas nas Actividades Desportivas de Âmbito Local, foram atribuídas comparticipações financeiras às associações de modalidade e de desportos destinadas à organização de quadros competitivos, promoção de actividades desportivas e encargos inerentes ao funcionamento administrativo e enquadramento técnico das mesmas, no montante de duzentos e vinte e um mil e quinhentos contos.

Foram igualmente atribuídas comparticipações financeiras para actividades desportivas regulares e sistemáticas de treino e de competição a clubes e colectividades desportivas visando o apoio aos escalões de formação, que atingiram cerca de trezentos mil contos.

As comparticipações financeiras atribuídas para actividades desportivas regionais (inter-ilhas e inter-associações) a associações de modalidade e de desportos e agrupamentos de clubes, destinaram-se a apoiar a participação em quadros competitivos, nomeadamente despesas com transportes aéreos ou marítimos e apoios complementares e cifraram-se, nas últimas duas épocas, em cerca de quatrocentos e quinze mil contos.

Foram também atribuídas comparticipações financeiras para actividades desportivas nacionais às associações de modalidade e de desporto ou agrupamentos de clubes e clubes e colectividades desportivas, destinadas a apoiar a participação em quadros competitivos, nomeadamente despesas com transportes aéreos e apoios complementares, em montantes que ultrapassaram os seiscentos e cinquenta mil contos.

Foi apoiada a realização e participação em cursos e acções de formação para diferentes agentes desportivos não praticantes, bem como a realização de acções de

formação de praticantes desportivos, no âmbito de escalões de formação, nomeadamente detecção e acompanhamento de jovens praticantes desportivos e trabalhos de selecções de ilha.

Foi também apoiada a preparação de selecções regionais com vista à participação em provas nacionais ou outras consideradas de interesse desportivo regional, no âmbito dos escalões de formação, nomeadamente encargos com transportes aéreos, marítimos e terrestres e outros inerentes à participação.

Na vertente *Formação* foram atribuídas comparticipações financeiras que totalizaram noventa e três mil contos.

Destinadas a apoiar a realização e participação em actividades físicas e desportivas adaptadas para os praticantes que, por virtude de lesão ou deformidade congénita ou adquirida, sejam portadores de diminuição física, psíquica, sensorial ou outra, com carácter permanente, foram atribuídas comparticipações financeiras que totalizaram perto de cinco mil contos.

Foram também atribuídas comparticipações financeiras a associações de modalidade e de desportos, clubes e colectividades desportivas, destinadas à realização na Região de eventos desportivos de relevante interesse, num montante estimado em setenta e sete mil contos.

As comparticipações financeiras destinadas a apoiar os praticantes desportivos que demonstraram capacidades e apresentaram resultados ao nível da excelência atingiram um total de trinta e um mil e quinhentos contos.

No âmbito das Infraestruturas e Equipamentos, foram atribuídas comparticipações financeiras a clubes e colectividades desportivas e outros organismos, destinadas a apoiar a construção e beneficiação de instalações desportivas, com prioridade para a construção e beneficiação de recintos desportivos onde se realizem competições oficiais.

Foram também atribuídas comparticipações financeiras para a construção e beneficiação de sedes sociais de clubes e colectividades desportivas e outros organismos.

Os apoios referidos deverão totalizar, nestes dois anos, cerca de duzentos e trinta mil contos.

Foi ainda garantida, de forma racional e coerente, a utilização das instalações do parque desportivo regional a clubes e colectividades desportivas para a realização de actividades de treino e de competição.

A aquisição de equipamentos necessários ao desenvolvimento de actividades por clubes, colectividades desportivas e outros organismos foram igualmente objecto de atribuição de participações financeiras que atingiram os cinquenta e dois mil e seiscentos contos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Na generalidade, as acções anteriormente referidas têm carácter de regularidade anual pelo que todas elas se repetem em cada ano - época desportiva.

Voltam a constar portanto das propostas de Plano e Orçamento para 1999 e contam com uma dotação de quatrocentos e sessenta mil contos.

Com uma dotação que atinge os quinhentos e cinco mil contos, vai também prosseguir no próximo ano a construção de um conjunto significativo de infraestruturas desportivas incluídas no Plano, designadamente:

- Parque Desportivo de Ponta Delgada: execução da electrificação do Estádio de São Miguel, colocação de cadeiras em toda a bancada e construção dos balneários, vedação e conclusão da electrificação do Campo de Futebol do Lajedo;
- Parque Desportivo da Ilha Terceira: continuação da empreitada de construção do pavilhão de judo e sala de musculação no complexo do Estádio João Paulo II e início da construção de um tanque de aprendizagem de natação no complexo desportivo Vitorino Nemésio;
- Parque Desportivo da Ribeira Grande: conclusão da empreitada de construção do pavilhão, salas de ginástica e de judo, campo de futebol, pista de atletismo e polidesportivos descobertos;
- Parque Desportivo do Faial: início da construção do campo de futebol e da pista de atletismo;
- Pavilhão Desportivo da Horta: criação da tribuna para a Comunicação social, ampliação do Centro de Estágio e construção de uma pista de atletismo de dimensões reduzidas e de um tanque de aprendizagem de natação.

Para além das verbas inscritas no Plano Anual proposto pelo Governo Regional, a Educação Física e o Desporto contam ainda com os oitocentos e quarenta mil contos do Fundo Regional de Fomento do Desporto, verba que deverá ainda ser reforçada por força do acréscimo de encargos resultantes da legislação recentemente aprovada nesta Assembleia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O VII Governo Regional fixou como **meta final**, para o sistema de Educação Física e Desporto, garantir as condições necessárias ao reforço do desenvolvimento conjugado da educação física e do desporto, prosseguindo com a construção e beneficiação das instalações desportivas oficiais e não oficiais, a promoção da prática desportiva e o reforço do associativismo desportivo, elevando a qualidade da educação física e desenvolvendo actividades complementares.

As propostas de Plano de Médio Prazo 1997/2000 e de Plano e Orçamento para 1999 incluem todos os ingredientes necessários para que tais desideratos sejam alcançados e receberão naturalmente o voto favorável da bancada do PS.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Menezes pede a palavra com que finalidade?

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, é para requerer, em nome do Grupo Parlamentar do PS, um intervalo de meia hora.

Presidente: Estão suspensos os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 18.55 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 19.30 horas)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo.

Deputado Silva Melo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O ambiente foi e será sempre uma das áreas mais difíceis de gerir por parte de qualquer Governo.

Se no passado as competências na área do ambiente estavam distribuídas por mais de uma Secretaria Regional, hoje em dia e com este Governo todas as competências neste importante sector estão concentradas numa única Secretaria e numa única Direcção Regional.

Esta concentração de poderes numa única entidade trouxe nítidas vantagens para a planificação de uma política ambiental.

Neste Plano e Orçamento para o ano de 1999 a qualidade ambiental é uma das áreas que sai reforçada com uma verba bastante acrescida em relação ao ano anterior.

Em nossa opinião encontra-se muito bem estruturado o Programa "Qualidade Ambiental".

Os quatro projectos que o integram dão cobertura às principais preocupações na área ambiental.

Desde logo, o projecto da Gestão de Recursos que engloba o controle de eutrofização das lagoas, um dos mais graves problemas das lagoas açorianas, bem como o ordenamento das bacias hidrográficas e a protecção dos recursos hídricos, nomeadamente as acções de limpeza e desobstrução de leitos de ribeiras e reforço das suas margens quando for caso disso .

É de salientar nesta matéria a celebração de Acordos de Cooperação Técnico-Financeira com as Juntas de Freguesia em que estas ficam responsáveis pela execução das obras de limpeza e desobstrução de ribeiras mediante contrapartidas financeiras da Direcção Regional do Ambiente.

Concordamos que são as Juntas de Freguesia que estão melhor posicionadas para este tipo de pequenas obras.

Temos depois o projecto da "Valorização da Qualidade Ambiental", que prevê a apresentação de controlo e valorização do Património Natural, sobretudo através da gestão e valorização das áreas protegidas.

Importante salientar em termos de vigilância o reforço do corpo de Guardas Florestais os quais vêm as suas competências alargadas no domínio da fiscalização e controle efectivo das normas de protecção do ambiente.

Com referência ao projecto de "Ordenamento de Território" cumpre salientar a conclusão do PROTA e a continuação do processo de planeamento da orla costeira com os Planos de Ordenamento da Orla Costeira, os POOC's.

Por último, o projecto "Informação e Formação" , que inclui a instalação de serviços de informação sobre questões ambientais, a dinamização de campanhas de sensibilização e ainda o apoio a actividades escolares nesta área, pois é na escola que deve começar a aprendizagem pelo respeito da Natureza.

Saliente-se por fim a publicação da revista "Eco Lógica," que numa linguagem simples clara e didáctica dá a conhecer os complexos problemas relacionados com o ambiente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O ambiente é mais um problema do cidadão do que do Estado.

O homem tem de aprender a viver com a realidade natural que o envolve. Se o homem não souber encontrar o justo equilíbrio entre o seu desejo de desenvolvimento e os ecossistemas que o suportam, aí teremos necessariamente desequilíbrios muitas vezes difíceis de corrigir.

Como muito bem disse a Directora Regional do Ambiente, a recuperação do equilíbrio dos ecossistemas, que sustentam a existência humana, passa sobretudo pela reaprendizagem do respeito pelos recursos naturais e pela capacidade de manter uma relação sustentável com o meio.

Temos é de reencontrar esse caminho que nos permita satisfazer as nossas necessidades de hoje sem comprometer as gerações que se nos seguirão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Vou reportar-me agora à incidência deste Plano e Orçamento para 1999 na Ilha de S. Miguel, ilha que me elegeu e pela qual sou deputado nesta Assembleia.

S. Miguel é a maior ilha dos Açores.

Esta grandeza tem sido um bem e um mal para os micalenses. Um bem porque lhes permitiu crescer mais do que as restantes ilhas em termos económicos.

Mas esta grandeza tem sido simultaneamente um mal, porque em virtude dessa mesma grandeza, tem sido muitas vezes, nestes 22 anos de regime autonómico, a ilha com menor investimento público per capita.

Não estou a fazer esta afirmação como crítica, quer aos governos anteriores quer ao governo actual.

Tal situação advém do princípio da solidariedade regional o qual reconheço e aceito, uma vez que todas as populações, mesmo as das ilhas mais pequenas, têm direito a beneficiar dos mesmos direitos e regalias que as populações das ilhas maiores e mais desenvolvidas.

Deputados António Meneses e Mark Marques (PSD): Apoiado!

O Orador: É um dos custos adversos de vivermos numa Região espalhada por nove ilhas, com índices de população que vão desde um mínimo de escassas centenas, mais precisamente 393 na Ilha do Corvo, a um máximo de 125.915, na Ilha de S. Miguel.

Neste mundo em que cada vez estamos mais próximos uns dos outros, seja em virtude das comunicações, seja em virtude de integrarmos blocos económicos cada vez mais alargados, compreende-se e justifica-se que aqueles que vivem no Corvo ou nas Flores, na Graciosa ou em Santa Maria, aspirem aos benefícios da civilização moderna.

Todos queremos uma vida melhor. Mas essa vida melhor está espartilhada pelo dinheiro quando falamos da nossa própria casa, e das nossas próprias receitas e do dinheiro do Orçamento Regional, quando falamos da Região e das despesas públicas. Por isso senhores deputados, tenhamos sempre em conta o Orçamento que temos, quando pedimos e exigimos mais despesas públicas para cada uma das nossas ilhas; elas estão e estarão sempre condicionadas pelas limitações das receitas de que dispomos.

Também eu próprio para a minha ilha queria muito mais, quer quando era deputado na oposição, quer agora como deputado do Partido que apoia este Governo. Estaria a mentir se dissesse que estou satisfeito com este Plano e Orçamento para 1999 no que respeita à Ilha de S. Miguel.

É evidente que gostaria de ver resolvida a curto prazo a acessibilidade ao Nordeste e à Povoação, a melhoria urgente da via rápida Ponta Delgada/Ribeira Grande, e noto aqui que é a estrada com mais alta taxa de circulação dos Açores, 6834 viaturas dia em 1995, a resolução urgente do problema do assoreamento da Lagoa das Furnas, etc., etc., etc..

Mas lembro-me da regra básica de que ninguém deve gastar mais do que o dinheiro que tem e quedo-me nas minhas reivindicações.

Mas apesar de todas as limitações orçamentais, apesar do Governo ter sido obrigado a encurtar o seu orçamento em mais um milhão e setecentos mil contos em resultado da aprovação pela oposição neste Parlamento das lei do apoio ao associativismo desportivo e da diminuição do IRS e IRC, muito se irá fazer ainda em S. Miguel.

E esse muito é já bastante. Senão vejamos:

Em termos de rede viária há que salientar o arranque da variante Ponta Delgada/Lagoa na fase de projecto;

A conclusão em 1999 da Estrada Regional Ponta Delgada/Capelas, cujo primeiro sub-lanço já está concluído;

A remodelação da Estrada Regional Ponta Delgada/Ribeira Grande: finalmente irá ter início no próximo ano muito embora já existissem verbas para a sua repavimentação inscritas no Plano a Médio Prazo 1992-1996.

E neste capítulo não poderia deixar de referir a envolvente à cidade da Ribeira Grande. Esta obra irá permitir atingir 3 grandes objectivos; desde logo irá descongestionar uma grande parte do trânsito dentro da cidade, depois irá melhorar a acessibilidade à Costa Norte em direcção ao Nordeste para além de permitir a desobstrução viária do Parque Industrial da Ribeira Grande.

No domínio agrícola e para não ser exaustivo apenas vou apontar 2 grandes projectos: O primeiro, o Matadouro Industrial de S. Miguel uma estrutura fundamental para o sector da carne, cujo processo de certificação já se iniciou e que era uma reivindicação de longa data da lavoura micaelense.

O segundo, no ordenamento agrário; este Governo alargou os seus benefícios e vantagens, sobretudo no domínio de caminhos e abastecimento de água a um maior

número de agricultores, com o lançamento de novas obras nos perímetros de Ordenamento Agrário da Maia/Fenais da Ajuda e Vila Franca do Campo - Povoação. No domínio das pescas, este Governo empenhou-se em resolver o problema dos dois maiores centros piscatórios de S. Miguel; assim no ano de 1999 e conforme está previsto no Plano e Orçamento, estarão concluídos os novos portos de pesca de Rabo de Peixe e Ribeira Quente, instrumentos fundamentais para o desenvolvimento das pescas e daqueles que delas vivem.

Nos domínios da educação e da cultura este Governo continua a proporcionar à população micalense oportunidades de acesso a bens culturais e a construir equipamentos e infraestruturas indispensáveis para a criação artística e para o desenvolvimento cultural.

Refiro, em primeiro lugar, à conclusão da obra da Biblioteca e Arquivo Distrital no Colégio dos Jesuítas, e que será inaugurada brevemente.

Não podia ainda deixar de fazer referência a um importante passo dado com vista à criação de um Centro de Arte Moderna em Ponta Delgada e que se concretiza numa verba atribuída para a elaboração do projecto de adaptação de um imóvel em Ponta Delgada para albergar a pinacoteca de Natália Correia e que funcionará como o núcleo fundador do futuro Centro de Arte Moderna.

Neste domínio, não podia deixar de referir a realização em 1999 do Festival Internacional de Música dos Açores, manifestação cultural em boa hora retomada por este Governo em 1997 e que vai permitir a muitos açorianos acompanhar as modernas tendências culturais no domínio da música.

Em termos de infraestruturas para a educação, em 1999, vão ser concluídas as obras de ampliação da Escola Secundária da Ribeira Grande e no 1.º trimestre de 1999 vão ter início as obras de construção da Escola Secundária da Lagoa e Escola Básica da Maia.

E por fim e para não esquecer, a descida dos tarifários da SATA nos voos inter-ilhas e a descida dos tarifários aéreos para o Continente, e ainda e não menos importante, a descida do preço ao consumidor da energia eléctrica e a descida dos combustíveis, nomeadamente o preço do gasóleo agrícola para não falar ainda na descida dos preços

dos livros, jornais e outras publicações periódicas sem esquecer, por último, a adaptação do sistema fiscal.

Muito mais haveria a dizer, mas para resumo já chega e por aqui me quedo.

Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Continuem a governar, que estão a governar bem, continuem na mesma linha de rumo de diálogo com todos os açorianos, porque esse é o caminho certo de todos aqueles que fizeram do socialismo democrático a sua bandeira.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Silva Melo:

Primeiro, a Ribeira Grande.

Apenas vou referir dois aspectos, porque amanhã vou fazer uma intervenção e espero que tenha tempo suficiente para isso.

Estrada da Ribeira Grande:

O problema não é o fazer-se ou não fazer-se. O problema é que o que se vai fazer é mal feito. Esta é a minha opinião e a opinião de muita gente.

O Sr. Deputado tem até elementos que eu não tenho, mas nem são precisos esses elementos.

Todos nós sabemos que aquela estrada tem um enorme tráfego e o que se vai fazer hoje, na minha opinião, na opinião dos técnicos e na opinião de muita gente, é um erro histórico. O problema é exactamente este e só este.

Em relação à outra questão da Ribeira Grande que este Plano não contempla e que os Governo anteriores também não conseguiram contemplar prende-se com o seu litoral.

É a única cidade que não tem uma muralha suporte ou de protecção.

Portanto, este é um grande problema da cidade para não falar já na orla costeira daquela zona desde Calhetas até à Ribeirinha. Este é um grande problema que o

concelho tem e o Governo para estar bem com aquela população deveria olhar como deve ser para este assunto.

Em relação ao ambiente, Sr. Deputado, o mesmo exige que nós estejamos unidos aqui ou em qualquer parte, porque estes problemas devem unir e não desunir.

No entanto, em relação à análise que fez da acção do Governo e das propostas do Plano, de maneira nenhuma eu posso estar unido com V. Exa.

No que se refere a protocolos com as Juntas de Freguesia, isto não pode ser feito de qualquer maneira.

As Juntas de Freguesia poderão colaborar nas responsabilidades, mas o Governo não se pode desvincular totalmente desta responsabilidade. É preciso cuidar e acompanhar a acção das Juntas na limpeza das ribeiras, porque as experiências que nós temos tido com as últimas cheias, demonstram, claramente, que essas coisas não podem ser feitas de ânimo leve.

Eu tenho algum receio que estes protocolos com as Juntas de Freguesia acabem por cair em situações que depois se podem traduzir em problemas com mais gravidade para as zonas.

PROTA - Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores

De forma alguma posso estar de acordo consigo. Já há 3 ou 4 anos que se anda a falar na conclusão do PROTA, mas o PROTA nunca chega ao fim.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Há 10 anos!

O Orador: Pois é. O único argumento que os senhores têm é o passado. Não conseguem governar sem recorrer ao passado. Aliás, não têm feito mais do que governar e governar-se com o passado do PSD.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que procure terminar.

O Orador: Eu já termino, Sr. Presidente.

Eutrofização das Lagoas.

No decorrer desta semana, em princípio deverá ser hoje, a Quercus apresentará uma queixa, em Bruxelas, em relação à eutrofização das lagoas.

No que se refere à educação ambiental, Sr. Secretário, basta ler um artigo do jornal, e eu não vou ler aqui porque não tenho tempo, dos Amigos dos Açores e eles dão a resposta:

"O Governo faz política avulsa, não tem plano com um princípio, um meio e um fim".

Em relação à acção do Governo, de uma maneira geral, basta perguntar às associações ambientais o que é que o Governo está a fazer.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Pergunte aos açorianos!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo.

Deputado Silva Melo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco Xavier:

A orla costeira da costa norte, sobretudo no espaço que indicou entre Calhetas/Ribeira Grande, é um problema que não é de hoje. Eu ainda me lembro de, em frente à Igreja de Rabo de Peixe, haver um largo muito grande que já não existe e a única obra que eu conheço feita em toda aquela zona é a protecção em frente a essa igreja, porque desde 1950 para cá, julgo que nada mais foi feito nessa matéria.

É uma questão de difícil solução dado, como sabe, a altura daquela rocha e a fragilidade dela na sua base, porque é de terra.

O Sr. Deputado com certeza que não querará que nestes dois anos, este problema que já é centenário, tenha já uma solução.

Deputado Francisco Xavier (/PSD): Tenha início.

O Orador: Quanto à estrada envolvente da Ribeira Grande, eu não percebi por que é que o Sr. Deputado não concordava afirmando mesmo que é um erro histórico.

Eu julgo que esta envolvente permitirá aquelas soluções que eu aponte, ou seja, o acesso ao parque industrial que desde a sua constituição vive atrofiado por não ter acesso, a facilidade de retirar o trânsito à cidade da Ribeira Grande que deixa de lá

passar e esta cidade ficará apenas com o seu trânsito local sem o trânsito de passagem que incomoda toda a zona central da cidade.

Quanto aos protocolos com as Juntas de Freguesias, eles serão feitos tendo em conta a limpeza normal das ribeiras e os caudais normais de Inverno.

Os casos extraordinários que aconteceram, fossem as Juntas de Freguesia a fazer a limpeza, fosse directamente a própria Direcção Regional, trataram-se de dias de chuva intensiva e qualquer trabalho que tivesse sido feito nessas ribeiras, estaríamos perante a mesma situação, isto é, a água teria extravasado as ribeiras e teria dado aqueles prejuízos como deu na Ribeira Seca que, aliás, não foram só devido à cheia, às chuvas abundantes desses dias, mas sim devido a problemas de empresas que para lá colocavam terras que levaram àquela situação.

O Sr. Deputado colocou mais uma questão: o PROTA. V. Exa. referiu que ele ainda não está concluído.

Apenas queria lembrar que o PROTA, pelo menos, tem 10 anos, o seu primeiro Presidente já faleceu, e nestes dois anos e um mês do Governo, tenhamos uma certa, como se diria, parcimónia na conclusão do mesmo.

Deputado António Meneses (PSD): Ele estava quase pronto!

O Orador: É um projecto difícil, complicado e que não é de um dia para o outro que o mesmo se resolve.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para prestar alguns esclarecimentos a esta Casa.

No que respeita à orla costeira compreendida entre Calhetas e Ribeira Grande, em primeiro lugar, gostaria de dizer que já há uma intervenção de protecção que está concluída e que foi feita nas Calhetas de Rabo de Peixe e que se destina a proteger exactamente o recuo daquela falésia que é comprovado por estudos da própria Universidade que está a processar historicamente. Essa foi uma obra de intervenção de protecção que está feita.

Em segundo lugar, porque não basta fazer uma obra de protecção pontual, iniciou-se o processo do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Norte da Ilha de São Miguel, ou seja, nessa ilha, em dois anos, este Governo avançou não só com o Plano de Protecção da Orla Costeira Sul, que já está neste momento a consulta das autarquias locais, como também lançou estudos preparatórios com vista à elaboração de documento para depois ser submetido a consulta das autarquias, no que se refere à costa Norte.

Desse ponto de vista, não é verdade que nestes dois anos nada se fez, antes pelo contrário, lançaram-se as bases para que, em cooperação com todos os diferentes órgãos que têm responsabilidade na gestão da costa, as autarquias, o Governo Regional, as autoridades marítimas, etc., etc., se possa vir a conceber uma intervenção integrada de protecção, mas sobretudo de gestão da orla costeira em São Miguel.

Em relação à questão da cooperação com as Juntas de Freguesia, eu queria realçar aqui que essa é também uma inovação, ou seja, há, do ponto de vista de orientação na área do ambiente - isso foi dito já aqui no primeiro Plano anual - uma inflexão, uma escolha deliberada de que se deviam iniciar projectos piloto de cooperação com as Juntas de Freguesia.

Começou-se por algumas ilhas, concretamente pelo Faial e pelo Pico, estendeu-se à Ilha Terceira e vão-se estender e alargar cada vez mais. No caso de São Miguel, é também nossa intenção, durante o ano de 1999, alargar esse processo de cooperação.

Alargar um processo de cooperação significa que temos duas partes envolvidas, não significa que temos desresponsabilização. Significa antes que, no domínio e na autonomia de cada uma das entidades, elas vão cooperar na prossecução do bem comum. É a isso que se chama cooperação e é assim que nós entendemos cooperação. Essa cooperação começou a ser dotada de meios que, nalguns casos, nós reconhecemos que provavelmente não seriam suficientes, mas também foi dito nesta Casa que, como estávamos num processo de aprendizagem, porque as próprias Juntas de Freguesia nalguns casos não tinham experiência nesta área, era preferível começar com projectos piloto, alguns com verbas reduzidas e reconhecidas por nós como tal,

mas que exigem uma aplicação e um controlo que posteriormente poderá ser, e está a ser, reforçado.

Presidente: Sr. Secretário Regional, peço o favor de abreviar porque o seu tempo já se esgotou.

O Orador: Eu já termino Sr. Presidente.

Isso não significa que a Secretaria, através da Direcção Regional do Ambiente e em cooperação com outras direcções regionais, não tenha feito intervenções directas. Fê-lo em cooperação com a Direcção Regional das Obras Públicas e em cooperação com a Direcção Regional dos Recursos Florestais, com os meios operacionais que tinha, e recorrendo às firmas privadas alugando meios, sobretudo na Ilha de São Miguel, onde, de facto, não existia um aparelho operacional para permitir uma intervenção rápida, em situações de alguma dificuldade, ocasionadas pelas calamidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Simplesmente para esclarecer aqui uma questão em relação ao Sr. Deputado Silva Melo.

A estrada que eu me estava a referir não era a envolvente. Com esta, eu estou inteiramente de acordo consigo.

Eu referia-me à via rápida Ponta Delgada/Ribeira Grande, porque percebi que tinha referido a mesma. O que eu disse foi em relação a essa estrada. Portanto, estamos entendidos.

Quanto à questão das ribeiras, eu não quero reeditar aqui a questão da calamidade de 1 de Outubro de 98, na Ribeira Seca, mas todos nós sabemos o que é que se passou lá, inclusivamente o Sr. Secretário.

Portanto, vamos ficar por aí, porque esta questão já foi devidamente tratada.

Em relação ao PROTA, e para terminar, vou ler parte da minha intervenção que iria fazer amanhã, mas que possivelmente já não vou ler.

"Vejam os então o que aconteceu.

Plano de 97 - conclusão, aprovação e impressão do PROTA;

Relatório de execução de 97 - continuação dos trabalhos de elaboração do PROTA
Plano para 1998 - aprovação e divulgação do PROTA
Plano para 1999 - actividades de implementação do PROTA."

Isto faz-me lembrar os sumários que os professores fazem no fim da aula e, quando se está a repetir muita vez a mesma matéria, muda-se o palavreado para não dar muito nas vistas.

Já agora, vou fazer-lhe uma sugestão para o Plano do ano 2000:

PROTA: Recapitulação de matéria dada.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ainda bem que vamos ter aulas de ordenamento. Muito bem!

Nós vamos precisar muito de aulas de ordenamento territorial durante muitos anos, porque o problema que existe é o desordenamento territorial, a má política de ocupação e de gestão dos solos, a má política de gestão dos recursos que existem.

É evidente que um plano não é imprimir um livro e deixá-lo impresso. Ele vai ser, e está a ser, objecto de consulta das demais diversas organizações, da mesma forma que todos os instrumentos de planeamento, começando pelos planos de ordenamento da orla costeira, que eu já lhe falei que são postos a consulta das autarquias e não só, como também os planos directores municipais.

É preciso recordar que, por exemplo, se muitos dos planos directores municipais já estivessem finalizados, já estivesse finalizado o seu processo de consulta, também o processo de elaboração do PROTA seria, hoje em dia, mais simples.

Mas o que é um facto, é que se atrasou o PROTA e tem-se vindo a atrasá-lo, porque, sucessivamente, era necessário incorporar as alterações dos próprios PDM's. Esse processo não está terminado.

O PROTA que vai ser publicado, vai ser o documento mais inacabado que alguma vez se vai publicar. É um documento em constante actualização.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Ele já está pronto há tanto tempo!

Deputado José Maria Bairos (PSD): Então digam a verdade e não inventem!

O Orador: Vamos ter que fazer isso.

Porém, o que nós fizemos foi publicar, imprimir esse documento - é isso que está lá escrito - torná-lo público, possível de ser discutido nas autarquias, de ser discutido pelas associações ambientalistas, pelos diferentes parceiros e de ser conhecido como orientações.

Nós vamos passar muito tempo a fazer revisões, porque, infelizmente, o outro trabalho de casa não está feito.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS e do Governo)

Presidente: Para mais esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Nada do que tivemos a dizer aqui teria lugar se na vossa política houvesse mais sinceridade, houvesse menos secretismo, menos espectáculo.

O que está dito no relatório de execução faz pensar noutra coisa, ou seja, que o Plano está praticamente pronto e é só imprimir, mas ele não aparece.

O que é que pensa uma associação ambiental?

O que é que pensa um cidadão?

O que é que pensa um político?

Durante três anos tem sido sempre o mesmo palavreado.

Muito obrigado.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Julgo que o Sr. Deputado Francisco Xavier está a confundir o que aconteceu.

O Governo Regional já aprovou, em Conselho do Governo, o anteprojecto do Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores, tal como prometeu e aí mencionou.

Esse anteprojecto foi distribuído às associações ambientais - não percebo por que é que o Sr. Deputado está a dizer o que é que elas pensam porque ele nunca mais aparece pronto - e está à discussão pública.

Quando essa discussão for concluída, na sequência da qual serão ainda introduzidas outras alterações ao Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores, ele será aprovado em definitivo. É isto que se está a passar com o PROTA.

Devo-lhe dizer que o PROTA está em elaboração há 10 anos na Região Autónoma dos Açores. É esta a situação que existe.

Eu apreciei muito a sua intervenção e achei que num caso ou noutro havia motivo para o Governo Regional pensar em algumas das observações que fez, mas devo dizer que manifestamente o Sr. Deputado não tem razão nenhuma para escolher essa parte da sua exposição como uma crítica ao Governo Regional. Aquilo que esteve a dizer aqui não tem qualquer fundamento, do ponto de vista crítico, em relação à actuação do Governo.

Presidente: Para mais esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma pergunta:

O PROTA está na posse das associações ambientais?

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Está em processo de discussão pública!

O Orador: Eu percebi o Sr. Presidente dizer que tinha sido distribuído às associações ambientais.

Vozes da bancada do PSD: E disse!

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): O anteprojecto do PROTA está em discussão pública. Portanto, também está ao alcance das associações ambientais.

A Quercus já fez uma conferência de imprensa sobre o anteprojecto PROTA do Governo.

O Orador: O Sr. diz que as associações ambientais têm conhecimento e têm na sua posse o PROTA.

Vozes da bancada do Governo: O anteprojecto.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Foi aprovado a 5 de Julho - Dia Mundial do Ambiente - no Conselho de Governo.

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Antes de dar por encerrados os nossos trabalhos, vou pedir à nossa Secretária da Mesa o favor de anunciar os tempos disponíveis.

Secretária: O Partido Socialista dispõe de 2 horas e 1 minuto.

O Partido Social Democrata dispõe de 2 horas, 55 minutos e 30 segundos.

O Partido Popular dispõe de 33 minutos e 30 segundos.

O Partido Comunista Português dispõe de 41 minutos.

O Governo dispõe de 3 horas, 27 minutos e 40 segundos.

Presidente: Damos por encerrados os nossos trabalhos.

Recomeçaremos amanhã às 10.00 horas.

(Eram 20.20 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Manuel da **Silva Melo**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

João Luis Sanchez dos **Santos**

Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

José Maria Bairos

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

Deputados que faltaram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Maria de Fátima Rocha Furtado Moniz Sousa

A Redactora Principal: *Maria da Conceição Fraga Branco*